



Programa de
Pós-Graduação em
Linguística

NARRATIVAS DE AMOR E LUTA: A CONSTITUIÇÃO DA OFICIALIDADE DA MONOGAMIA E
A LUTA CONTRA A SUBJUGAÇÃO DAS MULHERES

SÃO CARLOS
2016



Universidade Federal de São Carlos

Monique Amaral de Freitas

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

NARRATIVAS DE AMOR E LUTA: A CONSTITUIÇÃO DA OFICIALIDADE DA MONOGAMIA
E A LUTA CONTRA A SUBJUGAÇÃO DAS MULHERES

Monique Amaral de Freitas
Bolsista CAPES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para a obtenção do Título de Mestre em Linguística.

Orientador: Prof. Dr. Valdemir Miotello

São Carlos - São Paulo - Brasil
2016

Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da Biblioteca Comunitária UFSCar
Processamento Técnico
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

F866n Freitas, Monique Amaral de
Narrativas de amor e luta : a constituição da
oficialidade da monogamia e a luta contra a
subjugação das mulheres / Monique Amaral de Freitas. -
- São Carlos : UFSCar, 2016.
118 p.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de
São Carlos, 2016.

1. Feminismo. 2. Linguagem. 3. Monogamia. 4.
Discurso. 5. Amor. I. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Linguística

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Monique Amaral de Freitas, realizada em 25/02/2016:

Prof. Dr. Valdemir Miotello
UFSCar

Profa. Dra. Luciane de Paula
UNESP

Profa. Dra. Rosângela Ferreira de Carvalho Borges
UFSCar

AGRADECIMENTOS

Gostaria de primeiramente agradecer aos meus pais, Marly e José por todo amor, cuidado e apoio que lhes é particular. A fé que depositaram em mim foi de essencial importância para que eu chegasse até aqui. Por isso e por tantos motivos mais, amo muito vocês.

Ao meu orientador Valdemir Miotello pela confiança, amizade e carinho. Sua paixão pelos estudos é inspiradora e contagiante. Obrigada por todos esses anos de conversas, convivência e aprendizado.

Não poderia deixar de agradecer também a todos os membros do GEGe (Grupo dos Gêneros do Discurso). Muito obrigada pelas conversas, pelas trocas de conhecimento, por serem tão afetuosos e animados.

A todos os professores que participaram de minha formação desde o bacharelado em linguística até as disciplinas do mestrado. Cada um de vocês fez com que eu me apaixonasse pela linguística de uma forma diferente. Sou muito grata pela dedicação, paciência e por todo o aprendizado.

À Rosangela, por todos os papéis que vem ocupando nessa trajetória desde que nos conhecemos. Obrigada por todas as orientações nos estudos, por ter contribuído de maneira fundamental para o desenvolvimento de minha dissertação desde a banca de qualificação, e, acima de tudo, por todo carinho e amizade. Obrigada por fazer parte da minha vida.

À Luciane, por toda a atenção e solicitude com que sempre me recebeu, por ter contribuído de maneira muito significativa para a minha dissertação desde a banca de qualificação e pela disciplina oferecida na UNESP que me foi muito útil para o trabalho. Obrigada por tornar as discussões teóricas sempre um espaço de muita vida.

Ao meu irmão, André, por ter me apresentado o curso de linguística ainda na adolescência e por ter me incentivado ao hábito da leitura. Veja só onde isso foi parar, mano. Obrigada.

À professora Mirtes, que durante as aulas de português do ensino fundamental despertou em mim verdadeiro apreço pela leitura e me fez descobrir um novo universo. Você sempre será uma referência para mim. Obrigada por toda dedicação e carinho com que nos ensinava.

A todas as companheiras de militância feminista com as quais tive o prazer de conviver e compartilhar projetos, ações e aprendizados. Vocês me fazem acreditar.

À Marta, do Centro Informação Mulher São Paulo, por toda ajuda, solicitude, simpatia e conversas.

À Fernanda, por ser uma amiga tão leal e carinhosa. Obrigada por todas as conversas, correrias, risadas, cervejas, abraços e por ter me proporcionado uma companhia tão especial nos últimos anos.

Ao Junior, secretário do PPGL, por toda sua atenção e solicitude.

À CAPES, pelo financiamento de minha pesquisa.

Por fim, mas com grande importância, ao Diego, meu companheiro, cúmplice, amante, amigo e confidente por todo carinho, paciência e fé no meu potencial. Obrigada por ter sido um leitor dedicado do meu trabalho, por todas as conversas, compartilhamentos de conhecimentos e compreensão.

RESUMO

Neste trabalho propõe-se a compreensão de como se constitui discursivamente a relação entre monogamia e a subjugação das mulheres. Para tanto, parte-se dos pressupostos teóricos desenvolvidos pelo Círculo de Bakhtin, pautando-se em uma perspectiva dialógica da linguagem. Além disso, ao longo das análises estabelece-se diálogo com as teorias feministas de Simone de Beauvoir (1949/2015), Heleieth Saffioti (1996/2015), Ivone Reimer (2005), dentre outras. Em um primeiro momento, analisa-se como se constitui a oficialidade da monogamia nos discursos das aqui definidas instituições sociais, eleitas neste trabalho como a Igreja, o Estado e a Mídia. Para pensar o discurso religioso cristão, analisam-se trechos da Bíblia Sagrada e declarações dos líderes das denominações católica, evangélica e pentecostal sobre o casamento e as relações afetivo-sexuais. No que se refere ao Estado, discute-se por meio da Constituição Federal e de Projetos de Lei como se definem família e casamento. Posteriormente, por meio da discussão de alguns produtos midiáticos, com destaque para os filmes *A Branca de Neve* (1938) e *Cinquenta tons de cinza* (2015), analisa-se como a mídia vai constituindo a monogamia como discurso oficial. No segundo capítulo, discutem-se dados históricos fornecidos pela obra *História do amor no Brasil* (2005/1015) de Mary Del Priore, e documentos produzidos pelo movimento feminista da segunda onda, a fim de compreender como as alterações discursivas nos modelos oficiais de relações afetivo-sexuais alteram a vida das mulheres. No terceiro e último capítulo, analisa-se como se constitui a relação entre modelos de relacionamento afetivo-sexuais e a dominação das mulheres em três textos de blogs auto denominados feministas. Após a discussão dos textos, conclui-se que a monogamia se constitui como meio de subjugação feminina ao ser incorporada ao discurso oficial, pois este tem como uma de suas bases o discurso de dominação masculina. Dessa forma, a relação entre a constituição discursiva da oficialidade de modelos de relacionamento afetivo-sexuais e a subjugação feminina está relacionada ao discurso da dominação masculina, e não à monogamia em si.

Palavras-chave: Discurso. Monogamia, Mulheres. Feminismo. Ideologia oficial. Linguagem.

ABSTRACT

In this dissertation it proposes to understand how is discursively constituted the relationship between monogamy and the subjugation of women. For that, it bases the theoretical assumptions developed by the Bakhtin Circle, guiding me in a dialogical perspective of language. In addition, over the analysis it establishes a link between the feminist theories of Simone de Beauvoir (1949/2015), Heleieth Saffioti (1996/2015), Ivone Reimer (2005), among others. Firstly, it analyzes how the official status of monogamy is constituted in the discourses of social institutions, here defined as the Church, the State and the media. In order to think the Christian religious discourse, it analyzes passages from the Holy Bible and the leaders' statements from the Catholic, Evangelical and Pentecostal denominations about marriage and the affective-sexual relationships. Regarding the State, it discusses through the Federal Constitution and two Law Projects how family and marriage are defined. Posteriorly, through discussion of some media products, especially the films *Snow White* (1938) and *Fifty Shades of Grey* (2015), it discusses how the media constitute monogamy as the official discourse. In the second chapter, it discusses historical data provided by the work *História do amor no Brasil* (2005/1015), by Mary Del Priore, and documents produced by the feminist movement of the second wave, to understand how the discursive changes in the official models of affective-sexual relationships changes the women's lives. In the third and last chapter, it discusses how is constituted the relationship among affective-sexual relationships models and the domination of women using three texts of self-described feminist blogs. After discussing the texts, it concludes that monogamy is constituted as a way of subjugating women because it has incorporated male domination into the core of it's official discourse. Therefore, the relationship between the discursive constitution of the official status of affective-sexual relationship models and female subjugation is related to the discourse of male domination, not the monogamy itself.

Keywords: Discourse. Monogamy. Women. Feminism. Official ideology. Language.

Lista de Figuras

Figura 1: Resultado da enquete sobre a definição de família	46
Figura 2: Panfleto Leoninda	78
Figura 3: Polyamory, married and dating	91

Sumário

INTRODUÇÃO.....	1
1. Algumas palavras sobre o caminhar metodológico	4
1.2 Procedimentos de coleta	6
1.3 Procedimento de Análise: tratamento dos dados	10
2. As constituições da oficialidade da monogamia.....	12
2.1 Os discursos das religiões cristãs.....	13
2.1.2 Até que a morte nos separe: a oficialidade da monogamia materializada nos discursos da Igreja Católica Apostólica Romana	26
2.1.3 A monogamia oficializada nos discursos das igrejas evangélicas pentecostais.....	31
2.2 <i>A Deo rex, a rege lex</i> : os discursos do Estado e as oficialidades que se encontram.....	39
2.3 E viveram felizes para sempre: o amor romântico como enunciado midiático.....	52
3. Histórico de amor e luta: breve panorama sobre os movimentos de mulheres e como os construtos de amor foram se alterando no Século XX	74
3.1 Pelo direito de existir: os relacionamentos afetivo-sexuais e a constituição discursiva das demandas dos movimentos de mulheres no século XX.....	75
4. Embates discursivos: oficialidade e não oficialidade nos enunciados do movimento feminista brasileiro	89
4.1 O amor como arena de luta.....	89
Considerações finais.....	109
Referências Bibliográficas.....	150

INTRODUÇÃO

Embora o amor já tenha sido tema para reflexão e produção de conhecimento por pensadores consagrados como Jean Jacques Rousseau, Arthur Schopenhauer, Soren Kierkegaard, Simone De Beauvoir, Hanna Arendt e mais recentemente por Zygmunt Bauman, ele é comumente entendido como tema periférico. A evidente surpresa das pessoas ao descobrirem sobre meu tema de pesquisa, geralmente acompanhada pelo questionamento de “Mas na linguística pesquisando isso? Como?” é bastante significativa para pensarmos no que se considera como produção de conhecimento e, mais especificamente, sobre quais seriam os campos permitidos para um linguista percorrer. Acredito que tanto o silêncio nas pesquisas acadêmicas sobre essa temática, quanto a surpresa com relação ao tema desta pesquisa, digam algo a respeito da valoração atribuída a essas questões.

Nesse sentido, é relevante explicar um pouco sobre o que estou chamando aqui de amor. Enquanto estudiosa da linguagem, refiro-me a amor, na perspectiva abordada por essa pesquisa, como denominador de relações afetivo-sexuais, que, assim como qualquer atividade humana, são constituídas por meio da linguagem. Dessa forma, proponho-me a discutir as relações entre os discursos de constituição dos modelos de relação afetivo-sexuais e a subjugação das mulheres.

Para tanto, embaso-me nos pressupostos teóricos desenvolvidos pelo Círculo de Bakhtin, nome que se convencionou atribuir ao grupo de estudiosos russos composto por Maria Yúdina, Lev Pumpianski, Pável Medvédev, Konstantín Váguinov, Valentin Volochínov e Mikhail Bakhtin. É relevante dizer que existe um importante debate na literatura acerca da existência ou não do Círculo de Bakhtin enquanto uma unidade de estudos e produção teórica (BRONCKART; BOTA, 2012; SERIOT, 2015). Tal debate envolve aspectos referentes ao contexto de produção das obras, a disputa pelas autorias e o contexto de tradução das obras no ocidente. Para o desenvolvimento deste trabalho, adotarei a denominação Círculo de Bakhtin, alinhando-me às literaturas produzidas desde a chegada dos primeiros textos traduzidos no Brasil (PAULA, 2013; PAULA; STAFUZZA, 2010a, 2010b, 2011; CLARK; HOLQUIST, 1998; BRAIT, 2006). Desse modo, adoto ao longo do trabalho as autorias definidas pelas edições das obras traduzidas no Brasil, entretanto, reconheço a problemática das autorias das obras, pois, dentre outros fatores, devido à dinâmica política e social de seu período de produção e de suas respectivas traduções, torna-se difícil precisar quais obras e conceitos tiveram maior ou menor contribuição de cada um dos membros. Como observa Luciane De

Paula (2013):

O Círculo de Bakhtin situa-se no contexto da episteme soviética, especialmente nas décadas de 20 e 30 do século 20. Inicialmente, não podemos falar do Círculo sem mencionar a importância da amizade entre seus membros (Bakhtin, Volochinov e Medvedev, entre outros não menos importantes) e seus escritos teórico-filosóficos, às vezes construídos a mais de duas mãos e, alguns, por meio de trocas de identidades sob pseudônimos, como forma de resistência à visão totalitária do stalinismo (p.5).

Além de se organizar em resistência à visão política totalitária, o Círculo se dedicou também a extensivos trabalhos contestando a visão de língua como sistema independente e livre de ideologias. De todo modo, continua não sendo raro ouvir a acusação de que o estudo das ideologias não deveria pertencer ao campo da linguística, por ter supostamente um caráter mais sociológico do que linguístico.

Entretanto, como pontua Bakhtin/Volochinov (1929/2009), signo e situação social estão sempre indissolúvelmente ligados. Dessa forma, todo signo é ideológico, e os sistemas semióticos funcionam materializando as ideologias e, portanto, sendo modelados por ela. Além disso, os estudos do discurso são inevitavelmente estudos da linguagem, pois este “(...) é estruturado linguisticamente e, ao mesmo tempo, só faz e constrói sentido(s) em movimento, no jogo enunciativo, linguístico e translinguístico, como diria Bakhtin” (PAULA, 2013).

Essa perspectiva teórica rompe inclusive com a percepção de língua do próprio Stálin, que, em uma entrevista intitulada *Sobre o marxismo na linguística* (1950/ 2010), afirma que as variações da língua nacional seriam produto da desigualdade de classes, de modo que em uma sociedade igualitária só existiria uma língua. Tal percepção de relação entre língua e ideologia está relacionada à leitura do marxismo que entende a ideologia enquanto conjunto de proposições por parte da burguesia com vistas ao falseamento da realidade do proletariado, que não conseguiria perceber sua condição de exploração. Diferentemente dessa percepção da ideologia enquanto fenômeno verticalizado (burguesia > proletariado), Bakhtin/Volochinov propõe uma *sociologia da linguística* (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 1929/2009) que compreende a palavra como signo ideológico por excelência, pois registra em si as menores variações das relações sociais.

Desse modo, tudo aquilo que é produto da interação humana e se constitui por meio da linguagem é inerentemente ideológico. Todavia, isso não se refere apenas aos sistemas ideológicos constituídos (aqueles que conseguimos denominar), mas a toda e qualquer produção de valores que se constituem nas situações de interação, mesmo aquelas ainda sem

reconhecida expressividade na *superestrutura*¹.

Para melhor compreender nossa temática, o diálogo com os estudos feministas é crucial, pois, tendo em vista o contexto de uma sociedade machista e patriarcal que se mantém por meio da subjugação das mulheres, uma discussão engajada na luta contra a dominação masculina se faz necessária para a compreensão das estratégias discursivas utilizadas pelo discurso oficial. Diferentemente do que se costuma dizer por pessoas antipáticas aos feminismos, feminismo não é simplesmente o outro lado da moeda do machismo. Pois, enquanto o machismo sustenta um sistema de dominação masculina e subjugação feminina, os feminismos lutam por um projeto de sociedade em que as mulheres não sejam subjugadas e se rompam os modelos de dominação. Nesse sentido, os feminismos não são “a outra face da mesma moeda” do machismo, mas seu completo oposto, no sentido de que, enquanto o machismo é baseado em sistemas de dominação, os feminismos são projetos de libertação.

Além disso, trazer as vozes de mulheres que se dedicam a estudar e desafiar os sistemas de subjugação feminina é colocar a produção de conhecimento científico-teórico sob um novo olhar. Pois, segundo Londa Schiebinger (1999/2001), durante a maior parte da história das ciências, as mulheres encontravam diversos empecilhos para integrarem esse campo de saber humano. Esse cenário era fruto da divisão que se estabelecia entre cientificidade, de um lado, e feminilidade, de outro. Tal divisão baseava-se na (falsa) premissa de que os domínios profissional (público) e privado (o lar) deveriam existir de maneira isolada. Dessa forma, os contextos de produção científica foram se constituindo de modo que, na carreira profissional de um homem cientista sempre se subentendia uma mulher em casa, cuidando de sua vida privada.

O condicionamento das mulheres ao espaço privado e a exclusividade dos homens aos espaços públicos fez com que, além dos ambientes científicos se constituírem de forma hostil para a presença das mulheres, estas fossem excluídas da função de sujeitos produtores de saber, o que acarretou na produção de conhecimentos a partir das perspectivas que sustentavam essa divisão. Dentre outras palavras, a exclusão das mulheres dos espaços de produção de conhecimento fez com que essas produções fossem também baseadas em sua exclusão e constituídas pelos valores de dominação masculina. Nesse sentido, trazer as vozes de mulheres que se dedicam a produzir conhecimento sobre mulheres, por meio de perspectivas de combate aos sistemas de dominação, para falar de dentro da academia sobre um assunto tido como privado (as relações afetivo-sexuais), continuará sendo um ato

¹ Superestrutura nos termos que trato aqui diz respeito aos sistemas social-ideológicos que uma sociedade constitui na sua história (GEGe, 2009).

revolucionário enquanto ainda existirem mulheres sendo penalizadas e excluídas socialmente pelo simples fato de serem mulheres.

Dessa forma, embasando-me nessa perspectiva de estudos da linguagem, e estabelecendo diálogo com os estudos feministas – melhor explicitados adiante –, me proponho a responder a seguinte questão: *Qual a relação entre monogamia e a subjugação das mulheres?*

Para tanto, desenvolvi meu trabalho na seguinte ordem:

No primeiro capítulo, descrevo e discuto o caminho metodológico percorrido ao longo do trabalho, explicitando os critérios utilizados para a seleção dos dados de pesquisa e as perspectivas teóricas norteadoras das análises.

No segundo capítulo, me proponho a compreender como é constituída discursivamente a oficialidade da monogamia. Para tanto, me proponho a analisar os discursos daquelas que denominei aqui por instituições de controle social – a Igreja, o Estado e a Mídia. Ao me referir aos discursos da Igreja, me proponho a discutir alguns trechos da Bíblia, as declarações do atual papa e seu antecessor e as declarações de representantes de algumas das principais igrejas evangélicas e pentecostais do país. Para pensar o discurso do Estado, após discutir alguns aspectos da Constituição Federal, me dedico a pensar principalmente textos do Judiciário, que são Projetos de Lei envolvendo as temáticas da família e da sexualidade. Por fim, analiso o discurso midiático por meio de algumas produções hollywoodianas de sucesso que tenham os relacionamentos afetivo-sexuais como eixo temático.

No terceiro capítulo, analiso como os discursos a respeito das relações afetivo-sexuais foram alterando a vida das mulheres ao longo do século XX. Para tanto, faço um breve levantamento histórico e discuto as pautas de alguns dos movimentos feministas desse período.

No quarto capítulo, por meio dos dados fornecidos por textos de blog feministas do século XXI, me proponho a discutir como vão se constituindo as relações entre modelos de relacionamento afetivo-sexuais e subjugação da mulher.

1. Algumas palavras sobre o caminhar metodológico

Segundo Paden (2001), a escolha do objeto de estudo é o início do processo de interpretação. Dessa forma, embora seja necessário fazer certo esforço metodológico para demonstrar por quais caminhos a pesquisa foi se concretizando, jamais será possível descrever de maneira exata e plena todos os processos envolvidos na compreensão dos dados de uma

pesquisa.

No meu caso em particular, por ter nas temáticas feministas algo que se constitui como valor ético de imensa importância em minha vida, torna-se difícil explicitar com precisão em que momento as temáticas aqui abordadas começaram a surgir como questão. Todavia, essa aproximação com a temática não me impede de nenhuma maneira de concretizar uma pesquisa baseada em critérios metodológicos, que possibilitem compreender as questões envolvidas por um novo ângulo, baseado na análise de dados e na compreensão dos processos de produção de linguagem que os constituem. Desse modo, proponho-me aqui a exercitar o movimento de compreensão proposto por Bakhtin (1979/2015), de maneira que se, em determinado momento, estabeleço uma relação de aproximação e “fusão” com os sujeitos de minha pesquisa, em seguida me constituo na “(...) manutenção da distância (do meu lugar), manutenção que assegura o excedente de conhecimento” (p.394-5).

Nesse processo, organizei os capítulos em três grandes eixos temáticos: i) compreender como a oficialidade da monogamia é constituída pelas instituições de controle social, ii) como o amor e as relações afetivo-sexuais eram definidos nas décadas entre a primeira e segunda onda do feminismo no Brasil, iii) uma vez tematizado nos textos de movimentos feministas brasileiros do século 21, como se constituem os debates sobre os modelos de relacionamentos afetivo-sexuais.

Para tanto, pautei-me nas sugestões de princípios metodológicos propostos por Bakhtin/Volochínov (1929/2009), que são:

1. Não separar a ideologia da realidade material do signo (colocando-a no campo da “consciência” ou em qualquer outra esfera fugidia e indefinível).
2. Não dissociar o signo das formas concretas da comunicação social (entendendo-se que o signo faz parte de um sistema de comunicação social organizada e que não tem existência fora deste sistema, a não ser como objeto físico).
3. Não dissociar a comunicação e suas formas de sua base material (infra-estrutura) (p. 45).

Levando todos esses fatores em consideração, é importante ressaltar que, embora alguns conceitos de análise apareçam com maior destaque nessa pesquisa, é necessário compreender que os conceitos-chave da teoria bakhtiniana “(...) se relacionam entre si de maneira mais significativa, pois são concebidos como aspectos de uma única cosmovisão” (HOLQUIST, 1993/2010, p. 62). Do mesmo modo, os capítulos desse trabalho têm uma relação constitutiva entre si, o que evidencia o quanto o movimento de análise aqui realizado acontece numa espiral, estando cada um dos momentos em diálogo com os outros.

1.2 Procedimentos de coleta

No segundo capítulo me proponho a analisar como a monogamia é constituída como discurso oficial pelos meios de produção discursiva denominados instituições sociais.

Para coletar os dados do que denomino no primeiro subitem do segundo capítulo de “discursos das religiões cristãs”, baseei-me primeiramente no principal livro de referência do cristianismo, a *Bíblia*. Para selecionar cada trecho da *Bíblia* analisado, fiz uso de uma versão digital da *Bíblia* em que realizei uma busca automática por algumas palavras-chave, tais como *mulher*, *mulheres* e *marido*. Após essa busca, localizei em quais capítulos e versículos os trechos estavam situados, consultei uma versão física e do livro a fim de compreender de forma contextualizada os trechos e conferir se não existia uma grande diferença de redação entre as edições, posteriormente selecionei aqueles que tinham maior proximidade com a temática abordada por este trabalho.

Para compreender como foram se consolidando as concepções de casamento dentre os pensadores do cristianismo, tomei como ponto de partida para a busca dos dados a obra *A Consciência puritana e a sexualidade moderna* (1987) de Edmund Leites.

Posteriormente, levando em consideração que as mídias jornalísticas sejam um dos principais meios de veiculação dos discursos religiosos, busquei os enunciados analisados, tanto de origem católica quanto protestante (evangélica e pentecostal), por meio de mecanismos de busca online², utilizando na busca palavras-chave tais como os nomes dos líderes religiosos ou de suas instituições + *casamento*, *mulheres* ou *relacionamento*.

Já tendo em vista a relação com os outros itens do segundo capítulo (mídia e Estado), optei por coletar os dados em textos que relatassem os dizeres dos líderes mais conhecidos midiaticamente, que tivessem reconhecida influência política, sobre as questões relativas ao casamento, relacionamentos afetivo-sexuais num geral e mulheres.

Tal busca me levou a textos publicados nos portais online de suas respectivas instituições religiosas, bem como os portais de notícia *O Globo*, *Pragmatismo Político*, e *Portal de Notícias Uol*.

No caso específico da Igreja católica, minha busca se deu por textos que fizessem referência as temáticas relacionadas aos relacionamentos afetivo-sexuais, casamento e mulheres. Optei por coletar textos do atual papa e seu antecessor a fim de compreender se houve alguma mudança no discurso oficial da Igreja.

No segundo subitem do segundo capítulo, apresento um panorama das definições de

² Utilizei a busca por meio das ferramentas do Google, disponível em <www.google.com>, e do Yahoo, disponível em <https://br.search.yahoo.com/search?p=ferramenta+&ei=UTF-8&fr=moz35>.

Estado de alguns dos principais teóricos políticos da história da filosofia ocidental. Tive como fonte primária para tanto a obra *O contrato sexual* (1988/1993), de Carole Pateman.

A fim de analisar o discurso do Estado baseei-me nas alterações sofridas pela *Constituição Federal* no que tange à influência entre Igreja e Estado. Para tanto, tomei como ponto de partida os dados fornecidos por Maria das Dores Campo Machado, em seu artigo intitulado *Religião, cultura e política* (2012).

Posteriormente, busquei no portal do *Planalto* pela Lei nº 11.106 de 28 de março de 2005³, que por meio de seu art.5 revoga o art. 240 do Código Penal, o qual tipificava adultério como crime. Com relação aos projetos de lei analisados, realizei primeiramente uma busca em portais de notícia sobre discussões que tivessem ocorrido nos órgãos de representação estatal com alcance nacional sobre questões envolvendo sexualidade, família e casamento.

Durante essa busca, entrei em contato com Projeto de Lei 6296/2002 do Deputado Federal Magno Malta (PTB)⁴, que tinha por objetivo proibir a fertilização de “óvulos humanos com material genético proveniente de células de doador do gênero feminino”⁵. Informação que confirmei acessando diretamente a ementa do PL.

Posteriormente, também por meio de busca em portais de notícias⁶, entrei em contato com dois Projetos de Lei que tramitavam no Congresso Nacional com propostas de legislação específicas sobre a definição de “família”. Em seguida, consultei diretamente nos portais da *Câmara* e do *Senado* a íntegra das propostas, que são respectivamente o PL 6583/2013⁷, do Deputado Federal Anderson Ferreira (PR/PE), e o PLS 470/2013⁸, da Senadora Lídice Mata (PSB/BA).

No terceiro subitem, minha escolha por iniciar a discussão sobre os discursos midiáticos nos contos de fada se deu diante dos dados fornecidos por Heitor Tavares Zanoni e Schmaltz Ferreira no artigo *Muitas formas de amar: a noção de amor nos filmes infantis* (2014) e Cristiane Marangon e Dalila Batista Nonnenmacher no artigo *Os irmãos Grimm:*

³ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111106.htm>. Acesso em 10 ago 2015.

⁴ “Cientistas fecundam óvulo sem usar espermatozoide”. Disponível em <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2001/010710_fertilidade.shtml>. Acesso em 10 mar 2014.

⁵ Ementa do PL 6296/2002 Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=46207>>. Acesso em 10 mar 2014.

⁶ “Projetos no Congresso que discutem conceito de família devem gerar polêmica”. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2014-11/projetos-no-congresso-que-discutem-conceito-de-familia-devem-gerar-polemica>>. Acesso em 20 jun 2015.

⁷ Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1159761&filename=PL+6583/2013> Acesso em 13 abr. 2015.

⁸ Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=140057&tp=1>>. Acesso em 10 abr. 2015.

espaço intertextual de contos de fadas (2008). Tais dados me auxiliaram a compreender que os contos de fada tinham um papel de grande relevância na constituição dos ideais de relacionamentos afetivo-sexuais que perpassam diversos outros âmbitos midiáticos.

Após a leitura dos artigos mencionados, considere que o filme *A Branca de Neve* (1937) de Walt Disney, adaptação do conto *A Branca de Neve e os sete anões* escrito pelos irmãos Grimm, seria uma boa amostragem da constituição do amor romântico nesse tipo de produto midiático, devido a seu sucesso e à repercussão que continua tendo desde seu lançamento, além de ser o primeiro filme produzido por Walt Disney.

Posteriormente, a obra *Cultura de massas no século XX: neurose* de Edgar Morin (1962/1997) serviu de ponto de partida para discutir como na atualidade os construtos de amor continuavam a ser constituídos de maneira muito semelhante ao que é observado pelo autor. Uma vez inserida na discussão das produções hollywoodianas iniciadas por Morin, optei por analisar o filme *Cinquenta tons de cinza* (2015), baseado em livro homônimo. Tal escolha se deu devido a todas as polêmicas sobre os relacionamentos afetivo-sexuais consequentes do imenso sucesso do livro, que se fortaleceram com o lançamento do filme, que alcançou ainda mais sucesso⁹.

No terceiro capítulo, proponho-me a trazer um panorama de como os discursos a respeito da sexualidade feminina e da configuração dos relacionamentos afetivo-sexuais foram alterando as vidas das mulheres ao longo do século 20. Para tanto, tomei por base os dados disponíveis no capítulo *Da modinha à revolução sexual* (p. 231-311) do livro *História do amor no Brasil*, da historiadora Mary Del Priore (2005/2015).

Em um segundo momento, trago alguns dados retirados de periódicos produzidos pelos movimentos feministas no período da segunda onda feminista que tratam sobre temas relacionados à sexualidade e relacionamentos afetivo-sexuais. Os textos foram produzidos nos anos 80 e foram obtidos por meio de consulta ao Centro Informação Mulher São Paulo¹⁰, o maior acervo da América Latina de documentos dos movimentos de mulheres.

A despeito da imensa boa vontade da Marta, que trabalha e dedica a maior parte de seu tempo na manutenção e funcionamento do CIMSP, as buscas no acervo do centro foram dificultadas devido a empecilhos consequentes de uma mudança recente de endereço da entidade. Essa mudança foi ocasionada pela retirada do CIMSP do espaço da Praça Roosevelt,

⁹ "50 Tons de Cinza já ultrapassa US\$ 500 milhões em bilheteria no mundo. Disponível em: <<http://cinema.uol.com.br/noticias/redacao/2015/03/05/50-tons-de-cinza-ja-ultrapassa-us-500-milhoes-em-bilheteria-no-mundo.htm>>. Acesso 04 dez 2015.

¹⁰ Portal do Centro Informação Mulher. Disponível em: <<http://cimsp.com.br/>>. Acesso em 20 jul 2015.

no bairro da Consolação, local com grande circulação de pessoas, visibilidade, acessibilidade e um bom espaço no edifício para guardar o acervo¹¹. Após esse acontecimento, o Centro foi transferido para o último andar de um prédio comercial no mesmo bairro, mas sem acessibilidade e nenhuma visibilidade. Desse modo, só encontra o CIMSP quem efetivamente pesquisa por sua localização, restringindo muito o público que passa a ter contato com o acervo.

Além disso, depois de conversar com Marta tomei conhecimento de que o espaço carece de verba e investimentos já desde antes de seu despejo, o que só vem piorando desde então. Em decorrência disso, a falta de verba e a pouca força de trabalho disponível no CIMSP fizeram com que o acervo ainda não esteja completamente organizado no novo endereço.

Desse modo, a seleção dos dados passou por cinco momentos distintos. O primeiro deles foi uma conversa que tive com Marta, explicando a ela meu trabalho e o que procurava. O segundo foi o trabalho de Marta de procurar dentre o acervo ainda não totalmente organizado, documentos que poderiam contribuir de alguma forma para a minha pesquisa. O terceiro foi a pré-seleção que fiz diante dos documentos separados por Marta, buscando pelos documentos que abordassem da maneira mais direta possível as temáticas relacionadas à sexualidade e os relacionamentos afetivo-sexuais. O quarto foi o imprevisto de ter sido impedida de fazer cópias de documentos com *copyright* nas gráficas que visitei no bairro. O quinto, e último, foi minha leitura atenta dos documentos a fim de compreender como essas temáticas eram abordadas por eles e destacar o que parecia mais relevante.

No quarto capítulo, optei por selecionar textos de blogs, tendo em vista que os meios digitais desempenham atualmente um dos principais meios de produção de informação e circulação das discussões (PEREIRA, 2011). Considerando o fato de que os grupos feministas não possuem meios materiais de produção em larga escala que demandem altos gastos financeiros, a internet se constitui como uma das opções mais viáveis para a disseminação de informações e debates. As redes sociais, tal como o *facebook*, também desempenham esse papel, entretanto, privilegiei o material dos blogs por conta de sua estabilidade e por transitarem periodicamente entre as discussões da rede social – essas mais esparsas e descentralizadas.

Diante dessa escolha, optei por fazer minha busca em blogs autodenominados

¹¹ "Prefeitura de São Paulo despeja Centro de Informação da Mulher de área pública". Disponível em: <<http://cut.org.br/noticias/prefeitura-de-sao-paulo-despeja-centro-de-informacao-da-mulher-de-area-publica-3a98/>>. Acesso em 20 jan. 2016.

feministas, que fossem um local de concentração de textos de um conjunto de pessoas, e não um blog individual. O objetivo dessa escolha foi verificar como, em ambientes construídos coletivamente, a discussão sobre sexualidade e relacionamentos afetivo-sexuais era desenvolvida. Além disso, optei por textos que tratassem diretamente da discussão dos modelos de relacionamento. Essa opção se deu por ter conhecimentos prévios a respeito da existência de textos abordando essa temática.

É relevante dizer que nenhum critério temporal de inclusão ou exclusão precisou ser estabelecido na coleta, pois o texto mais antigo encontrado durante a busca data do ano de 2013. Diante dos critérios estabelecidos, selecionei *Poliamor é para pessoas ricas e bonitas*, *Vamos falar de desigualdade de classes*, postado no blog *Blogueiras Feministas*¹², *A imposição do seu amor livre para mim não é novidade*, postado no blog *Blogueiras Negras*¹³, e, por último, *Por que o poliamor e as relações livres podem ser privilégios para os homens?*, postado no blog da *Revista Capitolina*¹⁴.

1.3 Procedimento de Análise: tratamento dos dados

Ao longo das análises dos dados foi surgindo a necessidade de trazer novos textos para compreender as problemáticas que pareciam surgir ao longo da discussão. Desse modo, minha busca pela compreensão dos enunciados presentes nos dados coletados se deu por meio do entendimento das relações dialógicas entre eles e outros enunciados. A isso, denominamos nos estudos bakhtinianos de cotejo, pois “Toda palavra (todo signo) de um texto conduz para fora dos limites desse texto. A compreensão é o cotejo de um texto com os outros textos” (BAKHTIN, 1979/2015, p. 404). Porque:

O texto só vive em contato com outro texto (contexto). Somente em seu ponto de contato é que surge a luz que aclara para trás e para frente, fazendo que o texto participe de um diálogo. Salientamos que se trata do contato dialógico entre os textos (entre os enunciados), e não do contato mecânico “opositivo”, possível apenas dentro das fronteiras de um texto (e não entre texto e contextos), entre os elementos abstratos desse texto (entre os signos dentro do texto), e que é indispensável somente para uma primeira etapa da compreensão (compreensão da significação e não do sentido). Por trás desse contato, há o contato de pessoas e não de coisas (BAKHTIN, 1979/2015, p. 405-406).

Dessa forma, o cotejo se constituiu como orientação metodológica deste trabalho.

¹² Disponível em : <<http://blogueirasfeministas.com/2014/02/poliamor-e-para-pessoas-ricas-e-bonitas/>>. Acesso em jun. 2014.

¹³ Disponível em: <<http://blogueirasnegras.org/2015/02/12/a-imposicao-do-seu-amor-livre-para-mim-nao-e-novidade/>>. Acesso em mar. 2015.

¹⁴ Disponível em: <<http://www.revistacapitolina.com.br/por-que-o-poliamor-e-relacoes-livres-podem-ser-privilegios-para-os-homens/>>. Acesso em mar. 2015.

Disso decorre imensa preocupação da valorização da alteridade nos processos de compreensão e produção de conhecimentos, de modo que, por meio do exercício de correlação de enunciados, percebo as condições de produção envolvidas nos processos discursivos, que remetem “a noções como história, ideologia, práticas sociais, heterogeneidade, interdiscursividade etc.” (VOESE, 1997, p. 9)

Tendo em vista as preocupações expostas anteriormente e a temática desse trabalho, fui abrindo diálogo ao longo das discussões com diversos textos que possibilitassem a compreensão da subjugação feminina materializada nos enunciados dos dados de análise.

Para tanto, nas discussões sobre religião utilizei textos de teólogas feministas tais como Ivone Gebara (2000) e Ivone Reimer (2005). Além disso, a fim de desestabilizar os sentidos do discurso oficial da Igreja, e demonstrar que se inscreve dentro desse campo o embate pelo valor de veracidade das narrativas religiosas, cotejei histórias negligenciadas pelo discurso oficial da Igreja presentes nas obras *Lilith: a lua negra* (1980/1987) de Roberto Sicuteri e *A Papisa* (1998/2000) de Peter Standford.

Utilizei também em diversos momentos do trabalho a obra *O contrato sexual* (1988/1993), da feminista e cientista política Carole Pateman. Tal obra foi de fundamental importância para compreender, em diálogo com as reflexões bakhtinianas propostas em *Para uma filosofia do ato responsável* (1920-24/2010) e nas demais obras do Círculo, como as relações de dominação e subjugação das mulheres são produzidas nos discursos sobre os relacionamentos afetivo-sexuais.

A fim de melhor analisar a constituição da mulher no discurso midiático, dialoguei com as obras *O mito da beleza* (1992), da feminista Naomi Wolf, e *Backlash: o contra-ataque na guerra não declarada contra as mulheres* (1991/2001), da jornalista e feminista Susan Faludi.

No que se refere à compreensão da imagem presente no primeiro texto analisado no quarto capítulo, as obras *A imagem* (1990/1993), de Jacques Aumont, e *A cor como informação: a construção biofísica, linguística e cultural da simbologia das cores* (2000), de Luciano Guimarães, deram embasamento para pensar os elementos visuais e compreendê-los linguisticamente.

Para compreender a constituição do discurso misógino (isto é, discurso de ódio e aversão às mulheres), a dominação masculina e a constituição discursiva do patriarcado, tive por base as obras *Misoginia medieval e a invenção do amor romântico ocidental* (1991/1995) do historiador Howard Bloch, a já mencionada obra de Carole Pateman, *Gênero, patriarcado,*

violência (1996/2015), da socióloga e feminista Heleieth Saffioti e a consagrada obra *O segundo sexo* (1949/2015), de Simone de Beauvoir.

A obra de Beauvoir foi também de fundamental importância para a compreensão dos processos de alteridade envolvidos nos discursos de dominação, de modo que estabeleci diálogo entre as concepções de alteridade de Beauvoir e dos estudos bakhtinianos. Para compreender todos esses processos e discursos, o trabalho de Ana Cláudia Lemos Pacheco, intitulado *Branca para casar, mulata para f... e negra para trabalhar; escolhas afetivas e significados de solidão entre mulheres negras em Salvador, Bahia* (2008), e a palestra da escritora feminista Chimamanda Ngozi Adichie, chamada *O perigo de uma história única*¹⁵, foram de especial importância para me auxiliar na compreensão da relação entre os discursos de dominação masculina e os discursos racistas.

Por fim, estabelecendo diálogo entre todos os enunciados apresentados, me proponho a discutir como os discursos hegemônicos se constituem entre si, de maneira *interseccional* (CRENSHAW, 2004), formando um *nó* (SAFFIOTI, 1996/2015), que faz com que só possam ser compreendidos por meio de uma percepção dialógica da linguagem (ainda que não se autodenomine enquanto tal).

2. As constituições da oficialidade da monogamia

Nesse capítulo proponho-me a discutir alguns enunciados produzidos por algumas das então denominadas instituições sociais. São elas, a Igreja (entendida aqui como religiões cristãs), o Estado e a Mídia. Segundo Lakatos e Marconi (2010), instituição social é uma forma de organização da sociedade, que se organiza como uma estrutura social relativamente permanente, marcada por padrões comportamentais delimitados por normas e valores específicos, sendo definida por finalidades próprias, além de uma estrutura unificada. Entendo, dessa forma, que as instituições sociais são também constituídas por discursos relativamente estáveis e relativamente unificados, que funcionam constituindo ideologias que se produzem com maior estabilidade social.

Haja vista que algumas dessas instituições têm como aspecto de sua organização social maior potencial centralizador, e funcionam como referência para a constituição dos valores tidos como oficiais por um determinado momento histórico, elenco aqui as três instituições que considero que, devido a essas características, e à sua potencialidade de produção

¹⁵ “*The danger of a singular history*” . Disponível em: <http://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story?language=pt-br>. Acesso em 10 dez. 2015.

enunciativa massiva (justamente por deterem aparatos materiais para tanto), possam desempenhar papel privilegiado na constituição dos discursos oficiais.

Nesse sentido, proponho-me aqui a discutir como a monogamia vai sendo constituída como parte do discurso oficial nos discursos das religiões cristãs, do Estado e da Mídia, assim como de que maneira esses discursos constituem-se entre si.

2.1 Os discursos das religiões cristãs¹⁶

“Não sei nada de Deus, a não ser que tão assustadoras devem ser as suas preferências como os seus desprezos, Onde foste buscar tão estranha ideia, terias de ser mulher para saberes o que significa viver com o desprezo de Deus.”

Diálogo entre Maria de Magdala e Jesus. O Evangelho Segundo Jesus Cristo – José Saramago

Entendendo a Bíblia como texto fundador da discursividade cristã, composto pelo conjunto de escritos presentes no Antigo Testamento e Novo Testamento, tendo sido por muito tempo¹⁷ "um tipo de reportagem retrospectiva das origens que indicaria como foram criados o céu, a terra, os seres" (PENA, 1989, p. 13), existiu como enunciado fundamental para todos os dizeres oficiais que se propunham a explicar qualquer questão da existência humana.

Apenas a partir do século XVII, a ciência¹⁸ passa a ser reconhecida como conhecimento legítimo e passa a alterar com alguma validação social todas as outras

¹⁶ Entendo a relevância da religião judaica no desenvolver da história das religiões cristãs, entretanto, baseada nos dados do IBGE demonstrados adiante, para este trabalho me focarei nas religiões cristãs.

¹⁷ A palavra “Bíblia” “(...) é relativamente nova. Foi inventada no século quarto por João Crisóstomo, o patriarca de Constantinopla, quando se referiu à coleção dos livros sagrados dos judeus” (HENDRIK, 1951, p. 4). Entretanto, “acredita-se que os primeiros escritos bíblicos tenham surgido no final do período conhecido como tribal (1220-1030 a.E.C.), e eram constituídos por pequenos textos que, posteriormente, foram expandidos e inseridos nos livros como os conhecemos hoje. Podemos citar como exemplos desses escritos iniciais o Cântico de Débora (Jz 5), o Decálogo, ou os Dez Mandamentos (Ex 20:1-21), o Código da Aliança (Ex 19, 20, 22 e 23), além de alguns Salmos ou trechos deles, como 19:2-7; 29; 68; 82; 136 (FERREIRA, 2009:65-66). Ao longo dos séculos outros textos e até mesmo livros inteiros foram sendo desenvolvidos, de acordo com a necessidade cultural que o povo e/ou seus governantes e sacerdotes percebiam existir; não à toa parte do livro de Levítico, um livro essencialmente legislativo, cujas leis não seguem qualquer ordem e que pode ser dividido segundo seus temas (TORÁ, 2001:287), foi escrito grande parte (a saber, do capítulo 8 ao 10 e do capítulo 17 ao 26) durante o exílio babilônico, entre 587 e 538 a.E.C. (FERREIRA, 2009:98) – um momento em que a unidade cultural e religiosa de Israel estava abalada” (AMARAL, 2011, p. 2234).

¹⁸ O corte da ciência moderna se evidencia quando tomamos o exemplo da mudança radical de nível que se produzia em relação ao problema dos corpos. É muito diferente pensar que os corpos caem porque o lugar natural daquilo que é pesado, grave, é “o mais baixo” (formulação apreensível ao sentido da compreensão humana, fundada em significados e valores estabelecidos e compartilhados), e afirmar que os mesmos corpos que parecem cair estão, na verdade, sendo atraídos pela Terra porque estão próximos a ela e têm menos massa do que ela (ELIAS, 2004, p. 12).

discursividades¹⁹. É nesse contexto de abalo de algumas discursividades até então cristalizadas e tidas como inquestionáveis que René Descartes se propõe a fazer da dúvida o ponto central de seu método. Partindo da ideia de que por não poder “estar certo de que, ao duvidar de tudo, inclusive do fato de que estou duvidando, continuarei duvidando, e assim a única certeza que posso ter é a de que duvido”, Descartes produz uma das teorias que permitirão a fundação de um novo paradigma discursivo²⁰ (ELIAS, 2004, p. 12-13) que possibilitará o que passamos a denominar Ciência, pois:

Pela primeira vez na filosofia, o discurso do saber se volta para o agente do saber, permitindo toma-lo, ele próprio, como questão de saber. Pela primeira vez não se tratava apenas de situar os seres, de pensa-los através de uma ontologia, de uma metafísica, mas de colocar em questão o próprio saber sobre o ser, que se torna, assim, também, pensável (*idem*, p. 13).

Entretanto, mesmo após o que se convencionou chamar de revolução copernicana, e do início do processo de ampliação das possibilidades de produção enunciativa, atreladas a projetos de dizeres outros que não os oficialmente reiterados e validados até aquele momento, as discursividades bíblicas permaneceram em constante (re)produção. Dessa forma, a Bíblia mantém-se como um dos enunciados centrais na organização de nossa sociedade, pois como nos aponta Valentin Nikolaevich Volochínov:

Cada enunciação (...) compreende, além da parte verbal expressa, também uma parte extra verbal não expressa, mas subentendida – situação e auditório – sem cuja compreensão não é possível entender a própria enunciação. Essa enunciação enquanto unidade de comunicação verbal, enquanto unidade significante, elabora e assume uma forma fixa precisamente no processo constituído por uma interação verbal particular, gerada num tipo particular de intercâmbio comunicativo social. Cada tipo de intercâmbio comunicativo referido anteriormente organiza, constrói e completa, à sua maneira, a forma gramatical e estilística da enunciação, sua estrutura tipo, que chamaremos a partir daqui de gênero (1930/2013, p. 159).

Isto quer dizer que a Bíblia nos importa aqui menos como uma unidade de sentido com começo, meio e fim, a qual denominamos texto, e mais como enunciado, que se constitui na coexistência e disputa pelo *status* de oficialidade com outras discursividades, nas mais diversas instâncias.

Ademais, sua escolha como fonte de dados para compreender a constituição da

¹⁹ "(...) a ciência como um todo sofreu uma estagnação muito grande durante esse período [*pré copernicano*]. Isto se deveu, principalmente, ao fato de que a Igreja católica, nestes primeiros séculos medievais, estava se organizando a fim de consolidar a sua autoridade espiritual e intelectual. ' A ciência era para eles (os primeiros padres) um saber profano; salvo quando era necessária para a vida cotidiana, era no melhor dos casos, inútil, e, no pior, perigosa distração' (KUHN, p. 106)" (RODRIGUES, p. 63-64, 1987) (grifos nossos).

²⁰As considerações a respeito dos fundamentos da teoria cartesiana a partir da perspectiva que adotamos neste trabalho serão melhor exploradas mais adiante.

oficialidade da monogamia se dá também por ela fazer parte de um *gênero do discurso secundário*. Diferentemente dos *gêneros do discurso primário*, que têm caráter mais provisório e se desenvolvem a partir de situações de comunicação discursiva imediata (como os diálogos cotidianos), os *gêneros do discurso secundário* “surgem nas condições de um convívio social mais complexo e relativamente muito desenvolvido e organizado” (BAKHTIN, 1979/2015, p. 263), e incluem em seu processo de formação diversos gêneros primários, fazendo com que eles percam o vínculo imediato com a realidade e tenham seus sentidos mais estabilizados. Por fazer parte dessa natureza, a Bíblia é um conjunto de *gêneros primários* transmutados em *gêneros secundários*, de maneira que seus sentidos ali se encontram de forma relativamente mais acabados (estabilizados) e é possível ter uma visão mais ampla de como os sentidos vão se constituindo.

Além de ser um gênero do discurso secundário, a reiterabilidade da Bíblia como discurso oficial é outro aspecto de grande relevância, pois, todo texto que permanece existindo como enunciado em alguma comunidade discursiva diz algo a respeito das formas de organização social desse grupo e sua composição ideológica, uma vez que “toda situação inscrita duravelmente nos costumes possui um auditório organizado de uma certa maneira e conseqüentemente um certo repertório de pequenas formas correntes” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, citado por VOLOCHÍNOV, 1930/2014, p. 160).

A fim de situar nosso contexto atual e a expressão desse auditório, podemos observar os dados fornecidos pelo Censo Demográfico realizado pelo IBGE no ano de 2010. De acordo com o relatório, 64,6% da população brasileira se declara católica, 22,2% evangélica, 8,0% sem religião, 2,0% espírita e 0,3% candomblecista ou umbandista. É pertinente dizer, portanto, que nossa sociedade ainda é predominantemente cristã, o que pode nos ser um indício a respeito de a partir de qual posição e com qual força as discursividades cristãs ocupam lugar na arena sêmica de embates que constituem os valores sociais.

As religiões cristãs, assim como as outras, são uma construção sociocultural, perpassada necessariamente por transformações sociais, relações de poder, de classe, de gênero, de raça/etnia. Discutir religião é lidar com um sistema sociocultural em relação de permanente constituição com a sociedade (SOUZA, 2004, p. 123). Relação essa que só é possível ocorrer por meio da linguagem, pois “nenhuma cultura poderia realizar-se se a humanidade estivesse privada da possibilidade de comunicação social, *de que a nossa linguagem é sua forma materializada*” (VOLOCHÍNOV, 1930/2013, p. 144- *grifos do autor*).

Nesse sentido, ao nos propormos a compreender como se constitui a oficialidade da

monogamia nas religiões cristãs, temos que lidar com questões de linguagem. Linguagem essa que constitui e é constituída pelas formas de organização de uma sociedade, dentre outras coisas, machista e androcêntrica. Tais características serão necessariamente demarcadas em materializações linguísticas produzidas em diversos momentos da história, que se *refletirão* e *refratarão* em outros momentos, reiterando alguns sentidos antigos e atribuindo novos sentidos a esses dizeres. Com esse fim, passarei desse momento em diante a cotejar alguns dados selecionados que abordam diretamente essa temática.

Na introdução da edição brasileira do Evangelho Segundo São Lucas lançada pela Editora Objetiva, Alcione Araújo (1999) apresenta Lucas como o autor do que poderia ser chamado de “Terceiro Evangelho”, trabalho produzido após o estudo minucioso dos escritos de Marcos e Mateus. Segundo Araújo, o evangelista produziu seu estudo sempre se preocupando com “(...) métodos de observação e análise”, tendo estado ao longo do processo “(...) certamente inúmeras vezes em Israel” (p. 13). Além disso, em seu Evangelho, Lucas faz referencia a algumas passagens e informações que outros evangelistas não mencionam, pois teria tido contato direto com diversas testemunhas que não haviam sido ouvidas antes, como Maria, a mãe de Jesus.

Entretanto, apesar de ser conhecido por ter escrito o Evangelho que “(...) apresenta mais mulheres do que qualquer outro (...) e as comenta com precisão e perspicácia” (p. 14), mesmo em seus escritos as mulheres raramente aparecem, têm nome ou falam. Em boa parte das vezes em que se faz menção a uma mulher no texto, ou ela aparece em uma relação de pertença a algum homem, ou atendendo a alguma ordem divina. Para ilustrar isso, podemos observar a seguir como algumas das principais figuras femininas da Bíblia são apresentadas:

- (1) No tempo de Herodes, rei da Judéia, havia um sacerdote chamado Zacaria, da turma de Abias. **Sua mulher**, descendente de Aarão, chamava-se Isabel. Ambos eram justos diante de Deus e viviam irrepreensíveis em todos os mandamentos e ordens do Senhor. Mas não tinham filhos, **pois Isabel era estéril** e ambos eram de idade avançada (EVANGELHO, 1:5-7) (*grifos nossos*).
- (2) Mas o anjo lhe disse “Não tenhas medo, Zacarias, porque foi ouvida tua oração. **Isabel, tua mulher**, vai **te dar** um filho a quem darás o nome de João. Ficarás alegre e muito feliz, e muitos se alegrarão com seu nascimento. Ele será grande diante do Senhor. Não beberá vinho nem licor e desde o ventre de **sua mãe** estará cheio do Espírito Santo (EVANGELHO, 1:13-15) (*grifos nossos*).
- (3) Alguns dias depois, Isabel, **sua mulher**, engravidou e por cinco meses ficou escondida, dizendo: “Assim o Senhor fez comigo, quando lhe agradou acabar com a humilhação que eu passava perante o povo” (EVANGELHO, 1:24-25) (*grifos meus*).

Para Isabel chegou o tempo de dar luz à e ela deu à luz um filho (EVANGELHO, 1:57).

Todos os trechos acima dizem respeito à Isabel e, como podemos observar, ela é o tempo todo definida como um ser que só existe em relação de pertença aos homens presentes na narrativa e a serviço das ordens divinas. No trecho (1), enquanto Zacarias é definido como “um sacerdote”, Isabel é “sua mulher”. Além disso, a única característica que se atribui a ela é ser “estéril”, o que diz respeito diretamente à possibilidade de ser mãe.

No trecho (2), novamente o nome de Isabel vem acompanhado de um dos pronomes possessivos que ao longo da narrativa demarcam relação de pertença a Zacarias. Logo em seguida, o fato de Isabel estar grávida é anunciado de maneira com que **ela terá a função de dar ao homem um filho**, a quem **ele** dará o nome de João. Por fim, Isabel aparece mais uma vez definida como ser em função de outro (masculino), como a mãe de João (“sua mãe”). Ao ser definida como o ventre em que habita João, Isabel é definida por meio de sua função reprodutiva, que só é definida por meio da existência de João.

Ainda, no trecho (3), no primeiro momento em que se relatam palavras que teriam sido ditas por Isabel, ela é apresentada como mulher **de** Zacarias e apenas se coloca em relação de gratidão a vontade divina, que teria a poupado da “humilhação” de não ser mãe, o que em certo sentido significa na narrativa não ser mulher por completo. Esse sentido se constitui por meio do discurso mítico do amor materno, que consiste na naturalização da maternidade como condição inerente ao ser mulher. Dessa forma, Isabel, só se é constituída na narrativa a partir de sua relação de pertença ao marido e pela execução de sua função de mãe. Por último, quando Isabel pari João, o fato é descrito como algo em que Isabel tem um papel de passividade diante dos acontecimentos “Para Isabel chegou o tempo de dar luz (...)”. Isabel não tem absolutamente nenhuma autonomia.

No que diz respeito à Maria, é possível observar como a definição de sua identidade se dá a partir dos seguintes trechos:

- (4) No sexto mês, o anjo Gabriel foi enviado da parte de Deus para uma cidade da Galiléia, chamada Nazaré, a **uma virgem**, prometida em casamento a um homem, chamado José, da casa de Davi. **O nome da virgem** era Maria (EVANGELHO, 1:26-27) (*grifos meus*).
- (5) (...) Isabel cheia do Espírito Santo exclamou “Bendita és tu entre as mulheres e bendito é o fruto do teu ventre! Donde me vem a honra que a **mãe do meu Senhor** venha a mim?” (EVANGELHO, 1:42-43) (*grifos meus*).

No trecho (4) Maria é designada como virgem, de maneira que no trecho “O nome da

virgem era Maria”, é possível perceber que “Maria” aparece como signo que denomina “a virgem”, delimitando sua identidade à sua condição de virgindade. No trecho seguinte (5), em uma das poucas falas de Isabel, esta designa Maria como “a mãe do meu Senhor”. De sua definição resumida à condição de virgindade, Maria passa a ser aquela que é definida em relação ao “Senhor”.

Em nenhum momento dos trechos expostos as mulheres aparecem como sujeitos²¹ de dizer definidos em sua plenitude, pois são o tempo todo definidas em relação a algum sujeito masculino (esse sim absoluto) ou à sua condição reprodutiva (como a virgindade de Maria ou a infertilidade de Isabel). Segundo Simone de Beauvoir, “ante a Eva pecadora, a Igreja foi levada a exaltar a Mãe do Redentor” (1949/2015, p. 145). Dessa maneira, a fim de relacionar a desobediência de Eva ao mal e ao pecado, vão se definindo discursivamente ideais de bem e obediência na constituição das mulheres “de deus”, que mesmo quando aparentemente se colocam como sujeitos de dizer (como no trecho 5), o fazem se constituindo por meio das vozes masculinas que definem o significado de ser mulher.

Essa relação de definição das identidades da mulher na Bíblia está diretamente relacionada à noção de alteridade, que se define por relações dialógicas e valorativas expressas por dizeres entre sujeitos. Essas relações consistem na relação entre locutor e interlocutor (eu-tu), a relação entre os diversos discursos presentes na sociedade, e o posicionamento ideológico do sujeito em relação aos signos e enunciados (BAKHTIN, 1920-1/2010; 2015).

Nessa perspectiva, a identidade só pode ser formada por meio da relação de alteridade, de maneira que o *eu* só pode ser definido por um *outro*. Essa percepção poderia nos levar ao erro de acreditar que essa relação de definição da identidade por meio da alteridade se dá de maneira simétrica. Entretanto, ao nos atentarmos para o fato de que essa relação se dá por meio da linguagem, e é produzida necessariamente se constituindo pelos discursos presentes naquele momento histórico, poderemos compreender a afirmação de Beauvoir (1949/2015) de que o homem é o sujeito absoluto que define a mulher como *outro*.

Todas as relações dialógicas têm como característica a presença de múltiplas vozes que constituem os discursos produzidos pelos sujeitos. Em uma sociedade centrada na figura masculina, a voz dominante é masculina e, mesmo nos atos de dizer dos sujeitos definidos como mulheres, poderá estar presente a voz masculina, como ilustra a fala de Isabel no trecho 5. Como deslocamento consequente dessa compreensão, é possível dizer que vivemos em

²¹ Sujeito, segundo a teoria bakhtiniana, é constituído socialmente a partir da interação verbal, na relação de alteridade – isto é, na relação com o outro (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 1929/2009).

uma sociedade constituída por diversas vozes de forma assimétrica, *polifônica* mas não equipolente (GUIMARÃES, 2015). Pois, se compreendemos que toda relação de dominação necessita da linguagem para se constituir, os grupos em situação de dominação social se configuram também pela primazia de suas vozes e o silenciamento das vozes dos grupos em situação de subjugação.

Podemos ver mais um exemplo dessa relação entre dominação e silenciamento em Coríntios 1.14:34-35. Nesses versículos, o apóstolo Paulo ordena de forma bastante explícita que as mulheres se mantenham caladas na igreja e sejam obedientes aos homens, pois se desejam aprender algo, devem interrogar em casa seus próprios maridos, porque é indecente que as mulheres falem na igreja. A realização da prescrição de Paulo se materializa já no mesmo corpo em que se encontra essa enunciação, na Bíblia e sua construção a partir do silenciamento das mulheres.

Por meio desse silenciamento é que se mantêm a primazia da voz masculina, garantindo aos discursos da dominação masculina o local de privilégio na constituição dos sujeitos pela relação de alteridade, em que o homem se configura como sujeito dominante em uma relação de subjugação da mulher.

As vozes das mulheres não são silenciadas apenas pela presença das vozes da dominação masculina em suas falas, mas também pela ausência quase que completa de suas falas. Segundo um estudo realizado pela Reverenda Lindsay Hardin Freeman (2014), “Há 93 mulheres que falam na Bíblia e 49 delas têm nome. Essas mulheres juntas falam um total de 14.056 palavras - cerca de 1,1 por cento do total de palavras encontradas no livro sagrado”.²² No entanto, como nos alerta a teóloga feminista Ivone Reimer:

(...) não basta apenas resgatar as histórias de mulheres. É necessário também verificar o que a tradição eclesial fez com essa história, quais são os efeitos históricos de tais histórias de mulheres e das interpretações feitas por homens e autoridades eclesiais (REIMER, 2005, p. 12).

No Brasil, após ter feito declarações públicas questionando os dogmas da igreja católica, a teóloga feminista Ivone Gebara teve seu silêncio obsequioso decretado pelo Vaticano em 1999, não podendo mais dar aulas ou se pronunciar publicamente. Em entrevista sobre o ocorrido, a teóloga conta:

É que não nos dão nenhum espaço. O Vaticano fechou o Instituto de Teologia de Recife, onde eu trabalhava, porque diziam que éramos comunistas e não era uma instituição séria para a formação do clero. Depois do fechamento, e por defender a legalização do aborto, não tenho lugar na instituição como

²² Disponível em < http://www.brasilpost.com.br/2015/04/03/biblia-mulheres_n_7000356.html >. Acesso em 20 maio 2015.

professora, embora com dois títulos de doutorado, com mais de 30 livros publicados e muitíssimos artigos, porque causo preocupação. E também existe outro problema que é muito sério: muito menos temos lugar nas paróquias, nos lugares onde as pessoas estão. Perto de minha casa, existe um convento de freiras de clausura e elas me convidavam para que fosse falar, para contar como as coisas estavam lá fora, e o bispo – não o atual, o anterior – telefonou para elas e disse que eu era uma mulher muito perigosa, que não me convidassem mais. Os espaços de reprodução deste pensamento são absolutamente escassos (IHU, 2012).

Por meio da declaração de Gebara, podemos entender o silenciamento como movimento coercitivo de monologização e tentativa de reiteração de significados fixados e estáveis. No exercício de silenciamento, tenta-se controlar, estancar os sentidos, de modo que ele seja formatado e uniformizado para servir a uma única função, um único projeto de dizer. Nesse sentido, é possível dizer que a ausência de demarcações linguísticas da existência das mulheres na bíblia tem como parte de seu projeto de dizer o silenciar e a normalização não questionada desse não dizer. Esse silenciar é também tentativa de imposição de vozes e sentidos de forma unívoca, constituindo à voz oficial o *status* de unidade definidora daqueles que são silenciados.

Dito de outra forma, a coerção silenciadora atua apagando e interditando as vozes das mulheres com o objetivo de manter a supremacia de seus discursos, a fim de naturalizar as condições de dominação e impedir que o discurso hegemônico seja desestabilizado. Contudo, uma vez que esse silenciamento passe a ser tema de discussão, como faz Gebara no trecho citado, e fazem diversas outras teólogas feministas (GEBARA, 2000; NUNES, 1992; REIMER, 2005), ele sai do campo da estabilidade e passa a ser compreendido enquanto enunciado.

Uma vez entendido como enunciado, sua compreensão passa a reconhecer seu caráter de não-reiterabilidade histórica e necessariamente inacabada, portanto, não monologizada. E por meio do desvelamento de sua condição de produto de linguagem, passa a ser possível perceber a multiplicidade de sentidos presente em sua constituição, de forma que sua estabilidade é colocada em cheque relativamente às *contrapalavras* que atribuem valores a sua existência. Dentre outras palavras, ao se produzirem enunciados sobre o silenciamento, ele deixa de ser entendido como ausência de sentidos e passa a ser entendido como produtor de sentidos.

Outra informação relevante para a discussão a respeito dos movimentos de apagamento das mulheres nas narrativas do cristianismo é a polêmica acerca de Joana, mulher que possivelmente tenha se passado por homem para ocupar o cargo de Papa:

A história da Papisa está registrada em pelo menos 500 crônicas sobre o papado e outros assuntos católicos, escritas entre o período medieval e o fim do século XVII. Em meio à falange de autores que testemunharam sua existência, sem qualquer ambiguidade, estão os servos do papado, diversos bispos e alguns dos cronistas medievais mais renomados e respeitados, escritores cujas obras são o alicerce da história e da ortodoxia da igreja desse período. Mas, quando se trata de Joana, insinua-se que estes manuscritos, datados da época que antecede a Reforma, foram subsequentemente alterados (STANFORD, 2000, p. 36).

Não me parece de muita pertinência a discussão sobre a “realidade” dos “fatos” envolvidos nessa polêmica, pois não cabe aqui a esse trabalho discutir especificamente a veracidade desses acontecimentos, o que talvez possa ser um trabalho para estudiosos do campo da História enquanto área do conhecimento. O que me importa nesse tema é que Joana é constituída discursivamente como personagem histórico e, portanto, nesse sentido, existiu assim como diversos outros personagens de narrativas históricas mais populares. Tanto no caso da Papisa, quanto do apagamento das mulheres das narrativas bíblicas, somente quando passamos ao processo de compreensão dos sentidos do silenciamento como enunciado é que conseguimos perceber o silenciar. Após essa compreensão torna-se possível resistir ao silenciamento, e apontar que em todo suposto silêncio habitam ecos das vozes de discursos sociais em constante disputa. O “silêncio obsequioso” de Gebara, nesse sentido, se fez escutar.

Na narração da criação do mundo presente no capítulo da Bíblia Sagrada intitulado Gênesis, temos como o acontecimento que dá origem à humanidade a criação de Adão, o primeiro humano criado por Deus (Gênesis, 1.26-2.17). Após formar a partir da terra todos os animais, Deus teria notado que ainda se fazia necessária a criação de uma companhia equivalente para Adão, e disse “Não é bom que o homem esteja só. Vou-lhe fazer uma auxiliar que lhe corresponda”. Fez então com que Adão caísse em sono profundo e tirou-lhe uma das costelas. Da costela tirada do homem, Deus teria criado a mulher e a apresentado ao homem para que fossem companheiros no jardim do Éden (Gênesis 2.18-25).

Existe, entretanto, outra narrativa menos reiterada e popular que essa primeira, a não ser por algumas feministas estudiosas da bíblia, em Gênesis 1.26-28, segundo a qual deus haveria criado o homem e a mulher ao mesmo tempo, sendo ambos igualmente constituidores da humanidade que acabara de ser criada. A supressão dessa história simultânea da criação da humanidade dos discursos cotidianos alterou diretamente a história das mulheres e *reflete e refrata*, por ela mesma, a repressão sexual sistemática que as mulheres sofriam e permanecem sofrendo (BLOCH, p. 31-32, 1995). *Reflete e refrata* no sentido desenvolvido por Bakhtin/Volochínov em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, levando sempre em

consideração que:

Um produto ideológico faz parte de uma realidade (natural ou social) como todo corpo físico, instrumento de produção ou produto de consumo; mas, ao contrário destes, ele também reflete e refrata uma outra realidade, que lhe é exterior. Tudo que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um signo. Sem signos não existe ideologia. Um corpo físico vale por si próprio: não significa nada e coincide inteiramente com sua própria natureza. Neste caso, não se trata de ideologia (1929/2009, p.31).

Existe outro mito que se propõe a justificar esses dois momentos de criação na Bíblia que defende a existência da criação de duas mulheres. A primeira delas, presente no Capítulo I seria Lilith, mulher criada ao mesmo tempo em que Adão para com ele povoar a terra. De acordo com o mito, Lilith teria se recusado a viver em função de Adão e teria sido banida do jardim do Éden por Deus, que teria depois criado Eva das costelas de Adão e ordenado que ela fosse sempre obediente a seu companheiro. Eva, no entanto, teria sido seduzida por Lilith, materializada na simbologia da serpente, e provado o fruto proibido, ato que teria constituído o pecado original (SICUTERI, 1985/1987).

Após a consumação do ato pecaminoso, à mulher, deus condena “Multiplicarei grandemente o seu sofrimento na gravidez; com sofrimento você dará à luz filhos. Seu desejo será para o seu marido, e ele a dominará” (Gênesis, 3:16). Assim sendo, partir do discurso mítico do pecado original de Eva, todo sexo passa a ser “contaminado”, e toda mulher considerada inerentemente culpada. Todas as mulheres, as descendentes de Eva, já nascem sujas e tem que se provarem inocentes, enquanto se purificam numa espécie de ônus da prova invertido.

Nos textos do livro Levíticos deus prescreve rituais para a purificação das mulheres que deram a luz. Caso tenha nascido um menino, a mãe estará imunda durante sete dias e deve ser purificada durante 33 dias, mas se for uma menina, a mãe estará imunda durante 14 dias e sua purificação será durante 66 dias, o dobro do tempo com relação ao nascimento de um menino (12:1-5). O criador também determina que toda mulher menstruada é imunda e pecadora. E será imundo tudo o que ela tocar (15:19-23) (15:30). Também o homem que fizer sexo com uma mulher menstruada estará imundo por sete dias (15:24).

Exegetas cristãos entendem tal fato, normalmente, como discriminação de mulheres. Feministas judias, no entanto, interpretam-no de maneira diferente, e uma outra maneira de entender pode ser: visto que, para a fé do povo judeu, Deus está intimamente presente em todo o processo de gestação de crianças, a “impureza” após o nascimento dava-se por causa do envolvimento da mulher nessa obra da divindade, o que implica uma *idéia de santidade*. Então, o período da “desenergização” é duas vezes maior para o nascimento de uma menina, porque ela no futuro torna-se capaz de gerar e,

igualmente, participar desse processo de criação. Em relação à impureza, veja-se ainda que tanto mulheres quanto homens tem seus períodos (Lv 15) (REIMER, 2005, p. 44).

Como estipulado pelas palavras divinas, a sujeição das mulheres aos homens passa a ser parte fundamental do processo de purificação da sujeira e culpa inerente ao ser mulher, segundo o discurso bíblico. A construção de Maria e outras mulheres “purificadas” na bíblia passa a ser uma forma de legitimar a divisão de todas as mulheres entre “santas” (aquelas que provaram seu valor) e “putas” (as que permaneceram sujas).

A doutrina de Maria como redentora do pecado de Eva acentuou ainda mais a dissociação entre espírito e corpo, pois para atuar na redenção Maria tinha de ser virgem perpétua, sem mancha de qualquer relação sexual com outro ser humano (JENKIS, p. 572, 1991, citado por MORAIS, 2001, p. 27).

As dicotomias *corpo vs espírito* e *putas vs santas* são de imensa importância no entendimento de todo processo de repressão sexual e controle dos corpos femininos. Pois só é possível ser purificada após a negação do próprio corpo, que só pode existir como instrumento a serviço da vontade superior, a masculina. A alienação²³ do corpo da mulher necessita estar discursivamente muito bem consolidada e atualizada como algo natural para que a exploração e a dominação masculina se realizem (MARTIN, 2006; PATEMAN, 1993; KOLLONTAI, 2011). Particularmente nos escritos bíblicos, essa alienação se realiza na medida em que a purificação da mulher só é possível a partir da negação do próprio corpo, ao mesmo tempo em que a mulher será penalizada por sua culpa inerente com dores sentidas no próprio corpo. E a negação desses corpos produz discursivamente essa dor como algo do campo do espiritual e essencial, portanto, intrínseco a sua existência.

Segundo o texto bíblico, embora seja bom que não fique só (Gênesis 2:18), o homem enquanto sacerdote não poderia se casar com mulheres que tenham perdido a virgindade, divorciadas, viúvas ou prostitutas (Levíticos, 21:7; 21:13-14). E, além dos sacerdotes, qualquer homem em caso de suspeita de infidelidade de sua esposa informará a situação ao sacerdote que a fará beber uma substância que, em caso de culpa, fará a coxa dela apodrecer e sua barriga inchar, e em caso de inocência nenhum dano ocorrerá. Em todo caso, "o homem será livre da iniquidade, porém a mulher levará a sua iniquidade" (Números 5:11-31).

²³ O conceito de *alienação* aqui trabalhado tem sua base nas discussões contidas primordialmente na obra *Manuscritos econômico-filosóficos* de Karl Marx, publicada originalmente em 1932. Embora nesse texto Marx não fale especificamente a respeito da *alienação do corpo* feminino, o desenvolver do conceito de alienação nos estudos feministas coincidirá com a noção de alienação como fragmentação do ser humano, num movimento que o aparta do mundo, de si mesmo, de tudo o que produz e dos outros seres humanos. Entretanto, a alienação do corpo feminino dentro dos estudos feministas está intimamente relacionada ao sistema de dominação masculina, o que convencionou-se chamar de patriarcado. Desse modo, sendo um tipo de alienação que atinge em sua amplitude pessoas designadas mulheres postas em constante processo de sujeição aos homens.

Além de não aparecerem em momento algum da bíblia como sacerdotisas, as mulheres são, assim como os servos e servas, o boi e o jumento, coisas pertencentes ao homem, que não devem ser cobiçadas por outros (Exôdos 20:17). E como propriedade, podem ser adquiridas em diferentes quantidades, de acordo com a vontade e condição de seu proprietário.

Ao longo de toda a Bíblia há diversos exemplos de homens que se casaram ou se relacionaram com mais de uma mulher. Para citar alguns exemplos, Lameque, o primeiro da narrativa bíblica a obter mais de uma esposa (Gênesis 4:19; 4:23); Abraão, que se casou com duas mulheres (Gênesis 25:1), além de ter tido diversas amantes com as quais teve filhos (Genesis 25:6); Esaú que já tinha duas esposas (Genesis 26:34), e “toma” outra (Genesis 28:9); e Jacó, que teve quatro mulheres (Genesis 31:17).

A prescrição da punição para o adultério é reservada às mulheres, assim como as instruções de deus para “tomar” uma segunda esposa são exclusividade dos homens (Exôdos 21:10). Dessa forma, além do adultério ser passível de castigo apenas para as mulheres, a poligamia é possível e assegurada apenas para os homens pela palavra do criador, *autor-criador*, que se posiciona valorativamente e constitui o todo da personagem dando-lhe acabamento estético (BAKHTIN, 1979/2015).

O *autor-criador* na bíblia se constitui nessa relação sempre a partir da posição masculina, dando o acabamento estético ao *ser mulher* a partir desta perspectiva. Nesse sentido, como aponta Simone de Beauvoir (1949/2015, p.10):

A humanidade é masculina e o homem define a mulher não em si mas relativamente a êle; ela não é considerada um ser autônomo. "A mulher, o ser relativo...", diz Michelet. E é por isso que Benda afirma em Rapport d'Uriel: "O corpo do homem tem um sentido em si, abstração feita do da mulher, ao passo que este parece destituído de significação se não se evoca o macho... O homem é pensável sem a mulher. Ela não, sem o homem". Ela não é senão o que o homem decide que seja; daí dizer-se o "sexo" para dizer que ela se apresenta diante do macho como um ser sexuado: para êle, a fêmea é sexo, logo ela o é absolutamente. A mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem e não este em relação a ela; a fêmea é o inessencial perante o essencial. O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro.

O movimento de alteridade aqui se dá a partir de um eu absoluto e autoprojeto (BAKHTIN, 1979/2015, p. 48) que na construção de seu *outro*, não o personifica e nega sua condição de sujeito. Este eu pensado e centrado em si é tudo o que existe como campo de significação e tudo o que não coincide com ele mesmo é esvaziado de sentido.

No início da Era Moderna a procriação permanecia valorada como um princípio de vital importância para a organização da sociedade, e a família cristã havia se tornado um dos mais importantes parâmetros de bem estar social, alicerçada pela união contratual baseada no

comprometimento com a fidelidade e a monogamia. O casamento cristão naquele período histórico funcionou como modelo de estilo de vida e de relação entre os sexos. Como modelo de diferenciação de papéis, fidelidade e afeto individualizado, ele se diferenciava do ideal do amor cortês atrelado às características tidas como típicas da nobreza feudal (como a sensibilidade e a libertinagem) e servia aos ideais morais e políticos dos novos setores urbanos (KESSEL, 1991, p.185).

Observando como se constrói a definição de casamento dentre alguns dos principais pensadores do cristianismo, nos debruçaremos sobre a obra *A Consciência Puritana e a Sexualidade Moderna*, mais especificamente o capítulo O casamento puritano e a história da amizade (p. 113-156), em que Edmund Leites (1987) traz uma síntese do que considera como os principais posicionamentos acerca do matrimônio no cristianismo. As considerações a seguir terão por base as informações contidas nesta obra.

Segundo o Catecismo Romano de 1566, a companhia dos sexos opostos é uma das prioridades do casamento, pois é de importância fundamental para a sobrevivência, além da procriação e prevenção ao pecado da luxúria. Ao definir o companheirismo enquanto ajuda mútua e alívio para o desconforto da velhice como um dos principais propósitos do casamento, os autores do Catecismo contrariam Santo Agostinho e outros pensadores do catolicismo que consideram que, em última instância, somente a procriação justificaria o casamento.

Na concepção de Santo Thomás de Aquino “O casamento é uma amizade, e a igualdade é a condição da amizade”. Diante disso, o homem, tanto quanto a mulher, devem ser fiéis e monogâmicos. Sendo o casamento a maior das amizades, esta fidelidade seria fundamental para construir a igualdade dentro da relação e o fortalecimento do companheirismo.

Na Ética, Aristóteles diz que o casamento é uma espécie de amizade daqueles que constituem a polis. Segundo o filósofo grego considerado por muitos como o fundador da ética ocidental, somos animais políticos por natureza, até mesmo muito mais inclinados a formar pares do que formar cidades. Posteriormente, essa concepção serviu de embasamento para o posicionamento daqueles que dentro da Igreja Católica Medieval e no início da Moderna desejavam defender a noção de casamento enquanto algo que teria como suas principais propriedades a amizade e o companheirismo.

De acordo com a teoria puritana, “(...) a finalidade maior do casamento é a ajuda e o conforto; que o prazer sensual é essencial para esse conforto; que o marido e a mulher

também devem ser os melhores amigos; e que esse prazer e amizade devem durar, e nem podem diminuir com os anos” (p. 147).

Nos itens adiante, proponho-me a discutir como esses enunciados são retomados, reconstituídos e alterados pelas principais religiões cristãs da atualidade. Para tanto, ao invés de focar-me nos tradicionais pensadores do cristianismo supracitados, analisarei a declaração de alguns dos líderes religiosos com maior destaque e alcance midiático.

2.1.2 Até que a morte nos separe: a oficialidade da monogamia materializada nos discursos da Igreja Católica Apostólica Romana

Nesse momento tentaremos compreender como os enunciados bíblicos e os enunciados produzidos pelos pensadores cristãos clássicos se relacionam entre si e com os enunciados produzidos pelos Papas Bento XVI e Francisco, sendo ambos respectivamente o antecessor e o atual supremo líder espiritual da Igreja Católica.

(1) O papa Bento XVI disse na segunda-feira que o casamento homossexual é uma das várias ameaças atuais à família tradicional, pondo em xeque “o próprio futuro da humanidade”. Foram as declarações mais fortes já proferidas pelo pontífice contra o casamento homossexual, durante um pronunciamento de ano novo a diplomatas de quase 180 países acreditados no Vaticano, abordando questões econômicas e sociais contemporâneas. Segundo Bento XVI, a educação das crianças precisa de “ambientes” adequados, e “o lugar de honra cabe à família, baseada no casamento de um homem com uma mulher”. “Essa não é uma simples convenção social”, disse o Papa, “e sim a célula fundamental de cada sociedade. Consequentemente, políticas que afetam a família ameaçam a dignidade humana e o próprio futuro da humanidade”²⁴

A declaração de Bento XVI remonta a posição do teórico estatal romano Cícero, que constitui a casa patriarcal, organizada por meio da dominação da figura do pai, como célula básica social que deve servir de analogia para a organização do Estado, que “(...) sempre é questão de *um homem* que melhor saiba dominar a grande casa, o Estado” (REIMER, 2005, p.13). O teórico também desaprova as relações homossexuais e as considera antinaturais

²⁴ (REUTERS (2012) “Casamento gay é uma ameaça à Humanidade, diz Bento XVI”. O GLOBO, 9 de Janeiro. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/mundo/casamento-gay-uma-ameaca-humanidade-diz-bento-xvi-3614933>>. Acesso em 16 jun 2014.

(LEITES, 1987, p. 139). Na construção do evento singular (isto é, em seu contexto imediato e irrepetível) do dizer de Bento XVI, em um pronunciamento de ano novo realizado na presença de diplomatas representando quase 180 países, onde alguns estudavam a possibilidade de regulamentação do casamento entre pessoas do mesmo sexo, produz-se um sentido singular que está para além de sua textualidade “em si”, mas constitui um claro posicionamento ideológico da autoridade da Igreja perante as diversas formas de relacionamentos afetivos e sexuais que tem ganhado evidência nas últimas décadas em todo o mundo.

É relevante tentarmos compreender o evento das produções de enunciados de Ratzinger enquanto Papa pensando no percurso de construção do seu repertório como elemento não absolutamente determinante, mas constituinte dessa relação. Bento XVI faz parte de uma ordem religiosa católica denominada Ordem Beneditina (ou Ordem de São Bento), sendo o 17º beneditino a assumir a posição de Papa. Esta ordem tem como uma de suas práticas a clausura monástica, consistindo na clausura realizada por monges e monjas a fim de se dedicarem exclusivamente aos votos religiosos, renunciando ao prazer mundano em prol da espiritualidade.

Bento XVI escolheu como lema episcopal o enunciado “Colaborador da verdade”; assim ele o explicou:

Parecia-me, por um lado, encontrar nele a ligação entre a tarefa anterior de professor e a minha nova missão; o que estava em jogo, e continua a estar – embora com modalidades diferentes –, é seguir a verdade, estar ao seu serviço. E, por outro, escolhi este lema porque, no mundo actual, omite-se quase totalmente o tema da verdade, parecendo algo demasiado grande para o homem; e, todavia, tudo se desmorona se falta a verdade.²⁵

A escolha do lema episcopal de Bento XVI demonstra algo referente à sua postura com relação ao carisma de sua ordem religiosa. Ou seja, situa seu projeto de dizer a partir dos objetivos de intervenção no mundo que se constroem em diversos momentos de enunciação. A construção de verdade como algo para se estar a serviço, sendo esta passível de ser compreendida em sua totalidade por todo ser humano, parte de pressupostos universalizantes que ignoram as complexidades e singularidades das relações humanas em benefício da oficialização de um dogma.

Durante todo o curto pontificado de oito anos de Bento XVI, sendo o mais curto em 600 anos, seus pronunciamentos causaram grande revolta por parte de movimentos sociais engajados nas causas da mulher e LGBT, possivelmente acarretando em uma queda da

²⁵ Papa Bento XVI. Wikipédia: a enciclopédia livre. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Papa_Bento_XVI#cite_note-32>. Acesso em 5 de jun. 2014.)

popularidade da Igreja Católica.

Mas ao contrário do que muitos previam, a religiosidade nunca entrou em declínio, embora as tradicionais instituições cristãs tenham enfrentado crises, diminuição de sua influência na sociedade, progressivo esvaziamento da frequência dos fiéis aos templos ou da adesão à membresia da Igreja.

Muitas delas utilizaram a teoria da secularização, instrumentalizando-a como sinal de alerta para que as instituições se renovassem. O próprio Concílio Vaticano II foi, de certo modo, uma iniciativa visando adequar a Igreja Católica Romana aos novos tempos, a fim de recuperar sua influência nas sociedades ocidentais, lidando como o fenômeno cada vez maior da secularização e seu derivado prejuízo que é a laicização ou a laicidade (ALVANI, 2012, p.160)

Após sua renúncia, pela primeira vez na história escolheu-se para ocupar o título de Papa um Padre latino americano, o argentino Jorge Mario Bergogli, que passa a ser o então Papa Francisco, sendo também o primeiro Papa pertencente à ordem religiosa Companhia de Jesus, cujos membros são conhecidos como jesuítas. Seu lema episcopal é “Olhou-o com misericórdia e o escolheu”.

O lema episcopal de Francisco materializa uma perspectiva que se propõe a trabalhar na alteridade e constrói um outro a quem é olhado com misericórdia e escolhido. Nesta construção, é possível escolher um sujeito e torná-lo singular na relação, que, no entanto, já está pré-estabelecida como uma relação de misericórdia antes desse outro ser encarnado, ganhar materialidade no mundo concreto (na infra-estrutura). Esse aspecto que se coloca como determinante antes do efetivo acontecimento de um enunciado, em que pelo menos dois sujeitos falantes se relacionam, constrói a alteridade de uma maneira que determina e apaga em alguma medida esse outro.

Em seus pronunciamentos que ganharam maior evidência, o Papa Francisco com grande frequência fala sobre as questões relativas ao casamento:

(2) Ao falar da beleza do casamento, o papa afirmou que o amor “muitas vezes fracassa” e pediu então para “sentir a dor deste fracasso, acompanhar as pessoas que sofreram este fracasso do próprio amor. Não condeneis! Caminhei com eles”²⁶

(3) O papa Francisco disse neste domingo (28) que o casamento “não está fora de moda” e pediu a jovens que serviram como voluntários na Jornada Mundial da Juventude se “rebelem” contra a “cultura do provisório”. “Há quem diga que hoje o casamento está fora de moda. Na cultura do provisório, do relativo, muitos pregam que o importante é curtir o momento, que não vale a pena comprometer-se por toda a vida, fazer escolhas definitivas, ‘para sempre’, uma vez que não se sabe o que reserva o amanhã. Em vista disso eu peço que vocês

²⁶ “Papa pede para acompanhar e não condenar quem fracassou no casamento”. Notícias Terra, 28 de Fevereiro. Página consultada a 6 de Junho de 2014, <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/07/28/papa-exalta-casamento-e-pede-que-jovens-se-rebelem-contra-cultura-do-provisorio.htm>>. Acesso em out 2015.

sejam revolucionários, que vão contra a corrente”, afirmou. O papa defendeu também a “beleza do casamento no qual o homem deixa seu pai e sua mãe e se une a sua mulher e em dois formam uma só carne”, e assegurou que “Deus não quer o homem sozinho”²⁷

No trecho (2), Francisco propõe em sua declaração uma alteração na abordagem do tema do divórcio por parte dos fiéis da igreja. Sendo esse um tema caro aos dogmas católicos, o Papa constrói seu enunciado trazendo a materialização linguística da prática que se projeta mudar (a condenação) formulando-a a partir da negação, “não condeneis”. Entretanto, o divórcio permanece sendo designado como “fracasso”, constituindo ao mesmo tempo o movimento de alteração das práticas enunciativas a respeito do divórcio, não condenar, e reafirmação de uma lógica já instituída, o divórcio como fracasso.

É interessante perceber como no trecho (3) o Papa constrói o valor de hegemonia ao designar “cultura do provisório” e algo que “muitos vão dizer” como um discurso instituído e validado oficialmente, pois não segui-lo seria o movimento de ir “contra a corrente”. Um aspecto referente às condições de produção dessa enunciação particularmente relevante de se destacar é que no mesmo período em que ocorre essa jornada para a juventude católica, completava-se um ano do momento em que o país vivia um contexto de intensas mobilizações populares em grande medida encabeçadas pela juventude, que ficou conhecido como *as jornadas de junho*²⁸. Embora com menor adesão massiva, nesse período o Brasil vivenciava expressivas manifestações contra a Copa do Mundo, pela melhoria de condições de trabalho e salário dos metroviários de São Paulo²⁹ e dos garis do Rio de Janeiro³⁰. Nesse sentido, é pertinente compreender como após construir enunciativamente um discurso como

²⁷ “Papa exalta casamento e pede que jovens se ‘rebelem’ contra ‘cultura do provisório’”. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/07/28/papa-exalta-casamento-e-pede-que-jovens-se-rebelem-contracultura-do-provisorio.htm>>. Acesso em ago 2015.

²⁸ “O ápice da jornada de protestos pelas ruas do país completou um ano nesta terça-feira (17). O que começou com uma reivindicação sobre a tarifa do transporte público ganhou novas pautas - como a luta contra a corrupção - e diferentes protagonistas como ativistas das redes sociais e black blocks surgiram neste cenário” Disponível em <<http://www.ebc.com.br/cidadania/2014/06/protestos-completam-um-ano-e-violencia-policial-se-repete>>. Acesso em 10 jun 2015.

²⁹ “O Sindicato dos Metroviários de **São Paulo** decidiu, em assembleia na noite desta quarta-feira (20), deflagrar greve a partir da 0h do próximo dia 27 de maio. A paralisação será total e no mesmo dia haverá uma nova assembleia para decidir os rumos da greve” Disponível em <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/05/20/metroviarios-de-sp-entram-em-greve-a-partir-da-proxima-quarta-feira.htm>>. Acesso em 08 jun 2015.

³⁰ Garis fazem manifestação em frente ao prédio da Prefeitura do Rio: Categoria pede reajuste salarial de 47,7% e aumento no vale-alimentação de R\$ 20 para R\$ 27. Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2015-03-13/garis-fazem-manifestacao-em-frente-ao-predio-da-prefeitura-do-rio.html>>. Acesso em 09 jun 2015.

hegemônico, negá-lo permite que se diga que a reafirmação dos valores da igreja são “revolucionários”.

(4) O papa defendeu também a “beleza do casamento no qual o homem deixa seu pai e sua mãe e se une a sua mulher e em dois formam uma só carne”, e assegurou que “Deus não quer o homem sozinho”.

Também sinalizou uma nova direção com relação à complexidade das uniões de hoje. Embora reafirmando que o casamento é entre homem e mulher, apontou que é preciso olhar “para os diferentes casos e analisá-los”.

Os estados leigos precisam justificar a união civil a fim de regular as diversas situações de coabitação, motivados pela necessidade de regulamentar os aspectos econômicos entre as pessoas, como, por exemplo, assegurando a assistência médica”, disse. Em julho do ano passado, Francisco já havia formulado sua famosa pergunta: “Se um gay busca Deus, quem sou eu para julgar?” Em janeiro, depois de contar a história de uma menina que estava triste por que a namorada da mãe não a amava, questionou: “Como anunciar Cristo a uma geração que muda?”³¹

Passando brevemente pelo trecho (4), através da reafirmação de que o casamento se dá entre um homem e uma mulher é possível perceber a manutenção da religião em sua posição de acordo com suas regras centrais. De todo modo, como no caso do divórcio, a falha ao cumprir essa regra não deve ser condenada, como ilustra o trecho “quem sou eu para julgar?”. Ao mesmo tempo, ao dizer que é de competência dos “estados leigos” reconhecer as novas formas de família, a declaração do Papa separa a religião e o Estado em duas esferas humanas que podem se constituir de forma relativamente autônoma, pois embora possam se relacionar - o próprio fato de o Papa falar sobre os deveres do Estado comprova essa relação - devem ter autonomia na constituição de suas diferenças.

Ainda, em entrevista realizada durante a 82ª Assembleia Geral da União dos Superiores Gerais (USG), em novembro de 2013, no Vaticano, o padre argentino disse que considera os diferentes ambientes familiares da sociedade atual, tais como filhos de pais separados ou homossexuais, um desafio pedagógico para a Igreja Católica³².

É possível perceber, portanto, que a mudança de discurso da figura do Papa não se limita a ela em si, mas altera diretamente as formas dessas vozes que outrora estavam silenciadas no que se configura como discurso oficial da igreja e estabelece, a partir disso, uma nova forma de relação entre os diferentes discursos da sociedade. Ainda, este discurso faz parte de um projeto de dizer relacionado diretamente a um de projeto político que disputa

³¹“O Papa Francisco e o Casamento Homossexual”.Disponível em: <<http://www.pragmatismopolitico.com.br/2014/03/o-papa-francisco-e-o-casamento-homossexual.html>>. Acesso em 20 ago 2015.

³² “Papa afirma que casamento gay é desafio educativo para a Igreja”. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/mundo/papa-afirma-que-casamento-gay-desafio-educativo-para-igreja-11210998>>. Acesso em 15 jun 2015.

com outros projetos de dizeres a oficialidade dentro da instituição da igreja.

Assumindo a concepção de compreensão ativa de Bakhtin (1920-24/2010), compreendo que o discurso agora oficializado pelo Papa Francisco se baseia em grande medida na concepção Puritana, busca levar em consideração elementos de discursos do cotidiano e faz uso de um gênero do discurso com características semânticas e composicionais semelhantes àquelas presentes num discurso internamente persuasivo, cuja ênfase recai numa função dialógica.

Em contrapartida, o discurso de Bento XVI se apresentava de forma menos *polifônica* e tendia mais a construção de um discurso autoritário, possivelmente como uma estratégia discursiva (e inerentemente ideológica, tal como é próprio do signo) de estabilização unívoca do discurso religioso.

2.1.3 A monogamia oficializada nos discursos das igrejas evangélicas pentecostais

Segundo os dados do IBGE anteriormente citados, a segunda crença religiosa com maior número de adeptos é a evangélica, sendo 60% desse total de origem pentecostal, essa é a perspectiva religiosa evangélica com o maior número de fieis no país. Dentre as igrejas e congregações brasileiras, a maior delas é a Assembleia de Deus, contabilizando 12.314.410 fiéis no país, ela é também a denominação de origem pentecostal com o maior número de deputados eleitos na Câmara nacional, totalizando 26 parlamentares eleitos em nas eleições de 2014. Além disso, o deputado com maior número de votos na Frente Parlamentar Evangélica é o Pastor Marco Feliciano (PSC), cujo qual presidiu a Comissão de Direitos Humanos no mandato anterior. Também o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB), é membro da Assembleia de Deus³³.

Nas eleições de 2010, as igrejas com o maior número de parlamentares eleitos eram a Assembleia de Deus, com 19 deputados, seguida da Igreja Batista, com dez e a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), com sete. Embora a IURD fique em terceiro lugar dentre as denominações de origem pentecostal, com o total de 1.873.243 fiéis, a Igreja fechou as eleições de 2014 com 11 parlamentares eleitos. Ademais, Edir Macedo, fundador e atual líder da IURD, é o dono da Rede Record de Televisão, uma das maiores emissoras do país, que de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) tem

³³ Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2015/02/veja-quem-sao-os-lideres-da-nova-bancada-evangelica-4704358.html>>. Acesso em 25 jun 2015.

variado nos últimos anos entre o segundo e terceiro lugar no ranking de emissoras com maior audiência³⁴. O pastor também já apoiou publicamente diversos candidatos a cargos políticos³⁵

³⁶

Levando em consideração todos esses fatores, e compreendendo que a relação entre religião, Estado e mídia tem se demonstrado bastante confluyente e de grande relevância para esse trabalho, selecionei recortes de alguns textos produzidos por representantes da Assembleia do Reino de Deus e da Igreja Universal do Reino de Deus para pontuar como as questões relativas a mulher e a monogamia vêm sendo discutidas por essas instituições.

Em artigo para a sessão de comportamento do site de sua igreja, o pastor Edir Macedo disse:

(5) O rapaz que deseja fazer a Obra de Deus não deve se casar com uma moça que tenha idade superior à dele, salvo algumas exceções, como por exemplo aquele que é suficientemente maduro e experiente na vida para não se deixar influenciar por ela. Mesmo assim, a diferença não deve ultrapassar dois anos.

(...)

A mulher normalmente envelhece mais cedo que o homem, e quando ela chega à meia-idade, o marido, por sua vez, está maduro mas não tão envelhecido quanto ela. E a experiência tem mostrado que é muito mais difícil, mas não impossível, manter a fidelidade conjugal.

Dizer que “O rapaz que deseja fazer a Obra de Deus” não deve se casar com uma mulher mais velha “para não se deixar influenciar por ela!“, tem pelo menos duas implicações diretas: a primeira delas é a determinação de que para “fazer a Obra de Deus” é preciso ser homem, e a segunda é bastante literal em sua prescrição ao dizer que esse homem não deve ser influenciado por uma mulher.

Segundo o pastor, além de correr o risco de tentar influenciar o marido, “A mulher normalmente envelhece mais cedo que o homem (...) E a experiência tem mostrado que é muito mais difícil, mas não impossível, manter a fidelidade conjugal” por parte do marido. Um dos membros do casal envelhecer parece ser apenas um problema que possa acarretar em infidelidade caso essa pessoa seja a mulher, pois em momento algum o texto do pastor faz qualquer comentário referente aos possíveis problemas consequentes de um homem se casar

³⁴ Disponível em: <<http://www.brasil247.com/pt/247/midiotech/155473/Ibope-Globo-tem-pior-audi%C3%Aancia-da-hist%C3%B3ria.htm>>. Acesso em 25 jun 2015.

³⁵ Disponível em <<http://epoca.globo.com/tempo/eleicoes/noticia/2014/10/eleicao-no-rio-expoe-bdivisao-entre-evangelicosb.html>>. Acesso em 27 jun 2015.

³⁶ “Malafaia, que apareceu na propaganda eleitoral do candidato tucano, José Serra, decidiu publicar um vídeo em seu site rebatendo texto publicado por Edir Macedo em seu blog pessoal. Macedo defende a candidata Dilma Rousseff (PT). Intitulado “Cuidado com o profeta velho”, o texto de Macedo diz que Malafaia é levado ao engano ao decidir apoiar Serra”. Disponível em <<http://eleicoes.uol.com.br/2010/ultimas-noticias/2010/10/21/apoio-a-presidenciais-provoca-briga-entre-malafaia-e-edir-macedo.jhtm>>. Acesso em 10 jun 2015.

com uma mulher mais nova e envelhecer antes dela. Nesse aspecto, ter mais idade apenas se constitui como potencial problema com relação à mulher. Embora de acordo com os dogmas da igreja seja necessário manter a fidelidade no casamento, o foco do texto de Macedo não é a discussão de porque homens não devem trair suas esposas, mas sugestões de como evitar um casamento que “dificulte” a fidelidade, tal como o casamento em que a infuncionalidade da mulher para cumprir com a totalidade do papel o qual é designada (fértil, jovem, submissa e inexperiente) pode colocar em risco o papel desempenhado pelo homem.

No mesmo texto, Edir Macedo fala também a respeito dos casamentos inter-raciais:

(6) Não haveria nenhum problema para o homem de Deus se casar com uma mulher de raça diferente da dele, não fossem os problemas da discriminação que seus filhos poderão enfrentar nas sociedades racistas deste mundo louco.

Ao longo de todo o texto não se diz categoricamente que é proibido ou que se desaconselha essa prática, mas a partir de um jogo de linguagem o movimento é de suposta ampliação por parte da igreja “Procuramos alertar sobre esta situação não porque a Igreja Universal do Reino de Deus tenha qualquer objeção quanto ao casamento envolvendo mistura de raça ou cor. Não, muito pelo contrário!”, e restrição por parte do mundo como a “discriminação que seus filhos poderão enfrentar nas sociedades racistas deste mundo louco”.

Além disso, a restrição com relação ao casamento inter-racial acontece especificamente em situações em que um homem possa vir a casar como uma mulher negra, como demonstra o trecho “Temos vários homens de Deus casados com mulheres de raças diferentes”. Caso fosse também generalizável para a situação de uma mulher branca com um homem negro, para um homem negro o conselho seria para que nunca se case, ou nunca se torne um missionário, tendo em vista que é condição para a missão ter constituído família³⁷.

Os conselhos do pastor não destoam do que mostram os dados do IBGE, segundo os quais 70% dos casamentos no país ocorrem entre pessoas de mesma cor e as mulheres negras (contabilizando nessa condição 7% da população) são as que menos se casam. Entre as brasileiras com mais de 50 anos, as mulheres negras são maioria na categoria “celibato definitivo”, que nunca viveram com cônjuge. Ao sugerir que homens se casem com mulheres brancas, o pastor reproduz e revalida os discursos que constituem a solidão da mulher negra, além de atribuir a ela uma finalidade última e inquestionável, que seria o cumprimento de uma vida de missão divina sem possíveis “empecilhos” ocasionados pelo racismo dos “outros”. Como aponta a socióloga negra e feminista, Ana Claudia Lemos:

³⁷ Por “família” aqui nos referimos à família nuclear prevista pelos dogmas da igreja.

Falar de afetividade, de escolhas, de solidão é colocar em xeque (desmontar) os sistemas de preferências que prescindem a idéia de brasilidade, posto que as mulheres negras aparecem como corpos sexuados e racializados, não afetivos, na construção da Nação (2008, p. 29).

Esse texto de Edir Macedo foi publicado em julho de 2012 no site *Arca Universal*, portal da Igreja Universal do Reino de Deus. Entretanto, segundo o portal e observatório de imprensa *Gospel Mais* o site foi encerrado, mas o texto permanece disponível no *site Internet Archive* e no próprio observatório de imprensa, sendo uma das notícias do portal com o maior número de comentários por ter causado expressiva revolta dentre os fiéis da igreja que se encontravam em situações similares as descritas pelo pastor. Atualmente a IURD mantém um novo portal de conteúdos no qual não constam os textos produzidos anteriormente, e de onde foi retirado o trecho a seguir de um texto intitulado *A poligamia traz felicidade?*:

(7) Um casamento realizado na Chechênia, uma das repúblicas da Federação Russa, ganhou destaque no mundo inteiro devido a aparente infelicidade da noiva. Em fotos e vídeos divulgados, a moça aparece cabisbaixa, com o semblante desanimado, sem aparentar em nada estar feliz com o casamento.

Jornalistas e ativistas da região afirmam que a jovem foi obrigada a se casar e, por isso, teria sido necessário que o juiz perguntasse três vezes antes de ela dar o seu “sim” ao casamento.

Kheda Goylabiyeva tem 17 anos, enquanto seu esposo, Nazhud Guchigov, está próximo de completar 50 e é um chefe de polícia influente na Chechênia. A diferença de idade, entretanto, não é o que mais chama atenção. Acontece que Guchigov já é casado e Kheda agora é sua segunda esposa.

(...)

Como poderia, portanto, ser a moça feliz, sabendo que nunca será a única no coração de seu esposo? Teria ela confiança o suficiente em Guchigov para se sentir amada? Poderia ela estar satisfeita em um relacionamento onde é necessário disputar constantemente a atenção e o carinho do parceiro com outra mulher, que já vive com ele há muito mais tempo? Como pode alguém ser feliz na poligamia?³⁸

Embora na descrição da notícia se diga que “Jornalistas e ativistas da região afirmam que a jovem foi obrigada a se casar”, no mesmo texto os comentários produzidos pelo editorial do portal constituem uma nova entonação para o acontecimento, atribuindo de forma demarcada pela conjunção conclusiva “portanto” uma única razão possível para a noticiada tristeza da noiva. A criação dessa razão desvincula por completo esse acontecimento dos debates a respeito das possíveis implicações da jovem ter sido obrigada, uma prática comum no tráfico de mulheres, diretamente relacionado à prostituição, a pedofilia e a dominação

³⁸ Disponível em: <<http://sitegospelmundo.wix.com/gospelmundo#!A-poligamia-traz-felicidade-O-que-voc%C3%AA-tem-a-dizer-sobre-a-poligamia/ci60/556b83020cf235f819692c36>>. Acesso em ago 2015.

masculina, e a vincula diretamente ao não cumprimento da monogamia, que segundo o portal, seria o que recomenda a bíblia. Logo em seguida da notícia, há outro texto intitulado “Uma só carne”, citando diversas passagens do Novo Testamento em que “Deus indica” (*ipsis literis*) a monogamia.

Também no Portal Gospel Mais há uma matéria intitulada “Pastor Silas Malafaia fala sobre os papéis do homem e da mulher no casamento, e afirma uma esposa sábia ‘edifica a casa’ a partir do que o marido ‘provê’”. De acordo com o texto:

(8) O pastor explicou que “de um modo geral, podemos afirmar que o homem é mais lógico e racional do que a mulher. O papel social dele, designado por Deus em Gênesis 2.15, é proteger, prover e liderar a família”, escreveu o pastor, acrescentando que “quando Adão e Eva desobedeceram e comeram o fruto da árvore do conhecimento do bem e do mal, Deus dirigiu a palavra primeiro ao homem (Gênesis 3.9), pois sobre este pesava a responsabilidade de desempenhar bem a função de líder, protetor e provedor do jardim. Assim, até hoje, quando o homem não cumpre com suas atribuições, transferindo para a esposa a responsabilidade dele como líder e provedor, enfrenta problemas em casa”.

Já em relação às mulheres, no texto o pastor aponta que “biblicamente falando, compete à mulher ser adjutora, ou seja, auxiliar do marido na missão de proteger, prover e liderar a família”. Silas Malafaia observou que “Deus delegou à mulher uma função de extrema importância na família”, pois ela “foi criada com intuição e sensibilidade mais aguçadas que as do homem, para equilibrar os relacionamentos familiares, agindo como uma sábia mediadora, trazendo harmonia ao lar. Por isso, em Provérbios 14.1, é dito que toda mulher sábia edifica a sua casa”.

Segundo o pastor, o papel designado ao homem por deus é “proteger, prover e liderar a família” e desde os tempos do jardim do Éden, “até hoje, quando um homem não cumpre com suas atribuições (...)“ e a mulher passa a ocupar esse papel, ele “enfrenta problemas em casa”. A menção do Gênesis nesse contexto atribui a causa do pecado original e a consequente punição da humanidade ao fato de Adão não ter cumprido com seu dever e permitido que Eva liderasse. E assim como aconteceu no Jardim do Éden, toda vez que um homem não liderar sua família e admitir que a mulher tome a frente das decisões (como supostamente Eva tomou) algo de ruim acontecerá. Pois, uma mulher jamais será tão “lógica e racional quanto o homem”, portanto incapaz de cumprir essa função.

De acordo com Malafaia, cabe à mulher a “função de extrema importância” de exercer toda a intuição e sensibilidade inerentes ao seu sexo para auxiliar o homem em sua missão. Atribuindo a inerência dessas características a vontade divina, o pastor reafirma que a mulher foi criada para essa tarefa. Ao citar Provérbios 14.1 “toda mulher sábia edifica a sua casa” após ter feito essas afirmações, a edificação da casa por parte de uma mulher fica em decorrência de saber ser sensível, mediadora e a responsável por trazer a “harmonia ao lar”. E

se “toda mulher sábia” age dessa forma, necessariamente todas as que não “edificam” sua casa, mesmo que em situação de violência doméstica ou alcoolismo por parte do marido, não são sábias o bastante para serem sensíveis e trazer a harmonia ao lar. Se o homem for “provedor, líder e protetor” e a família não estiver em harmonia, isso terá acontecido por incompetência da mulher ao ser auxiliar e sensível, pois, apesar de pouco racional e lógica, cabe a ela o papel de edificar o lar.

Em dissonância com o que afirma o pastor, os dados do Relatório lançado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR)³⁹ mostram que, no Brasil, em 2012, em quase 38% dos domicílios a pessoa de referência (tida como a responsável pelo domicílio e provedora) era mulher. Dentre essas famílias, 42,7% eram compostas por mulheres sem cônjuge com filhos (as). Por outro lado, o percentual de homens sem cônjuge com filho (a) como pessoa de referência é de somente 3,5% das famílias. Também entre as famílias com pessoa de referência do sexo feminino, somente 22,9% eram compostas por casais com filhos (as), 17,5% eram formadas por mulheres vivendo sozinhas e 9,4% por casais sem filhos. Ademais, o estudo mostra que 52,6% das famílias com pessoa de referência do sexo feminino são compostas por mulheres negras.

Tendo em vista que para a geração de um filho é necessária a relação entre um homem e uma mulher, o percentual de mulheres solteiras mostra que, embora de acordo com o pastor os homens sejam “racionais e lógicos”, tal racionalidade parece não ser o bastante para assumir os cuidados da criança, recaindo sobre a mulher a totalidade dos deveres sobre a casa.

Marco Antônio Feliciano, pastor neopentecostal da Catedral do Avivamento, igreja ligada à Assembleia de Deus, passou a ser uma personalidade em evidência após assumir a presidência da Comissão de Direitos Humanos e é famoso por suas declarações contra os movimentos feministas e LGBT. Segundo notícia do portal O Globo:

(8) As críticas do atual presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara dos Deputados, Marco Feliciano (PSC-SP), avançam também em outra direção: o direito das mulheres. Em entrevista para o livro “Religiões e política; uma análise da atuação dos parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e LGBTs no Brasil”, ao qual O GLOBO teve acesso, o deputado critica as reivindicações do movimento feminista e afirma ser contra as suas lutas porque elas podem conduzir a uma sociedade predominantemente homossexual.

“Quando você estimula uma mulher a ter os mesmos direitos do homem, ela querendo trabalhar, a sua parcela como mãe começa a ficar anulada, e, para que ela não seja mãe, só há uma maneira que se conhece: ou ela não se casa,

³⁹ Disponível em <http://www.spm.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/publicacoes/2015/livro-raseam_completo.pdf>. Acesso em 05 jun 2015

ou mantém um casamento, um relacionamento com uma pessoa do mesmo sexo, e que vão gozar dos prazeres de uma união e não vão ter filhos. Eu vejo de uma maneira sutil atingir a família; quando você estimula as pessoas a liberarem os seus instintos e conviverem com pessoas do mesmo sexo, você destrói a família, cria-se uma sociedade onde só tem homossexuais, você vê que essa sociedade tende a desaparecer porque ela não gera filhos”, diz ele na página 155, em declaração dada em junho de 2012⁴⁰.

De acordo com os argumentos do pastor e deputado, ao se “libertarem” as mulheres passariam a ocupar papéis que anulariam seus papéis de mães, o que atingiria a família, segundo ele, constituída por uma mulher + um homem + filhos. Dessa maneira, as pessoas se tornariam todas homossexuais e não procriariam mais, o que causaria seu desaparecimento. Em última instância, o avanço das mulheres com relação ao acesso ao trabalho e o não enquadramento no modelo heteronormativo de família seriam os responsáveis pela extinção da humanidade. Entretanto, como demonstrado anteriormente, a quantidade de mulheres ocupando o lugar de pessoas de referência na casa (chefes de família) cresce cada dia mais, ao mesmo tempo em que o Brasil possui cerca de 202.768.562 de habitantes, destacando-se como a quinta nação mais populosa do planeta⁴¹.

Além disso, segundo os resultados de um experimento realizado em Porto Alegre – RS com famílias de mães solteiras e famílias nucleares pelos psicólogos Angela Helena Marin e Cesar Augusto Piccinini (2007), as configurações familiares não afetam, necessariamente, os comportamentos e práticas maternas, nem os comportamentos infantis. Para a pesquisa foram selecionadas quatorze famílias em hospitais e unidades de saúde da cidade, sendo sete famílias nucleares e sete famílias de mães solteiras. A amostragem poderia ser questionada por supostamente ser pequena demais para conclusões a respeito de quadros mais amplos, mas ela certamente comprova que a afirmação de que toda vez que um homem não for líder e provedor de uma família, ela ruirá, é equivocada para dizer o mínimo, caso contrário, as famílias de mães solteiras apresentariam resultados discrepantes com relação ao comportamento e desenvolvimento dos filhos, o que não ocorre.

As escolhas enunciativas de Edir Macedo (6) são produzidas a partir de um jogo de linguagem, onde se tenta deslocar a responsabilidade de tudo o que poderia ser imperativo ou definitivo em outro que não a igreja, o mundo. Já na segunda matéria (7) intitulada “A

⁴⁰ Disponível em <<http://oglobo.globo.com/brasil/marco-feliciano-diz-que-direitos-das-mulheres-atingem-familia-7889259>>. Acesso em 12 maio 2015.

⁴¹ Estimativas da população residente no Brasil e unidades da federação com data de referência em 1º de julho de 2014. Disponível em <ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2014/estimativa_dou_2014.pdf>. Acesso em 10 abr. 2015.

poligamia traz a felicidade?” o projeto de dizer do texto vai aparecendo sempre a partir do recurso dos questionamentos e não das afirmações “Como, portanto, ser a moça feliz, sabendo que nunca será a única no coração de seu esposo? Teria ela confiança o suficiente em Guchigov para se sentir amada? (...) “ , fazendo uso de características sintático-semânticas mais próprias de um discurso internamente persuasivo, que embora dê sutilmente sugestões mais estritamente relacionadas ao cânone religioso, o faz a partir de uma entonação que se aproxima mais de uma função dialógica.

Todavia, nos textos dos membros da Assembleia de Deus, (8) e (9) há um discurso mais direto, com poucas modalizações e o uso frequente de afirmações em (8) “o papel é”, “compete à”, e (9) “(...) você destrói a família, cria-se uma sociedade onde só tem homossexuais (...)”, constituindo um gênero mais unívoco e uma entonação autoritária. O tom de conselho dos textos selecionados de representantes da IURD não aparece nos textos selecionados dos membros da Assembleia, dando lugar ao tom impositivo, a ordem.

A discussão desses textos sempre os relacionando com outros textos, ao invés de nos restringirmos a uma análise dos elementos sintáticos e semânticos é de crucial importância para o que nos propomos a fazer nesse trabalho, pois:

(...) as formas que constituem uma enunciação completa só podem ser percebidas e compreendidas quando relacionadas com outras enunciações completas, pertencentes a um único e mesmo domínio ideológico. (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 1929/ 2009, p. 108).

Outro aspecto relevante para observarmos é que as declarações de ambos os papas e a do pastor Marco Feliciano foram veiculadas por matérias produzidas por grandes portais de notícias do país. E nesse sentido, podemos nos questionar a respeito do que faz com que algumas declarações desses representantes religiosos se tornem notícia. No caso específico de Feliciano, o trecho destacado da fala do pastor na notícia, que foi retirado de um livro de análise da atuação dos parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e LGBTs no Brasil, nos dá algumas evidências a respeito da aceitabilidade e influência desses posicionamentos na organização da vida pública dos brasileiros.

As duas outras matérias, sendo uma sobre um texto de Edir Macedo e outra de Silas Malafaia, constam no observatório de imprensa evangélico *Portal Gospel Mais*. A cada um dos textos reproduzidos pelo portal, existe um parágrafo introdutório produzido pelos editores do observatório contextualizando o tema do texto a ser reproduzido e, como no caso de Macedo, alguma informação a respeito da recepção dele dentre a comunidade evangélica. Entendendo que “(...) o discurso citado é o discurso no discurso, a enunciação na enunciação,

mas é, ao mesmo tempo um discurso sobre o discurso, uma enunciação sobre a enunciação (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 1929/2009, p. 150) o processo de tornar-se ou não oficial está também relacionado aos discursos que falam sobre outros discursos e como falam, como se constitui enunciativamente a valoração e replicação daquele projeto de dizer em detrimento de outros.

Dessa maneira, ao revelar a forma como diferentes vozes e perspectivas de mundo entram em contato e se relacionam na negociação de sentidos, a filosofia da linguagem do Círculo de Bakhtin evidencia como nenhuma mudança relevante na sociedade passa sem ser materializada na interação verbal, e como a partir deste encontro de vozes cria-se algo singularmente novo, que tem como corpo o signo (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 1929/2009). E embora seja constituído pelas vozes de diversos pensadores da igreja, os discursos do Papa Francisco jamais teriam produzido o mesmo sentido se não tivessem sido antecedidos pelos discursos do Papa Bento XVI, suas conseqüentes reverberações e pela infra-estrutura e contexto histórico e social imediatos de sua fala. Assim como os discursos dos representantes da IURD e Assembleia de Deus jamais poderiam se constituir e ter sua materialidade reverberada, refletida e refratada se não fosse por meio de sua constante citação, possibilitada por algo que ocorre na infraestrutura e valida sua institucionalização na superestrutura. A superestrutura é o poder institucionalizado, é o poder em contexto de privilégio, constantemente reafirmado pelos discursos eleitos (muitas vezes literalmente, como no caso da Bancada Evangélica, como discutiremos a seguir) no embate de signos sócio historicamente constituídos em uma História escrita apenas por uma parcela da humanidade.

2.2 *A Deo rex, a rege lex*⁴²: os discursos do Estado e as oficialidades que se encontram

O Estado é definido por Santo Agostinho (1990) em sua obra *Cidade de Deus* como “Uma concorde multidão de pessoas unidas entre si por um laço social” (p. 12) que, a partir de sua mediação, tem por objetivo tornar a vida de seus cidadãos mais amena. Entretanto, segundo o filósofo, este mecanismo só conseguiria atingir seu propósito com plenitude quando alicerçado pelas palavras de deus. De acordo com essa concepção, a relação entre as palavras divinas e a noção de Estado se daria de tal forma que as ordens de deus para que Adão e Eva crescessem e se multiplicassem é a prova irrefutável da vocação original do homem para a vida social e sua conseqüente estruturação política, que garantiria que o homem

⁴² Termo em latim comumente utilizado em documentos jurídicos que significa “O rei vem de Deus, a lei vem do rei”.

não se perdesse em pecado.

Contrapondo essa concepção de formação e origem do Estado, o pensador inglês Thomas Hobbes (2000) entendia que o homem teria vivido um período sem poder e sem organização, denominado por ele como *estado de natureza*, o qual tinha como uma de suas características a condição permanente de guerra. Consequentemente, a necessidade de criação do Estado teria passado a existir para controlar e reprimir o homem que vivia em estado de natureza, sendo a submissão do homem à supervisão pelo *Ente Estatal* oficializado por um *contrato social* a única alternativa para a estabilização da paz.

Segundo Jean-Jacques Rousseau (1963), filósofo e um dos mais conhecidos pensadores da teoria do contrato, o *contrato social* objetiva “(...) encontrar uma forma de associação que defenda e proteja a pessoa e os bens de cada associação de qualquer força comum, e pela qual, cada um, unindo-se a todos, não obedeça, portanto, senão a si mesmo, ficando assim tão livre como dantes” (p. 15).

Nessa mesma perspectiva, o filósofo prussiano Immanuel Kant define que:

O ato pela qual um povo se constitui num Estado é o contrato original. A se expressar rigorosamente, o contrato original é somente a idéia desse ato, com referência ao qual exclusivamente podemos pensar na legitimidade de um Estado. De acordo com o contrato original, todos (omnes et singuli) no seio de um povo renunciam à sua liberdade externa para reassumi-la imediatamente como membros de uma coisa pública, ou seja, de um povo considerado como um Estado (universi). E não se pode dizer: o ser humano num Estado sacrificou uma parte de sua liberdade externa inata a favor de um fim, mas, ao contrário, que ele renunciou inteiramente à sua liberdade selvagem e sem lei para se ver com sua liberdade toda não reduzida numa dependência às leis, ou seja, numa condição jurídica, uma vez que esta dependência surge de sua própria vontade legisladora (1785/1993, p. 158).

Rompendo com a concepção de Estado como unidade indivisível proposta por Hobbes, o filósofo inglês considerado como um dos principais idealizadores do liberalismo e da teoria do *contrato*, John Locke (2001), advogava pela constituição de uma sociedade em que os laços da sociedade civil consistam “(...) no acordo com outras pessoas para se juntar e unir-se em comunidade, para viverem com segurança, conforto e paz umas com as outras, com a garantia de gozar de suas posses, e de maior proteção contra quem não faça parte dela” (p. 76). Dessa forma, a sociedade se articularia a partir de pactos sociais constituídos pelos indivíduos que a compõem, sem que uma regra seja unilateralmente imposta pela entidade estatal.

Essas diversas teorias do contrato coincidem ao definir a concepção de Estado como unidade de *contratos sociais* acordada entre os cidadãos de uma determinada divisão

territorial que reclama para si determinados poderes político-econômicos, supostamente visando o bem estar social e a redução de conflitos na vida coletiva. Entretanto, como evidencia a feminista e teórica política Carole Pateman (1993):

A teoria do contrato social convencionalmente é apresentada como uma história sobre a liberdade.

(...)

A liberdade é universal na sociedade civil; todos os adultos desfrutam da mesma condição civil e podem exercer sua liberdade como se esta estivesse reproduzindo o contrato original quando participam, por exemplo, do contrato de trabalho ou do contrato de casamento.

(...)

Essas leituras das histórias familiares clássicas não mencionam que há coisas em jogo além da liberdade. A dominação dos homens sobre as mulheres e o direito masculino de acesso sexual regular a elas estão em questão na formulação do pacto original. O contrato social é uma história de liberdade; e o contrato sexual é uma história de sujeição. O contrato original cria ambas, a liberdade e a dominação. A liberdade do homem e a sujeição da mulher derivam do contrato original e o sentido de liberdade civil não pode ser compreendido sem a metade perdida da história, que revela como o direito patriarcal dos homens sobre as mulheres é criado pelo contrato (p. 16-17).

Dentro da concepção de que a unidade de organização política coletiva se dá a partir da estabilização de regras que se estabeleceram em determinado grupo social e passa a então ser entendida como Estado é possível dizer que, nesse sentido, o Estado seria o instrumento de validação e constituição da oficialidade dos valores daqueles que controlam os meios de produção dos *contratos*. A saber, o cidadão significado como sujeito universal e hegemônico (homem, branco, ocidental, com poder capital). A universalidade que ignora as singularidades é colonizadora e torna o *outro* em objeto, pois como aponta Bakhtin (2015):

A socialidade do homem funda-lhe a moral: não na piedade, nem na abstração da universalidade, mas no reconhecimento do caráter constitutivo do inter-humano. Não só o indivíduo não é redutível ao conceito, mas também o social é irredutível aos indivíduos, ainda que numerosos. E pode-se imaginar uma transgressão que não se confunda com a superioridade pura e simples, que não me conduz a transformar o outro em objeto: é aquela que se vive nos atos de amor, nas confissões, de perdão, de escuta ativa (p. XVII).

Entendendo o Estado como unidade de contratos, e sendo o casamento a oficialização máxima do contrato sexual, é possível relermos Friedrich Engels⁴³ iluminados por um importante e pouco lembrado trecho de *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado* (2010), que nos diz que

⁴³ Economista e filósofo alemão conhecido pelo seu papel fundamental no desenvolvimento da perspectiva teórica do materialismo histórico dialético.

O primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino (p. 87).

Dessa maneira, compreendendo que ao partir de concepções universalistas e objetivistas, os contratos sociais atuam na manutenção dos privilégios e da liberdade de determinados grupos em detrimento de outros, passo agora a uma breve contextualização e discussão da constituição do casamento como contrato de oficialização da união entre um homem e a mulher perante o Estado.

No Brasil, a complexa separação entre a Igreja Católica e o Estado deixou registros textualizados nas alterações dos documentos constitucionais. A constituição republicana de 1891 afirmou o princípio da separação jurídica entre Estado e igreja, secularizou os cemitérios públicos, instituiu o casamento civil e o ensino leigo, e estabeleceu a liberdade de culto e de associação religiosa como direito fundamental. A constituição de 1934, entretanto, manteria o princípio da separação entre igreja e Estado, mas acrescentaria a possibilidade de colaboração entre esses dois poderes (MACHADO, 2012).

Durante toda a segunda metade do século XX, o Estado continuaria concedendo um tratamento diferenciado à Igreja Católica em detrimento dos demais grupos religiosos, e ainda que tenham ocorrido mudanças nos dispositivos de regulação jurídica da relação entre igreja e Estado nas constituições de 1945, 1967, 1969 e de 1987, não se eliminaram os privilégios concedidos à Igreja Católica referentes aos auxílios financeiros, isenções de impostos e as parcerias com as agências governamentais. Também a assinatura do acordo bilateral entre a República Federativa Brasileira e a Santa Sé, e sua posterior aprovação no Congresso Nacional, em 2009, demandava a concessão de subvenção a essa instituição desconsiderando as demais agremiações religiosas (*idem*).

Segundo Engels (*idem*), a monogamia tem sua origem em uma construção social que tem por objetivo determinar a organização familiar a partir da figura paterna, garantindo a permanência da propriedade privada na mesma linhagem e a concentração da riqueza nas mãos da figura do homem. Para tanto, o controle da sexualidade feminina passa a ser condição necessária para estabelecer a certeza da paternidade e da concentração de bens. É pertinente observar que esta relação de controle se materializa também na estrutura do Código Penal Brasileiro, em que bigamia é prevista como crime contra a família.

Entretanto, em decorrência do advento da Lei nº 11.106, de 28 de março de 2005, em seu art. 5, foi revogado o art. 240 do Código Penal, em que o adultério encontrava-se

tipificado como crime⁴⁴. Dessa forma, perante o Estado passa a não ser mais crime o ato de uma pessoa casada manter relações fora do casamento, mas permanece sendo crime a prática de bigamia, consistindo no ato de ter dois contratos de união civil. Dentre outras palavras, o que passa a ser entendido como crime para o Estado é a realização de mais de um contrato ao mesmo tempo por uma pessoa. A única tríade permitida no contrato reconhecido civilmente é entre a mulher, o homem e o Estado. Uma vez intocada essa tríade, que só pode ser modificada pelo divórcio, quaisquer outras formas de relacionamento não serão consideradas crime.

A categoria de família em seu modelo reduzido “pai + mãe + filho”, não é apenas um dos pilares da legislação, mas está também fortemente enraizada no jogo social. Fenômenos de intolerância social como o machismo, a homofobia e a lesbofobia, ainda muito presentes na nossa cultura, não são mero reflexo dos documentos oficiais. Como explica Bakhtin/Volochínov (1929/2009):

Estas formas de interação verbal acham-se muito estreitamente vinculadas às condições de uma situação social dada e reagem de maneira muito sensível a todas as flutuações da atmosfera social. Assim é que no seio desta psicologia do corpo social materializada na palavra acumulam-se mudanças e deslocamentos quase imperceptíveis que, mais tarde, encontram sua expressão nas produções ideológicas acabadas. (p. 43).

Desse modo, a maneira como se organiza a política institucional de uma sociedade não se resume à totalidade de suas formas de existência, mas certamente diz algo a respeito da maneira como os sujeitos dessa sociedade vivem. Embora as leis e todos os demais contratos sociais façam parte de uma *esfera de comunicação* (BAKHTIN, 2015, p. 280) que produza *gêneros do discurso* que tenham por sua particularidade prescritiva uma maior estabilidade, cujo seus elementos próprios de uma esfera cultural mais complexa e relativamente mais consolidada os constituam como gêneros secundários do discurso, durante todo seu processo de formação eles absorvem e transmutam os gêneros primários de todas as espécies (*idem*, p. 282).

Sendo esses gêneros primários produzidos em atividades com menor acabamento, e constituídos em circunstâncias de comunicação verbal espontânea (*idem*), nenhum gênero secundário se produz sem estar respaldado pelos gêneros primários. Assim como os gêneros primários permanecem em constante relação de constituição com os gêneros secundários. Isto é, todo esse percurso de relação obtusa entre o Estado e a religião não seria possível de

⁴⁴ Disponível em: <<http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/2857/Lei-11106-2005-Novas-modificacoes-ao-Codigo-Penal-Brasileiro-IV-Dispositivos-revogados>>. Acesso em 10 jan 2016.

acontecer senão pelas produções enunciativas das mais diversas esferas sociais que dão corpo a essa relação. Como aponta um estudo realizado pela Fundação HeinRicH Böll e o Instituto de Estudos da Religião (2012) a respeito da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil:

Não é um fenômeno novo a participação do campo religioso na política, mas certamente a visibilidade e influência junto aos governos tornaram esses atores relevantes para uma análise da política brasileira hoje. O destaque são as lideranças evangélicas que organizam suas redes de relações para atuar ativamente nas eleições, não só indicando candidaturas, mas participando do jogo de alianças e das campanhas eleitorais de modo explícito. O pertencimento a uma das igrejas e/ou o apoio de lideranças evangélicas, muitas vezes, contribui decisivamente para o êxito de um candidato (p.9).

Parte do resultado de um cenário em que temos como controladores dos meios de regulação e produção de leis de nossa sociedade representantes desses interesses sociais pode ser exemplificado pela repercussão de uma técnica de fertilização de óvulos sem a utilização de espermatozoides, descoberta no ano de 2001 por cientistas britânicos da Universidade de Cardiff ⁴⁵. A técnica consistia na utilização de material genético que poderia ser extraído de qualquer célula do corpo humano para sua fecundação. Sendo uma descoberta revolucionária, a princípio seus desenvolvedores não tinham certeza quanto aos resultados que poderiam ser obtidos após os óvulos fecundados serem transferidos para o útero das mulheres para a gestação. Nas primeiras fases do estudo cogitava-se, dentre outras coisas, a possibilidade de sua utilização para a produção de um embrião que poderia possibilitar que casais lésbicos tivessem filhos biológicos, além de facilitar a produção independente de mulheres solteiras ao dispensar a necessidade de material genético masculino.

Depois de alguns anos de pesquisa conclui-se que a ausência de cromossomos paternos impediria a transformação dos embriões em bebês, portanto, a técnica poderia ser uma alternativa ao uso de embriões humanos para a extração de células-tronco, além de ajudar em tratamentos de fertilização para casais em que o esperma do homem tem pouca enzima⁴⁶. As conclusões a respeito das possibilidades de utilização para essa nova técnica ainda são provisórias e ela permanece como objeto contínuo de pesquisas e experimentos. Entretanto, no ano de 2002, apenas um ano após a divulgação dos primeiros resultados da pesquisa, o Deputado Federal Magno Malta (PTB), membro da Bancada Evangélica, apresentou um Projeto de Lei que tinha por objetivo proibir em território nacional a fertilização de “óvulos

⁴⁵ Cientistas fecundam óvulo sem usar espermatozoide. Disponível em <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2001/010710_fertilidade.shtml>. Acesso em 10 mar 2014.

humanos com material genético proveniente de células de doador do gênero feminino⁴⁷”. Nas palavras do Deputado:

Nosso entendimento é que essa técnica afronta os valores morais predominantes em nossa sociedade e traz o risco mesmo de que se torne a figura paterna, tão necessária quanto a materna na formação do caráter humano, algo descartável (PL 6296 de 2002, justificativa).

O controle das tecnologias reprodutivas, como explicita a justificativa do deputado, está diretamente relacionado à manutenção do planejamento familiar e ao controle da sexualidade feminina, que deve permanecer condicionada à “figura paterna” para a geração de uma vida que não confronte os “valores morais predominantes em nossa sociedade”.

No Congresso Nacional existem dois Projetos de Lei em andamento com propostas de legislação específicas sobre a “família”. Um deles, o PL 6583/2013, foi apresentado na Câmara pelo Deputado Federal Anderson Ferreira (PR/PE), membro da Bancada Evangélica. E outro, PLS 470/2013, foi apresentado no Senado pela Senadora Lídice Mata (PSB/BA)⁴⁸, membro da Bancada Feminina.

O projeto apresentado pelo Deputado Anderson define o núcleo de “família” como a união de um homem e uma mulher, por meio de casamento civil ou união estável, e restringe a formação familiar à consanguinidade:

Para os fins desta Lei, define-se entidade familiar como o núcleo social formado a partir da união entre **um homem e uma mulher**, por meio de casamento ou união estável, ou ainda por comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes (Art. 2º, PL 6583/2013) (*grifos do autor*).

Por outro lado, o projeto apresentado pela Senadora Lídice expande o conceito de parentesco como resultado de consanguinidade, socioafetividade e afinidade: “O parentesco resulta da consanguinidade, da socioafetividade e da afinidade” (Art. 9º, PLS 470/2013). Além disso, reitera que o direito à família é direito fundamental de todos os cidadãos, em suas diversas modalidades: “É protegida a família em qualquer de suas modalidades e as pessoas que a integram” (Art. 3º, *idem*) e “todos os integrantes da entidade familiar devem ser respeitados em sua dignidade pela família, sociedade e Estado” (Art. 4º, *ibidem*).

Na contramão do que propõe a Senadora, o PL proposto pelo Deputado demanda a criação de Conselhos da Família para fiscalizar a conduta dos núcleos familiares e notificar o Ministério Público em casos de infração dos termos propostos pelo projeto: “São atribuições

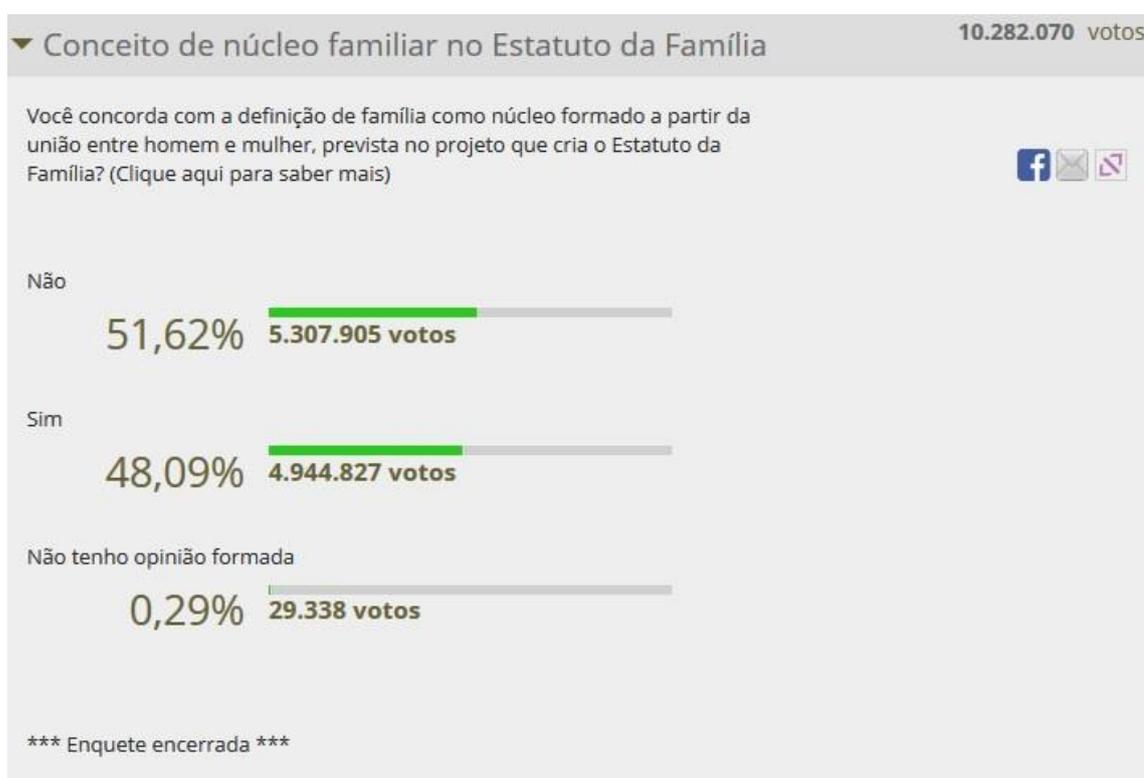
⁴⁷ Ementa do PL 6296/2002 Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=46207>>. Acesso em 10 mar 2014..

⁴⁸ Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=140057&tp=1>>. Acesso em 10 abr. 2015.

dos conselhos da família: encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da família garantidos na legislação” (Art. 15, parágrafo I, PL 6583/2013).

No dia 11 de fevereiro de 2014, a Câmara incluiu em seu portal uma enquete a fim de “(...) avaliar se os cidadãos são favoráveis ou contrários ao conceito incluído no Projeto de Lei 6583/13, do deputado Anderson Ferreira (PR-PE), que cria o Estatuto da Família”⁴⁹. A enquete foi formulada como mostra a imagem a seguir:

Figura 1: Resultado da enquete sobre a definição de família



Fonte: Site do Portal da Câmara⁵⁰

Encerrada quase um ano após sua criação, ela foi a enquete com o maior número de acessos do Portal da Câmara. Segundo o Portal:

Diversos deputados, favoráveis e contrários ao projeto, usaram canais como o Twitter para anunciar a enquete e estimular a votação entre seus eleitores. A pesquisa gerou efeito viral nas mídias sociais e soma o maior número de votos em enquetes promovidas pelo Portal da Câmara dos Deputados.⁵¹

⁴⁹ Câmara promove enquete sobre conceito de família. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/DIREITOS-HUMANOS/461790-CAMARA-PROMOVE-ENQUETE-SOBRE-CONCEITO-DE-FAMILIA.html>>. Acesso em 10 mai 2015.

⁵⁰ Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/enquetes/pesquisaEnquete>>. Último acesso em 06 de ago de 2015.

⁵¹ Enquete sobre Estatuto da Família chega a um milhão de acessos . Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/comunicacao/institucional/noticias-institucionais/enquete-sobre-estatuto-da-familia->

Como ilustra a imagem, o resultado da enquete foi de 5.307.905 votos contrários (51,62%), 4.944.827 votos favoráveis (48,09 %) e apenas 29.338 votos sem opinião formada (0,29 %). Com 3, 53 por cento de vantagem de votos, a opção “não” ganhou a votação que se propunha a avaliar se a população tinha acordo com os termos do PL proposto pelo membro da Bancada Evangélica.

Até a última vez que acessei o andamento da tramitação da proposição do PL, em seis de agosto de 2015, o último parecer datado do mesmo dia dizia que:

Requer a prorrogação do prazo para oferecimento de parecer ao PL 6583/2013, do Sr. Anderson Ferreira, que dispõe sobre o Estatuto da Família, de acordo com o previsto no art. 52, § 1º e 2º, do Regimento Interno da Casa (Requerimento, 2015; PL 6583/2013).⁵²

Dessa forma, até o momento o Projeto permanece em avaliação. Ao mesmo tempo, a PLS 470/2013 apresentada pela Senadora Lídice também permanece em tramitação, constando desde seis de março de 2015 em situação de “Matéria com a relatoria”, o que significa que até o momento o relatório permanece em mãos do relator designado, o Senador João Capiberibe (PSB/PA), para redigir o parecer a ser pautado posteriormente na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa⁵³.

Enquanto o Projeto de Lei do Senado de autoria da Senadora Lídice propõe alterar o Livro IV do Código Civil e revoga diversos outros dispositivos legais para criar, em seu lugar, o Estatuto das Famílias a fim de contemplar a diversidade das formas de família em nosso país, o Projeto de Lei do Deputado Anderson reforça o que já está previsto na legislação e ainda sugere a criação de entidades competentes para averiguar, dentre outras coisas, se as famílias não estão infringindo os termos de definição familiar descritos pelo PL.

Esse embate no Poder Legislativo e o resultado acirrado da enquete no Portal da Câmara tem algo a nos dizer sobre o nosso momento histórico. Embora entre “não” e “sim” não haja espaços para as nuances, e respeitadas as limitações dos meios de pesquisa e seu alcance, a questão posta em jogo era bastante pontual: “Você concorda com a definição de

chega-a-um-milhao-de-acessos>. Acesso em 30 jul 215.

⁵² COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 6583, DE 2013, DO SR. ANDERSON FERREIRA, QUE “DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA FAMÍLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”, E APENSADO. REQUERIMENTO Nº, de 2015. (Do Sr. Diego Garcia). Disponível em:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1368210&filename=Tramitacao-PL+6583/2013> . Acesso em 06 de ago de 2015.

⁵³ Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=115242&p_sort=DESC&p_sort2=A&p_a=0&cmd=sort> . Acesso em 06 de ago de 2015.

família como núcleo formado a partir da união entre homem e mulher, prevista no projeto que cria o Estatuto da família?”, e a resposta é definitiva para a discussão do nosso projeto de sociedade.

Se por um lado temos o reconhecimento pelo Estado da diversidade de famílias não enquadradas nos termos da família nuclear (homem + mulher), porém comprovadas em sua expressiva existência no cotidiano e nos dados já expostos do IBGE (a exemplo da quantidade de famílias de mães solteiras), por outro, temos a reafirmação do que já está previsto em nossa legislação, e a manutenção, não sem o endurecimento da supervisão do Estado, da concepção de família nuclear (um homem + uma mulher) se baseando unicamente no argumento da reprodução, e descartando todas as outras relações que não existam para esse fim.

A esse respeito é possível fazer uso de duas categorias usadas por Bakhtin (1975/1998) para explicar o funcionamento das forças da língua, a *força centrípeta* e a *força centrífuga*. Cada enunciação do sujeito do discurso constitui o ponto de aplicação seja das forças conservadoras, seja das transformadoras. Sendo cada enunciação que participa de uma “língua única” (das forças centrípetas), pertencentes ao mesmo tempo ao plurilinguismo social e histórico (as forças centrífugas) (*idem*, p. 82). Essas duas forças que explicam a normatização e a estratificação da língua podem nos propiciar a compreensão de determinadas produções enunciativas, como os PLs e os demais textos relacionados ao debate que se trava no Legislativo e nas arenas sógnicas mais cotidianas. Enquanto de um lado produzem-se enunciativamente novas formas de pensar a oficialidade, de outro a tentativa é de conservação e cristalização de uma única forma de se enunciar a oficialidade.

Desde o ano de 1988 a Constituição brasileira prescreve o direito à igualdade e a não discriminação (arts 5º e 3º, inciso IV) como valores que deveriam ser inerentes a qualquer um de seus direitos. Entretanto, apenas em 2011 passam a serem reconhecidos às uniões estáveis entre pessoas do mesmo sexo todos os direitos conferidos às uniões estáveis entre um homem e uma mulher. Somente a partir do ano de 2013, após a aprovação de uma resolução no Conselho Nacional de Justiça, todos os cartórios nacionais passam a ser obrigados a celebrar o casamento entre pessoas do mesmo sexo⁵⁴.

Entre a prescrição dos direitos de igualdade e não discriminação e a efetivação desses valores no que se refere ao direito ao casamento entre pessoas do mesmo sexo, 25 anos se

⁵⁴ Casamento homoafetivo: a luta pela igualdade. Disponível em: <<http://mileniandrade.jusbrasil.com.br/artigos/113831499/casamento-homoafetivo-a-luta-pela-igualdade>>. Acesso em 20 jun 2015.

passaram. Foi preciso que o tema fosse debatido por anos e diversas mudanças ocorressem na infraestrutura para que o documento produzido em 1988 pudesse ser exercido nesse campo, e então por meio de outro documento viesse a ser validado oficialmente na superestrutura. Como explica Bakhtin/Volochínov (1929/2009):

Os níveis superiores da ideologia do cotidiano que estão em contato direto com os sistemas ideológicos, são substanciais e têm um caráter de responsabilidade e de criatividade. São mais móveis e sensíveis que as ideologias constituídas. São capazes de repercutir as mudanças da infraestrutura sócio-econômica mais rápida e mais distintamente. Aí justamente é que se acumulam as energias criadoras com cujo auxílio se efetuam as revisões parciais ou totais dos sistemas ideológicos. Logo que aparecem, as novas forças sociais encontram sua primeira expressão e sua elaboração ideológica nesses níveis superiores da ideologia do cotidiano, antes que consigam invadir a arena da ideologia oficial constituída. (p. 124)

Ou seja, aquilo que ganha expressividade na vida cotidiana e que pode ser entendido como fenômeno pertencente a uma sociedade por seus membros, ao mesmo tempo em que não está comprometido pelas regras endurecidas dos discursos hegemônicos, carrega consigo grande potencialidade de mudança das estruturas sociais. Da mesma maneira, para que uma mudança que atinja os mais diversos níveis sociais ocorra é necessário que essa demanda seja compreendida como algo relevante por seus membros. Dentre outras palavras, para que parte do sistema se altere é de fundamental importância que essa parte seja reconhecida de forma palpável no cotidiano dos cidadãos, e que na vida cotidiana já existam práticas destoantes do discurso oficial, mas que são reconhecidas socialmente de alguma forma.

Nem uma imposição verticalizada a partir dos níveis da ideologia oficial, tampouco a negociação de sentidos de pequenas parcelas das ideologias cotidianas que se perdem em meio ao jogo social, têm a mesma potencialidade de transformação que os níveis superiores da ideologia do cotidiano. Acredito que essa seja parte da explicação dos porquês da demora a oficialização do casamento entre pessoas do mesmo sexo, apesar de ser uma das pautas mais antigas do movimento gay.

Diversas outras práticas sociais que tem sua existência reconhecida no cotidiano permanecem fora do discurso oficial ou criminalizadas por ele. A prática se de ter mais de dois parceiros afetivo-sexuais concomitantes, por exemplo, é largamente reconhecida e comum. E, embora adultério tenha sido revogado enquanto crime na Constituição, bigamia permanece sendo crime. Dessa maneira, o Estado não permite que uma pessoa tenha dois contratos de casamento ao mesmo tempo, mas não considera mais crime a prática de uma pessoa já casada manter relações fora do casamento. É importante salientar, no entanto, que não é minha pretensão aqui defender a ideia de que tudo o que existe no cotidiano deve ser

oficializado, mas sim questionar os porquês e como algumas dessas práticas se oficializam e outras não.

Essa discussão é relevante para a compreensão de alguns sentidos talvez menos óbvios na prescrição de “igualdade” e “não discriminação” no texto adicionado à Constituição no ano de 1988. Tendo em vista que ambos os valores são constituídos a partir de certa noção de coletividade, que juridicamente se constitui pela denominação “humano”, esta, conseqüentemente, permeia o conceito do substantivo composto “direitos humanos”, do qual “direito” é relativo ao que for definido como “humano”.

Reitero Augusto Ponzio (2010), ao dizer que "não existe armadilha mais mortal do que o gênero mais amplo: o recorrer do homem, aos direitos humanos" (p. 22). Pois o conceito de:

"humano" é utilizado para realizar guerras em nome do humano, ou, sempre em nome dele, para internar, segregar, para eliminar o outro porque, no fim das contas, haverá sempre alguém "mais humano" e alguém em grau diferente "menos humano", até chegar ao inumano. Poder eliminar o outro em nome do humano resulta "desumano" (*idem*, p.23).

Os direitos humanos pensados a partir das categorias identitárias serão sempre o direito de excluir ou aniquilar uns em detrimento de outros. Outros esses que serão sempre constituídos relativamente a uma categoria identitária, como por exemplo, “pobres” e “ricos”, “homossexuais” e “heterossexuais”, e “mulheres” e “homens”. Entretanto, essas categorias sempre serão estabelecidas relativamente às categorias dominantes e entendidas por “mais humanas”, e os direitos medidos de acordo com seu nível de “humanidade” – humanidade essa em consonância com a concepção de humanidade universal, da qual deriva certa noção de “humanismo”.

A esse humanismo Ponzio (2010) chamará de Humanismo da identidade, que se constitui por meio de estratégias discursivas que criam categorias de homogeneização e conseqüente exclusão. A alternativa ao universalismo que mantêm as narrativas de poder, segundo o autor (p. 142), seria o *Humanismo da alteridade*. Humanismo esse que não seria constituído pela alteridade relativa a posições sociais, pois embora as enunciações mais cristalizadas socialmente nos façam querer acreditar que não somos nada além de categorias existentes apenas relativamente às categorias dominantes, se como um exercício retirarmos todas as nossas alteridades relativas que constituem nossa identidade, algo de intercambiável e não substituível irá permanecer como o que faz existir a cada um de nós como únicos.

Tentar pensar a existência (e resistência) para além dessas categorias homogeneizadoras é ir absolutamente na contramão das forças centrípetas, que nos fazem acreditar que só é possível construir enunciativamente a existência a partir dos signos

disponíveis no “catálogo do mercado de correntes” identitárias.

Nesse sentido, diversos setores dos movimentos feministas e lésbicos vêm tecendo críticas com relação à pauta da legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo. Segundo estudo realizado por Susan Boyd (2013), professora de Direito e especialista em Estudos feministas legais na Universidade de Columbia Britânica, grande parte dessas críticas tem problematizado a tentativa de enquadramento dos relacionamentos lésbicos e gays a partir da lógica de funcionamento de papéis típicos de relacionamentos heterossexuais, a saber, a heteronormatividade. Outro aspecto consequente da legalização que diversas ativistas têm se preocupado é a falsa sensação de aceitabilidade de grupos historicamente marginalizados, sendo na verdade uma aceitabilidade apenas relativa ao parcial enquadramento desses grupos na norma vigente.

O estudo também discute depoimentos que relatam que a pauta da legalização do “casamento gay” era de maior preocupação dos homens gays ricos, constituindo entre eles o setor com pautas de maior tentativa de enquadramento hegemônico, que não contemplam a realidade de diversos outros setores do movimento, como seria o caso das mulheres lésbicas. A centralização de esforços na pauta do casamento enfraqueceu todas as demais pautas e contribuiu para que o movimento se engajassem em produzir narrativas aceitáveis às narrativas vigentes, o que os impediu de discutirem o que os faz destoantes da norma. Dessa maneira, por meio do discurso da igualdade fortaleceu-se e reiterou-se um modelo de exclusão, ao invés de se questionar as bases desse sistema.

De acordo com Carole Pateman:

A concepção contratual de casamento pressupõe a idéia do indivíduo como proprietário. O contrato de casamento estabelece o acesso sexual legítimo à propriedade na pessoa. Kant foi o teórico do contrato que mais se aproximou de uma visão do casamento como nada mais do que um contrato de uso sexual. O casamento para Kant é “a união de duas pessoas de sexos diferentes pela posse recíproca de suas faculdades sexuais pela vida toda”. Locke observou que a sociedade matrimonial, estabelecida através do contrato, “consiste principalmente na comunhão e no direito de um cônjuge ao corpo do outro”. Mas, como a história do contrato sexual revela, o direito não é ao corpo do outro; o direito é o direito sexual masculino. (1993, p. 250).

Embora Bakhtin tenha lido Kant desde muito cedo (BAKHTIN, 1920-24/2010, p. 48) e a escola neokantiana tenha influenciado a produção de suas obras, os caminhos pelos quais ele resolveu explorar a teoria Kantiana eram fundamentalmente diferentes dos escolhidos por seus antecessores. Ao construir sua teoria pensando a realidade a partir da experiência concreta singular e imediata da experiência em primeira pessoa, é possível dizer que, ao se

desassociar da leitura kantiana de faculdades universais, Bakhtin fundou sua própria teoria neokantiana (SANDLER, 2015).

De acordo com o filósofo (BAKHTIN, 1920-24/2010, p. 47-48), a existência objetiva de um documento assinado por mim, que em seu conteúdo afirme meu dever não constitui necessariamente ainda de minha parte o engajamento e compromisso para fazer qualquer coisa. Para que o documento ou o contrato se torne um compromisso real, é necessário que eu me comprometa enquanto sujeito moral para validar a existência do dever. O dever é uma certa atitude da consciência, que é produto das minhas relações interpessoais, da sociedade, tempo, local e demais características do ambiente em que vivo. Nesse sentido, embora os sujeitos sejam sempre singulares, pois seus repertórios e atos valorativos são irrepetíveis, “(...) a personalidade do falante, sua atividade mental, suas motivações subjetivas, suas intenções, seus desígnios conscientemente estilísticos, não existem fora de sua materialização objetiva na língua” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 1929/2009, p.195).

Tal materialização só é possível a partir dos signos existentes em seu horizonte social, que serão reproduzidos (*refletidos*) e transformados a partir das especificidades daquela realidade imediata (*refratados*). Desse modo, para que o contrato funcione é necessário que todas as partes envolvidas se comprometam. Para que esse comprometimento ocorra por parte daqueles que serão subjugados pelo contrato existem diversas estratégias possíveis, dentre elas a violência e coerção física típicas dos períodos medievais ou sistemas totalitários. Entretanto, mesmo a punição física não poderia funcionar sem a produção discursiva da possibilidade de não sofrer aquela punição mediante obediência. Consequentemente, o que fará com que alguém aceite se comprometer com um contrato que o coloque em situação de desvantagem são narrativas produzidas a partir dos mais diversos discursos que instauram aqueles signos valorados de forma positiva e normaliza suas condições como inerentes à condição do sujeito, tais quais os discursos religiosos, estatais - e demais discursos míticos.

2.3 E viveram felizes para sempre: o amor romântico como enunciado midiático

*Alma de papoula
Lágrimas para cebolas
Dez dedos de fada
Caralho
De novo cheirando a alho
[Alice Ruiz]*

Ao falar de mídia me debruçarei aqui sobre alguns enunciados produzidos pela indústria cultural, entendendo-a (a mídia) como a produção em larga escala de produtos culturais,

direcionados a um número amplo de pessoas, e atrelada a uma economia baseada no consumo de bens, comumente denominada por sociedade de consumo (COELHO, 1980). Não partirei aqui de uma concepção de *cultura de massas* baseada na noção de que esta seria composta necessariamente por produtos de qualidade estética inferior, pois exemplos não faltam de produções consideradas em determinado momento histórico como triviais e pouco complexas para serem consideradas “arte”, e que em outro momento histórico ressurgem com o *status* de *cult* ou erudito.

As produções transitam entre o erudito e o popular. Como é o caso do jazz, “que saiu dos bordéis e favelas negras para as plateias brancas dos teatros municipais da vida” (*idem*, p. 10); da *Monalisa* de DaVinci que expandiu das paredes eruditas do museu do Louvre e se tornou estampa para camisetas e capas para celulares; do bordado feito por bordadeiras em algum bairro localizado em algum país de terceiro mundo e comercializado localmente por um valor baixo, mas que ao ser comercializado em um outro contexto social e econômico, passa a receber o *status* de exótico e valer algumas centenas de dólares; dentre outros diversos exemplos.

Dessa forma, me comprometendo com o apelo feito por Bakhtin (1979/2015) em *Estética da Criação Verbal* pela superação de uma noção de estética romantizada e idealizada, que historicamente serviu como alibi para a justificação da existência de uma língua “erudita” ou “pura”, que só pode vir a ser alcançada por aqueles com “capacidade” ou “dom”, me proponho a utilizar como critério norteador de seleção dos enunciados a serem discutidos suas respectivas recepções e *refrações*.

Como explica Bakhtin, “cada conjunto verbalizado grande e criativo é um sistema de relações muito complexo e multiplanar” (1979/2015, p. 330-331) que existe em relação a uma história particular (da literatura ou da crítica) e deve ser entendido a partir da compreensão dos laços que se tecem entre a literatura e a cultura, enquanto “unidade diferenciada” dos discursos de uma época. Dessa forma, a compreensão dos enunciados de qualquer natureza só é possível se admitirmos as relações dialógicas próprias de todas as produções humanas mediadas pela linguagem, que são o tempo todo habitadas de sentidos e vozes em constante movimento de acordo ou desacordo de sentidos e valores.

Assumir as relações dialógicas como características inerentes da produção humana não coincide, no entanto, com uma visão homogeneizadora das forças postas em encontro pela enunciação. Dentre outras palavras, admitir a existência da dialogia enquanto fenômeno não é o mesmo que entender as vozes e sentidos em simetria de forças no curso da enunciação.

Reconhecer a linguagem como produto e mediação das relações humanas implica necessariamente adotar uma postura de compreensão dessas produções ao longo da(s) história(s), o que significa também contextualizar (a partir de) quais projetos e valores cada enunciado produzia (e era produzido), tendo em vista que:

Há uma cultura veiculada pela mídia cujas imagens, sons e espetáculos ajudam a urdir o tecido da vida cotidiana, dominando o tempo de lazer, modelando opiniões políticas e comportamentos sociais, e fornecendo o material com que as pessoas forjam sua identidade. O rádio, a televisão, o cinema e os outros produtos da indústria cultural fornecem os modelos daquilo que significa ser homem ou mulher, bem sucedido ou fracassado, poderoso ou impotente. A cultura da mídia também fornece o material com que muitas pessoas constroem o seu senso de classe, de etnia e raça, de nacionalidade, de sexualidade, de "nós" e "eles". Ajuda a modelar a visão prevalecente de mundo e os valores mais profundos: define o que é considerado bom ou mau, positivo ou negativo, moral ou imoral. As narrativas e as imagens veiculadas pela mídia fornecem os símbolos, os mitos e os recursos que ajudam a constituir uma cultura comum para a maioria dos indivíduos em muitas regiões do mundo de hoje. A cultura veiculada pela mídia fornece o material que cria as identidades pelas quais os indivíduos se inserem nas sociedades tecnocapitalistas contemporâneas, produzindo uma nova forma de cultura global (KELLNER, 2001, p.9).

Nesse sentido, os discursos veiculados pelas mais diversas mídias estão presentes em nossas vidas desde o início de nossa constituição enquanto sujeitos, desde os primeiros momentos de nosso *nascimento social* (BAKHTIN, 2014, p. 11). Para compreendermos o quão interpenetrados esses discursos estão na constituição de nossos repertórios, é relevante termos em vista que o *nascimento social* se distingue do nascimento físico-biológico do ser humano, entretanto, estabelece com ele uma relação de constante constituição. Dessa maneira, desde o entendimento da existência de uma vida, a percepção dessa vida como pessoa a vir ao mundo é demarcada pela atribuição de um gênero social (feminino ou masculino) - que embora não seja o mesmo que sexo biológico, estabelece com este uma relação construída socialmente de forma compulsória. Isto é, sua definição se dá inicialmente a partir da constatação dos órgãos genitais que caracterizaram aquele organismo como macho ou fêmea; sendo o macho denominado como homem e a fêmea como mulher, ambos serão educados para agir de acordo com as narrativas pré-estabelecidas pelo sistema de gêneros. Esse processo é comumente chamado em alguns estudos da psicologia, sociologia, e nos estudos feministas de *socialização feminina* (MISCHEL, 1975; DOROLA, 1989; BORDIEU, 2002; SAFFIOTI, 1987).

Em uma sociedade patriarcal, as socializações feminina e/ou masculina fazem parte da constituição de todo sujeito, que enquanto sujeitos de linguagem constituem e têm sua

identidade constituída por discursos que definem o que é ser do gênero social feminino ou masculino. Esses discursos são compostos por um vasto arcabouço de enunciados direcionados aos mais diversos contextos sociais que definem lugar e comportamento esperados de mulheres e homens no jogo social.

Podemos compreender algo a respeito da diferença e a relação estabelecidas entre sexo biológico e gênero social enquanto fenômenos de linguagem tendo em vista que “A atitude humana é um texto em potencial e pode ser compreendida (como atitude humana e não ação física) unicamente no contexto dialógico da própria época (como réplica, como posição semântica, como sistema de motivos)” (BAKHTIN, 1979/2015, p. 312). Dessa maneira, entendendo texto como um conjunto coerente de signos que se torna enunciado uma vez em contato com a consciência de pelo menos dois sujeitos, o corpo físico-biológico de um ser humano não tem sentido em si, mas tem consigo uma materialidade passível de significação e sentido em nossa sociedade, que por meio do contato com outras pessoas inseridas em uma determinada cultura, passará a ser constituído de sentidos. Como explica a filósofa e educadora Elizete Passos, essa aprendizagem a que chamamos *socialização*:

(...) dá-se por várias vias, entre elas, pelos agentes socializadores (pais, educadores, meios de comunicação de massa), pelo material didático usado nas escolas, filmes e programas de televisão, entre outros. Através do processo de imitação e de identificação, os indivíduos vão aprendendo uma prática e, ao mesmo tempo, introjetando sentidos e significados, passando a aceitar, rejeitar ou acomodar-se aos princípios do grupo, situações que servem para estabelecer vínculos entre eles e definir papéis (1999, p. 94).

Essas socializações não determinam a completude do sujeito, pois, justamente por serem de origem arbitrária, e próprias do nascimento social (inserido em uma cultura, uma sociedade, um momento histórico e um contexto imediato), podem sofrer alterações a partir do alargamento de consciência dos sujeitos, processo esse aqui entendido como produto das relações que se desenrolam na arena de significados, e não como algo que ocorra em uma instância/dimensão interna do organismo, localizada em um hipotético aparelho psíquico, tampouco fruto de um eu iniciador, ou seja, de dentro para fora, mas por meio de outros enunciados existentes. Uma vez que:

Os enunciados não são indiferentes uns aos outros, nem auto-suficientes; são mutuamente conscientes e refletem um ao outro. Cada enunciado é pleno de ecos e reverberações de outros enunciados, com os quais se relaciona pela comunhão da esfera da comunicação verbal (...) Cada enunciado refuta, confirma, complementa e depende dos outros; pressupõe que já são conhecidos, e de alguma forma os leva em conta (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 1929/2009, p. 61).

Considerando a mídia como um dos meios de produção de enunciados de maior alcance e apelo na nossa sociedade, tentarei daqui em diante cotejar alguns textos midiáticos a fim de perceber como os ecos e reverberações dos construtos de *feminilidade* e *amor romântico*, especificamente, vão se constituindo em narrativas direcionadas aos mais diversos momentos da vida das mulheres.

Ao pensar em amor romântico, mídia e idealização de masculino e feminino, um dos *discursos citados* que mais habita as narrativas e imaginários populares são os contos de fada. *Discurso citado*, nos termos que trato aqui, diz respeito à enunciação entendida (em alguns momentos mais, outros menos) pelo falante como enunciação de outra pessoa,

(...) dotada de uma construção completa, e situada fora do contexto narrativo. É a partir dessa existência autônoma que o discurso de outrem passa para o contexto narrativo, conservando o seu conteúdo e ao menos rudimentos de sua integridade linguística e da sua autonomia estrutural primitivas. A enunciação do narrador, tendo integrado na sua composição uma outra enunciação, elabora regras sintáticas, estilísticas e composicionais para assimilá-la parcialmente, para associá-la à sua própria unidade sintática, estilística e composicional, embora conservando, pelo menos sob uma forma rudimentar, a autonomia primitiva do discurso de outrem, sem o que ele não poderia ser completamente apreendido (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 1929/2009, p. 151).

Desta forma, os ideais de feminino e masculino, o construto de amor romântico e, especialmente, a ânsia por um “final feliz” que signifique a concretização da união de um casal, são constituídos nas narrativas populares em relação com as narrativas míticas disseminadas, em grande medida, pelos contos de fadas. De modo com que, como discutiremos mais adiante, podemos encontrar em nosso cotidiano usos constantes de analogias a “sapo” vs “príncipe”, “princesa” vs “bruxa” e um grande foco na união de casais, o final feliz. A partir dessas narrativas, o interlocutor pode passar a incorporar em suas próprias narrativas ensinamentos sobre sexualidade, moral, religiosidade, dentre outros valores, diante do caráter de arte moralizante que se realiza por meio de “uma literatura pedagógica” (CADEMARTORI, 1986, p. 36) própria do gênero dos contos. De acordo com Sheldon Cashdan, “originalmente concebidos como entretenimento para adultos, os contos de fadas eram contados em reuniões sociais, nas salas de fiar, nos campos e em outros ambientes onde os adultos se reuniam - não nas creches” (2000, p.20).

A sistematização dessas histórias ocorre “em meados do século XVII e início do século XVIII, com a queda do sistema feudal e o nascimento da família burguesa”, quando “a infância passa a ser valorizada” (MARAGON; NONNEMACHER, 2008, p.1). É nesse contexto que:

O francês Charles Perrault e, posteriormente, os alemães Jacob e Wilhelm Grimm e o dinamarquês Andersen publicam consagradas obras literárias infantis, as quais criaram a partir da coleta de histórias veiculadas pela tradição oral. Esses autores, através de seus contos, abrangiam além de intentos moralizantes, abordando os costumes, a moda da elite da época, o encantamento, a magia e, quase sempre, um final feliz. Os irmãos Grimm têm suas histórias traduzidas em diversas línguas, que são apreciadas pelo mundo como obras primas da literatura infantil. Seus contos aliam deslumbramento e ambientes mágicos a temas populares (*idem*).

Com o passar dos anos muitas adaptações foram produzidas a partir das estórias sistematizadas por Charles Perrault e os irmãos Grimm. Dentre elas, *A Branca de Neve e os sete anões*, até então popularizada a partir da obra dos irmãos Grimm, foi a primeira animação longa-metragem produzida na história do cinema. Idealizada e produzida por Walter Elias Disney, essa foi a primeira criação do que passamos a conhecer como estúdios Walt Disney. Lançado em 1937 o filme foi sucesso de bilheteria e até os anos 50 era a única produção de Walt Disney no ramo (ZANONI; FERREIRA, 2014). Desde então surgiram diversas princesas Disney, das quais, dentre as principais, podemos reconhecer três grandes períodos de produção.

O primeiro período é caracterizado pelas estórias de *Branca de neve e os sete anões* (1937), *Cinderela* (1950) e *A Bela adormecida* (1959). Apesar da diferença de anos entre a produção de *Branca de neve* e *Cinderela*, os três filmes são compreendidos como parte de uma mesma fase por terem como eixos centrais da narrativa diversas características em comum, tais como o desejo das princesas de encontrar um par romântico, a completa ausência de autonomia das princesas e suas respectivas salvagens por meio do casamento com os príncipes encantados, caracterizando o final feliz de suas narrativas.

O segundo período é composto pelas estórias de *A Pequena Sereia* (1989), *A Bela e a Fera* (1991), *Pocahontas* (1995) e *Mulan* (1998). Nessa fase a narrativa das princesas é mais diversa e não gira apenas em torno da busca pelo amor romântico, elas apresentam mais autonomia e todas enfrentam algum desafio conflitante com o *status quo*⁵⁵, entretanto, o desfecho de todas as histórias permanece sendo a consumação do amor romântico materializada pelo casamento das princesas com os protagonistas masculinos da narrativa.

No terceiro período foram produzidos os filmes *Encantada* (2007), *Enrolados* (2011), *Valente* (2012) e *Frozen: uma aventura congelante* (2014). A partir desse momento, além das

⁵⁵ Em todas as estórias as princesas rompem de alguma maneira com as tradições de seu tempo e seu povo. Em *Pequena Sereia*, Ariel rompe com a tradição de seu povo e renuncia a sua condição de sereia para tornar-se humana. Em *Bela e a Fera*, Bela é uma menina estudiosa e pouco apegada às aparências. Em *Pocahontas*, a personagem principal é uma indígena que rompe com o ideal da donzela europeia. E, em *Mulan*, a personagem traveste-se de homem para servir ao seu país em guerra no lugar de seu pai idoso.

princesas terem mais autonomia, o anseio pelo casamento não aparece como o único eixo temático das narrativas. Em algumas das *estórias*, como *Valente* e *Frozen*, o construto de amor romântico presente nos filmes anteriores é satirizado e aparece apenas como mais um dos elementos da narrativa, que se desenvolve em direção a um final feliz que não envolve o casamento e é protagonizado pelas personagens mulheres.

Apesar de reconhecer a importância dessas diferentes histórias e períodos, para fins de recorte metodológico, me ateei aqui à história de *Branca de Neve e os sete anões* em sua versão produzida pelos estúdios Walt Disney. A escolha por filmes se deu por considerar que o cinema se constitui como espaço de privilégio de alcance e circulação na sociedade de consumo em que estamos inseridos, além de proporcionar uma materialização relativamente mais estável das narrativas do que em suas versões orais. No filme já aparecem de forma provisoriamente acabadas (isto é, mais definidas) características das narrativas tais quais as cores, os formatos e o tempo de duração entre uma parte ou outra, o enfoque em um detalhe e não outro, e assim por diante.

Apesar dessa aparente estabilidade, a provisoriedade desse acabamento se deve ao mesmo fator que motivou a seleção dessa narrativa, que consiste em sua constante reprodução em diferentes momentos históricos e suas adaptações (discurso citado), produzindo não apenas uma, mas diversas compreensões da narrativa. Com isso não pretendo negar a influência da mídia na vida cotidiana, mas tentar compreender parte da questão de maneira menos mecânica do que aquela que reduz esses fenômenos a mera reprodução, tendo em vista que “(...) a noção de hegemonia é um progresso indiscutível em relação aos modelos mais rígidos, ainda assim, falta explicar completamente as práticas sociais reais que envolvem os ‘textos’ midiáticos e seus ‘leitores’” (NEWCOMB, 2010, p. 364). Pois:

Ver pela primeira vez, tomar consciência de algo pela primeira vez já significa entrar em relação com esse algo: ele não existe em si nem para si, mas para o outro (já são duas consciências correlacionadas). A compreensão já é um importante momento (a compreensão nunca é tautologia ou dublagem, pois aí há sempre dois e um potencial terceiro). O estado de não ouvido e não compreendido (cf. Thomas Mann). “Não sei”, “foi assim que aconteceu, aliás, o que é que eu tenho a ver com isso?” – são relações importantes. A destruição das avaliações que se fundiram com o objeto e das relações em geral cria uma nova relação. Um tipo especial de relações valorativo-emocionais. Sua diversidade e complexidade (BAKHTIN, 1979/2015, p. 321).

Isso quer dizer que, ao mesmo tempo em que não existe um relação mecânica de produção de sentidos, em que os telespectadores apenas absorvem as mensagens de forma passiva, não existe também relação indiferente. Dentre outras palavras, com relação a

entender a influência da mídia de forma não mecânica, é preciso entender não a mídia por ela mesma, mas considerar a atividade de seus interlocutores, de modo com que seja possível compreender como eles atuam na constituição de sentidos dos produtos midiáticos. No que se refere a não existência da relação indiferente, esta consiste na noção de que todo e qualquer texto que estabelece contato com um interlocutor, provoca nessa relação produções de valoração e sentido, de maneira que mesmo que seu interlocutor o considere trivial ou irrelevante, atribuirá àquilo algum valor (como por exemplo, trivial e irrelevante).

Nesse sentido, a escolha da estória se deve ao fato de que desde sua produção, há quase 80 anos, *Branca de Neve* permanece ao longo de todo esse tempo sendo recepcionada pelas mais diversas gerações, coexistindo com as novas produções e reverberando em novas estórias, que trazem consigo elementos que retomam características deste primeiro clássico e atribuem a ele novos sentidos. Pois, a cada sujeito que entra em contato com a obra se estabelecem relações de sentido, que se constituem por meio de enunciados de qualquer forma de materialidade linguística, que uma vez em contato com um sujeito social se torna um enunciado que será interpretado a partir de uma posição valorativa em contato com outras posições valorativas que geram significação. Isto dito, passemos agora para a compreensão de alguns trechos da animação que considero relevantes para discutir o tema da constituição do amor romântico como enunciado midiático.

A primeira cena da animação original produzida pela Disney consiste em um texto explicando que Branca de Neve era uma princesa que, por conta de sua beleza, havia sido obrigada pela Rainha, sua madrasta, a trabalhar como criada no castelo. Um aspecto relevante é que esse trecho, assim como toda a estória, é narrado por uma voz masculina. A relevância disso consiste no fato de que a voz que dá tom (e conseqüentemente altera a produção de sentidos) (d)a narrativa é a voz de um homem, pois assim como o *autor-criador* (BAKHTIN, 1979/2015), o narrador é onipresente e onisciente, visto que além de habitar os mais diferentes momentos da narrativa, sabe mais do que o *herói* e dá sentido e acabamento a ele e seu mundo. A essa onisciência chamamos *consciência autoral*, que diz respeito a:

(...) um excedente de saber, e um primeiro pressuposto da visão de mundo bakhtiniana, um princípio básico: a exotopia, que podemos simplificar definindo-a como o fato de que só um outro pode nos dar acabamento, assim como só nós podemos dar acabamento a um outro. Cada um de nós, daqui onde estamos, temos sempre apenas um horizonte; estamos na fronteira do mundo que vivemos - e só o outro pode nos dar um ambiente, completar o que desgraçadamente falta ao nosso próprio olhar (TEZZA, 1995).

O narrador é um outro, mas que difere do outro do cotidiano, pois de tudo sabe e a

todos vê. Além disso, apesar de constituir aos personagens da história, sua voz aparece mascarada. Embora seja claramente identificável, a voz do narrador está de tal modo incorporada à narrativa que quase desaparece, é naturalizada e perde-se de vista que aquela voz pertence a alguém. Esse mascaramento permite que o *discurso outro* (do narrador) passe a ser incorporado na estória como palavra própria, como característica essencial e intrínseca da narrativa, garantindo um maior acabamento da estória enquanto unidade independente aos elementos externos.

Assim, a voz que dá materialidade para a narrativa ser masculina confere a um homem não apenas a capacidade de ir atribuindo valores a toda a estória, mas corporifica dessa forma um ser onipresente e onisciente na figura masculina. Esse aspecto é bastante relevante se levarmos em conta que essas relações são naturalizadas em uma sociedade patriarcal organizada em torno da figura masculina. Uma vez que:

A relação dos dois sexos não é das suas eletricidades, de dois polos. O homem representa a um tempo o positivo e o neutro, a ponto de dizermos “os homens” para designar os seres humanos (...). A mulher aparece como negativo, de modo que toda determinação lhe é imputada como limitação, sem reciprocidade.

(...) Praticamente, assim como para os antigos havia uma vertical absoluta em relação à qual se definia a oblíqua, há um tipo humano absoluto que é o tipo masculino (BEAUVOIR, 1949/2015, p. 15-16).

Dessa forma, pontuar em quais momentos os sujeitos masculinos aparecem e quais papéis exercem, é essencial para quebrar com as ideias de absoluto e neutro, que garantem a manutenção da dominação masculina nas formas de explicar a existência e o mundo.

Ainda nesse sentido, a cena seguinte se inicia com outro texto lido pelo narrador dizendo que “Todo dia a vaidosa Rainha consultava o Espelho Mágico. ‘Mágico Espelho meu! Quem é mais bela do que eu?’ Enquanto o Espelho respondeu ‘Tu és a mais bela, Branca de Neve ficou livre da inveja e da crueldade da Rainha’”. Em seguida, aparece a Rainha de frente para um espelho e acontece o seguinte diálogo:

Rainha: Escravo do espelho mágico, deixa o infinito espaço e vem para as trevas, eu te convoco. Deixa-me ver tua face.

Espelho: O que ordenais, minha rainha?

Rainha: Fala mágico espelho meu, quem é mais bela do que?

Espelho: Famosa é a vossa beleza, majestade. Porém, há uma menina entre nós com tanto encanto e suavidade que eu digo, ela é mais bela do que vós.

Rainha: Pior para ela. Revela seu nome.

Quando convocado pela Rainha, surge no espelho uma face em forma de máscara de teatro, que se comunica com ela por uma voz grave e masculina. É o sujeito com essa voz masculina que é consultado todos os dias pela Rainha para lhe dizer se ela continua sendo a

mais bela de todas ou não, e é no momento em que ele diz que a Madrasta não é mais a mais bela de todas que ela decide mandar matar Branca de Neve. Embora ele seja chamado de “escravo do espelho mágico”, é a madrasta quem se constitui numa relação de servidão ao espelho, deixando a cargo dele avaliar se ela permanece sendo a mais bela (valor que parece ser muito caro a Rainha) ou não e agindo a partir do parecer do espelho para que continue sendo a mais Bela, mesmo que o custo de manter o título de mais bela oferecido pelo espelho seja o de eliminar a existência de outra mulher.

Tendo em vista que “(...) quando me olho no espelho, meus olhos olham olhos alheios; quando me olho no espelho, não vejo o mundo com meus próprios olhos e desde o meu interior; vejo a mim mesmo com os olhos do mundo - estou possuído pelo outro” (FARACO, 2005, p. 43). Assim, ao se olhar no espelho a Rainha via aquilo que é constituído pelas palavras ditas pelos outros, palavras essas que definiam o que é belo ou não a partir do que considero aqui como parte de um discurso mítico que configura o mito da beleza.

Como explica Naomi Wolf em *O Mito da Beleza: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres* (1992), as características que um determinado período histórico valoriza como sinônimo de beleza nas mulheres são símbolos do comportamento que aquele período considera desejável entre as mulheres. Pois:

O mito da beleza na realidade sempre determina o comportamento, não a aparência. A juventude e (até recentemente) a virgindade foram "bonitas" nas mulheres por representarem a ignorância sexual e a falta de experiência. O envelhecimento na mulher é "feio" porque as mulheres adquirem poder com o passar do tempo e porque os elos entre as gerações de mulheres devem sempre ser rompidos. As mulheres mais velhas temem as jovens, as jovens temem as velhas, e o mito da beleza mutila o curso da vida de todas. E o que é mais instigante, a nossa identidade deve ter como base a nossa "beleza", de tal forma que permaneçamos vulneráveis à aprovação externa, trazendo nosso amor-próprio, esse órgão sensível e vital, exposto a todos (p. 13) (grifos da autora).

O trecho acima não apenas ajuda a compreender como o espelho pode funcionar como lugar de controle, como também poderia ter sido escrito justamente a respeito do filme *A Branca de Neve*, tamanha a precisão em descrever e explorar a relação construída entre a Madrasta e Branca de Neve. Tal fato, entretanto, não é uma simples coincidência, pois infelizmente o que acontece no filme é parte do processo de controle dos corpos femininos e da constituição da rivalidade entre mulheres, que ocorre com uma regularidade expressiva no cotidiano, a fim de tentar impedir a produção de uma contrapalavra. Isto é, a história do mito da beleza não é apenas a explicação de uma estória em específico, mas sim a história de subjugação das mulheres.

A tentativa de impedir a produção de uma contrapalavra - ou seja, dificultar a cumplicidade entre mulheres que conversem entre si, compartilhem conhecimentos, criem laços e reajam à situação de subjugação – por meio da criação desse mito demonstra seu efeito no fato de que, com exceção de Branca de Neve e da Madrasta, todos os outros personagens da história são masculinos, e os únicos personagens rivais são elas. No que diz respeito aos personagens masculinos, além de não existir rivalidade entre eles, todos são tremendamente solícitos e bondosos com Branca de Neve. Desde o caçador que, que se apieda da jovem, e contrariando as ordens da Madrasta não a mata, os anões que a acolhem em sua casa, e o príncipe que a salva do sono profundo, a solidariedade e a salvação só acontecem uma vez que houver alguma forma de relação com os homens. Acredito, portanto, que o mito da beleza está fortemente relacionado com um outro, o mito do amor romântico. Voltarei a isso mais adiante, antes vamos dar continuidade ao que acontece na narrativa.

Na primeira cena em que aparece Branca de Neve, a personagem está recolhendo água no poço para lavar as escadas do castelo e cantando uma canção que diz, dentre outras coisas: “um dia eu serei feliz”, “Aquele com quem sonhei eu quero para mim”. Nesse momento, o príncipe aparece e, sem se anunciar de qualquer maneira, começa a cantar junto com ela e se aproximar. Branca de Neve se afasta correndo, intimidada e ele diz “Espera, por favor, não, não vá embora!”, então ela timidamente o observa cantar da sacada.

A canção é sempre um ato ético e estético, mas pode, por vezes, ter uma função mais ética do que estética. Quando cantamos uma canção, esse é também um ato ético e estético, pois estabelecemos com aquele enunciado uma relação recheada de valorações sociais que compõem nosso repertório pessoal. Embora se assemelhe em grande medida com essa situação cotidiana, o contexto das canções cantadas por Branca de Neve tem algumas particularidades próprias de seu gênero discursivo. Segundo Cóser e Koff (2013):

A linguagem cinematográfica é herdeira de toda uma tradição dramático-musical da cultura ocidental, em que a música, em diversas manifestações, se combina com a fala, com a estrutura dramática, com o gesto, com a ação e com o movimento. A primeira grande característica entre música e cinema é o fato de ambos se desenvolverem no tempo. Ambos são uma sucessão de eventos que, isolados, não possuem conexão entre si e, quando aproximados, ganham um novo sentido (p.4).

Além de se combinar com a fala, nos filmes musicais, como ocorre em todas as animações da Disney, a canção é também a própria fala. Uma frase atribuída ao escritor Victor Hugo diz que “A música expressa aquilo que não pode ser dito e no qual é impossível ficar em silêncio”, e no filme, Branca de Neve expressa sua vontade de encontrar o homem a quem

amará. Além de expressar o que se deseja, a canção funciona na estória como uma profecia a ser concretizada, pois no momento seguinte o homem a quem ela virá a amar, surge dando continuidade a canção e a transformando em uma espécie de diálogo, que, entretanto, tem como parte de sua característica de acabamento uma sincronicidade quase mística.

A canção como algo místico e profético está presente em diversas estórias conhecidas, como a canção herdada por Orfeu na mitologia grega, que fazia todos os mortos entrarem em estado de transe, e na Odisséia de Homero em que o canto das sereias inebriava os homens e os levava a perdição. Na narrativa de *Branca de Neve*, movida por uma *memória de futuro* (BAKHTIN, 1979/2015), isto é, por sua incompletude e projeção do que pode se realizar, Branca de Neve enuncia sua busca pelo amor que ainda não havia aparecido. A *memória de futuro*, no entanto, só é possível por meio das *memórias de passado*, ou seja, dos enunciados, discursos e valores experienciados ao longo da vida que nos constituem como sujeito. Dessa forma, além do desejo pelo amor de um homem ser um devir baseado em enunciados que habitam *as memórias de passado* sobre o que é o amor, a *memória de futuro* de Branca de Neve começa a passar, a partir do momento em que o Príncipe surge, por um processo de tornar-se *memória de passado*, pois vai se transformando em enunciados concretizados.

No decorrer de toda a narrativa, Branca de Neve não toma nenhuma atitude de forma autônoma além de limpar e cantar. Depois de sair correndo assustada diante da revelação do caçador de que sua madrasta havia o enviado para mata-la, até o destino de sua fuga ocorre de forma passiva, uma vez que é levada até a casa dos anões puxada pelos passarinhos que a encontram na floresta. É importante dizer que, no contexto da perspectiva teórica que embasa esse trabalho, passividade é uma característica entendida sempre de forma relativa, pois não existe sujeito totalmente passivo em uma relação de alteridade. Para que uma relação de subjugação ocorra, conseqüentemente, é necessário que a parte subjugada e supostamente passiva acredite ativamente no valor positivo de agir daquela forma e assim o faça. Por outro lado, é primordial que compreendamos que tal atitude nunca parte do sujeito como ser independente de sua comunidade discursiva, pois a relação de alteridade se dá por meio da linguagem que possibilita a interação entre sujeito e outro(s) sujeito(s). Dessa forma, não existe uma pessoa subjugada em si, mas existe sim uma relação de subjugação que depende da atuação das partes envolvidas (o que não significa simetria de poder entre elas). Assim, Branca de Neve acredita que aquele é seu papel e assim vai se constituindo.

Um pouco mais adiante, no momento em que os anões chegam a casa e percebem que alguém está nela, sobem ao quarto prontos para matar quem ou o que esteja lá, se deparam

com Branca de Neve dormindo em suas camas e imediatamente desistem de mata-la, ocorre o diálogo a seguir:

Dengoso: Ela é belíssima! Parece até um anjo!

Zangado: Ela é mulher e as mulheres são falsas! Cheias de sortilégio!

Dengoso: O que é sortilégio?

Zangado: Eu não sei. Não interessa.

Essa primeira frase a respeito da beleza de Branca de Neve é parte da visão maniqueísta que dá tom a todo o filme, em que o que é considerado belo é bom e o que é considerado feio (ou irá se tornar, como a Rainha) é mau. Ser bela e jovem é ser boa, e por isso imediatamente os anões hesitam em agredi-la. Entretanto, partindo de uma percepção tão essencialista quanto essa primeira, Zangado expressa sua discordância a respeito da bondade da moça por conta de características ruins que estariam intrinsecamente ligadas a ser mulher. Como se pode observar pela resposta de Zangado ao questionamento de Dengoso, Zangado não sabe como nem porque, só sabe que mulheres têm qualidades negativas e devem ser tratadas com desconfiança. Essa noção essencialista é a base do discurso misógino que se expressa pelo:

(...) ato de fala no qual a mulher é sujeito da frase e o predicado um termo mais geral, ou, alternativamente como o uso do substantivo Mulher ou Mulheres com o M maiúsculo.

E seu efeito (...) reside na zona onde o uso das palavras produz os elementos mais básicos do pensamento – e o pensamento autoriza a ação -, é o de fazer da mulher uma essência que, enquanto essência, é eliminada do palco histórico do mundo. É precisamente por isso que o discurso misógino parece tão repetitivo, é tão constante culturalmente, e parece carecer de uma história interna. Seu propósito – tirar as mulheres individuais da esfera dos eventos – depende da transformação da mulher numa categoria geral, a qual, ao menos internamente, parece nunca mudar (BLOCH, 1991/1995, p. 13).

É por isso que uma concepção de mundo que parta de um estatuto ontológico verdadeiramente dialógico do sujeito pode ser tão importante no combate aos essencialismos e aos discursos misóginos, que deles se alimentam. A teoria bakhtiniana se desenvolve dentro do prisma da tradição marxiana, segundo a qual os sujeitos constituem suas identidades no mundo a partir de processos de *objetivação* e *apropriação*. O processo de *objetivação* diz respeito à constituição refratada do mundo estabelecida por interpretações sociais de cada sociedade. E *apropriação* é o movimento pelo qual os sujeitos particulares constituem a si mesmos por meio do mundo já alterado pela *objetivação*. Dentre outras palavras, é a forma pessoal de o sujeito ser social (PIRES; SOBRAL, 2013).

O sujeito se constitui, assim, por meio de *palavras outras* que serão transformadas em *palavras próprias* e repletas por novos valores e sentidos. Essas palavras próprias modificam

as palavras outras e, tornam-se posteriormente palavras outras. Nesse sentido, o sujeito se situa num processo dinâmico de constituição por meio do mundo, que ao mesmo tempo constitui e modifica o mundo. Dessa forma, “se os sujeitos mudam *na* sociedade, eles também mudam *a* sociedade, uma vez que esta não preexiste às relações entre eles e estas relações são, como vimos, mutáveis e mutantes” (*idem*). Como podemos ver em diversos momentos deste trabalho, parte fundamental dos processos de dominação é justamente o de monologizar e essencializar os sujeitos e seus respectivos papéis na constituição de sentidos, produzindo o mascaramento que gera a noção de que a atribuição de valores e sentidos se dá de maneira unilateral e unívoca, e nesse sentido, romper com essa lógica deve fazer parte do compromisso ético e ontológico de qualquer percepção do mundo que se proponha feminista.

Prosseguindo na *estória*, os anões acabam por aceitar que Branca de Neve permaneça na casa, e lá ela passa seu tempo limpando e cozinhando para os anões, se constituindo naquela relação ora como figura maternal, ora como objeto de desejo sexual. Esse segundo aspecto, assim como a idealização do amor romântico se ilustram bem no diálogo a seguir:

Branca de Neve: Bem, era uma vez uma princesa.

Mestre: Essa princesa é você?

Branca de Neve: Ela se apaixonou.

Atchim: E isso foi difícil?

Branca de Neve: Foi até muito fácil. Qualquer um veria que aquele príncipe encantado era o único para mim.

Mestre: E ele era forte e bonito?

Atchim: Era grande e alto?

Branca de Neve: Não existe outro como ele. Em lugar algum do mundo.

Dengoso: Ele disse que a amava?

Feliz: E roubou um beijo?

Branca de Neve (canta): Era o meu romance / E eu não resisti / Um sonho que eu sonhei / Há de acontecer / No castelo que eu imaginei / E depois ele um dia há de vir / O meu eterno amor / Um dia encontrarei / E feliz eu irei / Viver com esse amor / O sonho que sempre sonhei.

O construto do homem perfeito não vem senão acompanhado da constituição de toda uma narrativa de ascensão, da ideia de realização e completude pós a concretização das etapas da conjunção de Branca de Neve e o Príncipe Encantado. Nesse processo de descrição da narrativa, vão se definindo quais características as pessoas devem ter para atingir a consumação desse ideal transcendental. Um momento particularmente interessante para compreender como a consumação do amor romântico como valor último de desejo para a salvação pode ser o caminho para a destruição do sujeito, é a cena da maçã envenenada oferecida a Branca de Neve pela Madrasta.

Tal maçã é fruto de uma poção mágica desenvolvida pela Rainha após saber que Branca de Neve continuava viva. Antes de preparar a maçã envenenada, ela ingere uma poção

que preparou para transformá-la em uma mulher idosa, com vestes pobres, a qual ela considera ser uma aparência inofensiva para que ela pudesse ir até a casa dos anões entregar a maçã de modo com que ninguém desconfiasse dela. A transformação em aparência idosa e pobre para construir uma imagem de inofensiva denotam a juventude e a riqueza como símbolos de poder, os quais ela precisa ocultar para chegar até Branca de Neve com sucesso. Em seguida, ela prepara o feitiço da maçã, que consiste no fato de que depois de morder a maçã, a vítima cairia em sono profundo e eterno e seu único antídoto seria “receber o primeiro beijo de amor”.

Ao chegar na casa dos anões, a Madrasta encontra Branca de Neve sozinha e se passa por uma vendedora de maçãs. Branca de Neve diz a madrasta que está fazendo torta de pêssego e se inicia o seguinte diálogo:

Madrasta: A torta de maçã é que faz os homens ficarem com água na boca.
[...]
Madrasta: E porque você foi tão boa para a vovozinha, eu vou contar um segredo a você: esta aqui não é como as outras, é uma maçã miraculosa.
Branca de Neve: Miraculosa?!
Madrasta: É. É só prová-la e todos os seus sonhos se realizarão.
Branca de Neve: Verdade?
Madrasta: É, querida. Agora faça um pedido, e dê uma dentada.
[...]
Madrasta: Haverá alguma coisa que seu coração deseje? Talvez você ame alguém.
Branca de Neve: É, eu amo alguém.
Madrasta: Eu sabia, eu sabia. (risos) A vovó conhece o coração das moças. Agora pegue a maçã e faça um pedido.
Branca de Neve: Eu desejo, desejo...
Madrasta: Sim, fale. Ande.
[...]
Branca de Neve: ...Que ele me leve, então, para o seu castelo onde viveremos felizes para sempre.
Madrasta: Ótimo! Isso! Agora prove!
[...]
Madrasta: Não deixe o desejo esfriar!

A maçã traz consigo uma simbologia rica relacionada a tentação, sedução, o pecado e o ato sexual (mito do pecado original). Para facilitar a consumação do ato de morder a maçã, temos os conselhos de uma mulher idosa que dá conselhos a Branca de Neve sobre o amor e formas de conquista-lo, estabelecendo uma relação de poder por meio da sabedoria, além da beleza sedutora do fruto vermelho, com aparência succulenta que torna difícil para Branca de Neve resistir a maçã. Morder o fruto, seria então, cair em tentação, consumir a maçã para consumir o objeto de desejo. A moça morde a maçã e cai em sono profundo.

No momento seguinte, os anões chegam e encontram Branca de Neve desfalecida no

chão, veem a Madrasta e saem correndo em sua direção portando pedaços de madeira na mão para mata-la. A Rainha sobe na ponta de um penhasco, cai um raio quebrando a rocha em que ela está por cima, ela cai no precipício e morre. Dessa forma, ela paga por sua maldade morrendo vítima de uma força superior, um raio que vem dos céus e acerta exatamente o local em que ela está, no momento após ter feito Branca de Neve cair num feitiço. O que a mata parece ser uma vontade divina. Vontade essa superior, possivelmente onipresente, onipotente e onisciente, tal qual o deus androcêntrico-patriarcal cristão - e o narrador -, homem. Ou seja, a Rainha, detentora de poder e sabedoria, tem em seu fim um tom moralizante e cristão em que ela paga por seus pecados com a vida. Pecados esses julgados e cobrados por uma força que a subjuga e aniquila.

Depois disso, os anões sem coragem de enterrar a jovem que era “tão linda em seu sono de morte”, colocam seu corpo em um esquife de vidro para vela-lo. O príncipe, que já a procurava, ao ouvir rumores sobre uma linda menina dormindo em um esquife foi ao seu encontro. Essa é a segunda vez na *estória* em que o príncipe aparece e, ao ver a moça desfalecida no esquife, a beija e ela acorda. Branca de Neve vê o príncipe e vai direto para seus braços. Ele a pega no colo, coloca no cavalo, ela se despede dos anões e parte com o príncipe. Uma canção começa a tocar ao fundo dizendo “o meu eterno amor!”, aparece o castelo no fim do horizonte e o filme termina com a frase “e viveram felizes para sempre”.

Até na hora em que Branca de Neve supostamente morre, ela é objeto de desejo sexual, permanecendo exposta em um esquife de vidro para que outras pessoas admirem sua beleza. Além disso, sua salvação é resultado do beijo de um homem desconhecido⁵⁶, que a beija inconsciente e incapaz de consentir o ato. Branca de Neve é objetificada, negligenciada e violada e todas essas coisas são romantizadas na narrativa em prol de preservar sua beleza ou alcançar o amor. Nisso consiste parte da relação entre os mitos do amor romântico e da beleza, ambos mortificam (e algumas vezes até matam) as mulheres para que suas existências funcionem para a sua manutenção. Para conseguir se adequar as narrativas do amor romântico, as mulheres precisam agir de acordo com o roteiro do que se considera belo, principalmente em termos de comportamento, naquela época. Segundo esses mitos, caso a mulher aja de forma contrária, como a Madrasta, que não buscava o amor romântico, será amargurada e morrerá sozinha e de forma triste.

Um fato curioso é que se a Madrasta quisesse realmente matar Branca de Neve, poderia simplesmente contaminar a maçã com algum veneno já existente que não tivesse

⁵⁶ Apesar de Branca de Neve já tê-lo visto, não chegaram a interagir senão brevemente na cena em que se veem pela primeira vez.

antídoto, ao invés de criar uma poção com um feitiço o qual tem antídoto. Por essa razão, tudo na história não parece ser senão obstáculo de pano de fundo da saga em busca do amor romântico. A busca pelo amor romântico faz com que mulheres se tornem rivais e obstáculos umas para as outras, ou mesmo para si mesmas.

Edgar Morin, em sua obra *Cultura de massas no século XX: neurose* (1962/1997) enfatiza sobre esse aspecto de tudo o que não é o casal aparecer nas narrativas de hollywood como “uma fatalidade exterior”, um empecilho, “como problemas podendo ser superados pelo amor; o filme é o encontro entre um homem e uma mulher, sós, estranhos um ao outro, mas que vão ser ligados numa necessidade absoluta” (p. 134).

Tal narrativa não aparece apenas em filmes do gênero *chick flick*⁵⁷ - ou nos romances açucarados, como costumamos chamar no Brasil -, mas em grande parte dos filmes produzidos em hollywood e exibidos pelos grandes circuitos de cinema. Mesmo distopias como a trilogia Jogos Vorazes (2012, 2014, 2015), a série Divergentes (2014) ou o filme V de Vingança (2006), que se propõem a fazer uma crítica social aos sistemas políticos, ou um filme de ação e ficção científica como Jurassic World (2015), têm no eixo da narrativa um casal apaixonado. Isso ocorre porque, como observa Morin, “o amor tornou-se tema obsessivo na cultura de massas; esta o faz aparecer em situações nas quais, normalmente, não deveria estar implicado” (1962/1997, p. 131).

Entendo, entretanto, que tal fenômeno de centralidade no amor romântico não pode ser entendido como algo que ocorre apenas na mídia, ou que foi inventado por ela de forma completamente original, tendo em vista que “cada signo ideológico é não apenas um reflexo, uma sombra da realidade, mas também um fragmento material dessa realidade” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 1929/2009, p. 33), nenhuma produção signíca ocorre sem que exista uma base material e econômica que a sustente.

De forma ampla, se não houvesse uma *infraestrutura* que suportasse esses construtos e, dito de outra maneira, se eles não fossem economicamente vantajosos ou rentáveis, não existiriam com essa mesma expressividade. Nesse sentido, é interessante pensar em uma segunda produção cinematográfica que causa grande barulho desde seu lançamento, o filme

⁵⁷ “‘Chick Flicks’ é um termo em inglês que se refere aos filmes feitos para o público feminino, geralmente são comédias românticas, romances açucarados, dramalhões de arrancar lágrimas dos olhos e tudo gira em torno de relacionamentos, resumindo são os filmes do tipo “mulherzinha” como os homens chamam, onde o mundo se move como as mulheres querem e com uma linguagem que somente elas entendem”. Disponível em <<http://designinnova.blogspot.com.br/2013/04/os-25-melhores-filmes-chick-flicks-do.html>>. Acesso em 10 jul 2015.

Cinquenta Tons de Cinza (2015), sucesso de bilheteria em diversos lugares do mundo⁵⁸.

O filme é baseado em um livro homônimo, que por sua vez é baseado em uma *fanfic* (*fan fiction*) do subgênero *AU* (*alternative universe*) do livro *Crepúsculo*, outro sucesso de vendas que foi adaptado para o cinema e foi sucesso de bilheteria. *Fanfic* é o nome que se dá ao gênero de estória produzida por fãs de alguma obra ou narrativa, fazendo uso dos elementos existentes na narrativa original e modificando partes de seus acontecimentos, e *AU* é o nome que se dá para as *fanfics* que modificam mais profundamente o contexto em que se passa a narrativa a ponto de ser considerado um universo alternativo ao original. Erika Leonard James, mais conhecida pelo pseudônimo E. L. James, é a autora do livro que baseou o filme, e autora da *fanfic* de *Crepúsculo* que deu origem ao livro, publicada por ela em um dos maiores sites de compartilhamento de *fanfics* do mundo⁵⁹.

O recorrente sucesso dessas estórias me leva a crer que possuem algo em comum que agrada uma parcela semelhante de audiências, e para pensar nisso, discutirei aqui alguns pontos que considero relevantes do filme para a compreensão dessa temática. A escolha pelo filme se dá por considerar que, por cada uma dessas estórias ser baseada em uma antecedente, como já explicado, e o filme, ter sido a última produção desse percurso com grande sucesso, traz consigo elementos de todas essas narrativas anteriores e pode nos ajudar na compreensão dos aspectos centrais dessas narrativas.

Contextualizando a estória do filme, a personagem principal é Anastácia, uma tímida jovem estudante de literatura inglesa que, no lugar de sua amiga jornalista que está doente, vai entrevistar o Sr. Grey, um grande empresário de sucesso. Apesar das demonstrações de timidez de Anastácia, pouco tempo depois de se conhecerem já acontecem diálogos que vão definindo as maneiras de cada um se constituir naquela relação, tais como:

Grey: Você parece nervosa.

Anastácia: Acho você intimidador.

Grey: Você deveria.

Daquele momento em diante, Grey vai arranjando pretextos para encontrar Anastácia e eles começam a se ver. Desde o princípio o rapaz dá a entender seu desejo de tomar o controle sobre a vida e as decisões de Anastácia, e a garota demonstra estar desconfortável com isso,

⁵⁸ "50 Tons de Cinza já ultrapassa US\$ 500 milhões em bilheteria no mundo. Disponível em: <<http://cinema.uol.com.br/noticias/redacao/2015/03/05/50-tons-de-cinza-ja-ultrapassa-us-500-milhoes-em-bilheteria-no-mundo.htm>>. Acesso 04 dez 2015.

"50 tons de cinza lidera bilheteria nos EUA e faz R\$ 680 milhões no mundo". Disponível em: <<http://g1.globo.com/pop-arte/cinema/noticia/2015/02/50-tons-de-cinza-lidera-bilheteria-nos-eua-e-faz-r-680-milhoes-no-mundo.html>>. Acesso 04 dez 2015.

⁵⁹ *Cinquenta tons de Crepúsculo*. Disponível em: <<http://www.saraivaconteudo.com.br/Materias/Post/46919>>. Acesso em 22 dez 2015.

mas mesmo assim ambos continuam a se encontrar. Antes que eles tenham qualquer contato físico sexual, Grey diz a Anastácia que não a tocará até que tenha seu total consentimento, concedido por meio da assinatura de um contrato. O documento se trata de um contrato de dominação e submissão. Ao assina-lo, Anastácia concorda em ser submissa a Grey em todos os termos previstos pelo contrato, que especifica desde as formas de prática sexual, até o controle de medicação e dieta alimentar que a moça deverá seguir. A garota fica com o contrato para analisa-lo e dar seu parecer sobre ele.

Temos na estória a literalização do contrato sexual, que diferentemente das regras as quais nos submetemos no cotidiano sem que assinemos nenhum documento físico (o que é parte fundamental dos contratos sociais, que não se fazem só de papel), ou do contrato de casamento, que deixa implícita a relação com o contrato sexual, é assumidamente um contrato de dominação e subordinação sexual. Uma das questões que primeiro me ocorreram no filme é o que teria motivado tanto Grey a elaborar um contrato dessa natureza, quanto a Anastácia possivelmente assina-lo. A esse aspecto, Pateman (1988/1993) contribui na compreensão da situação ao explicar que:

Surpreendentemente, tem-se dado pouca atenção à relação entre o contrato original – que geralmente se concorda ser uma ficção política – e os contratos reais. O contrato social, assim continua a história, cria uma sociedade em que os indivíduos podem fazer contratos, seguros de que seus atos são regulamentados pela legislação civil e de que, se necessário, o Estado fará com que seus acordos sejam cumpridos.

(...)

Segundo os teóricos contemporâneos do contrato, as condições sociais são tais que é sempre possível que indivíduos exerçam sua liberdade e participem dos contratos de casamento ou de trabalho, ou mesmo, de acordo com alguns autores clássicos e contemporâneos, de contrato (civil) de escravidão. Outra maneira de ler a história (como Rousseau a entendeu) é que o contrato social permite que indivíduos se submetam voluntariamente ao Estado e à legislação civil; a liberdade transforma-se em obediência e, em troca, recebe-se proteção. Nessa leitura, os contratos reais da vida cotidiana também refletem o contrato original, mas agora eles envolvem uma troca de obediência por proteção; eles criam o que chamarei de *dominação e subordinação civis* (p. 23).

Dessa forma, Grey faz o contrato com o Estado para se proteger de possíveis processos consequentes de suas práticas, e Anastácia concorda com o contrato com Grey; para ser protegida por ele, que a diz que caso ela aceite suas condições contratuais, será totalmente devoto a Anastácia. O comprometimento moral (BAKHTIN, 1920-24/2010) de Anastácia de se fazer aceita por Grey a leva a aceitar o contrato, pois embora ela se constitua numa relação de submissão ao rapaz, o faz porque acredita que essa etapa é essencial para ter um relacionamento com ele. Sua liberdade, então, passa a se negociável, enquanto permanecer

com o rapaz parece ser o objetivo último para tornar sua narrativa completa.

A livre decisão e o “total consentimento” de Anastácia devem ser entendidos em termos, porque embora todo sujeito seja obrigado a fazer escolhas a todo o momento, o paradigma de possibilidades de suas escolhas é constituído nos limites de seu *horizonte social*. Dessa forma, a personagem faz uma escolha ético-moral; ao optar por assinar o contrato com Grey, mas o faz em uma relação de assimetria social, em que ela é uma mulher sem dinheiro, tímida e virgem que se colocará em uma relação de submissão, e ele; um homem rico, intimidador, que já teve várias parceiras e as dominou. Não é possível separar seu ato singular e responsável de seu contexto sociocultural. Não se trata de ignorar o singular, mas de não negligenciar como, historicamente, as mulheres foram ensinadas a sentir a necessidade de um homem para completar a realização de sua existência e singularidade, pois "em sua maioria, ainda hoje, as mulheres são casadas, ou o foram, ou se preparam para sê-lo, ou sofrem por não o ser. É em relação ao casamento que se define a celibatária, sinta-se ela frustrada, revoltada ou mesmo indiferente ante essa instituição" (BEAUVOIR, 1949/2015, p. 165).

É importante perceber como esse aspecto, muitas vezes, tem um grande papel na constituição das relações sociais e escolhas das mulheres, de modo que a liberdade de escolha delas nunca será indiferente a esse aspecto de sua socialização, mesmo que seja negando-o. Em uma das cenas; ocorre o seguinte diálogo que ilustra bem a diferença da relação emotivo-volitiva que cada um deles estabelece daquele momento:

Anastácia: Isso significa que você vai fazer amor comigo agora?

Grey: Em primeiro lugar, eu não faço amor. Eu fodo com força.

Anastácia vincula o sentimento ao ato sexual, o designando como o ato de colocar em prática o sentimento a partir da construção “fazer amor”, e Grey; desvincula o sentimento do ato sexual, dizendo que não faz amor, fode com força. Podemos entender “com força” no enunciado de Grey como uma forma de intensificador da desvinculação de sua prática sexual do sentimento de amor, ou seja, uma forma de reforçar a ideia de que ele não relaciona amor e sexo, além de atribuir certo sentido de agressividade a sua fala.

Em uma das cenas antes da moça aceitar o contrato, Grey mostra a Anastácia seu “quarto da dor”, local repleto de material de tortura e imobilização que ele costumava utilizar para praticar a dominação de suas parceiras sexuais, a fim de saber se ela aceitaria se submeter a ele naquelas condições também. Logo antes de abrir a porta do quarto ele diz a jovem: “Você pode ir embora quando quiser. É sério. Meus helicópteros podem te levar quando você quiser.” Em outra cena, em que ambos estão conversando por meio de

mensagens instantâneas no computador, ocorre o seguinte diálogo:

Anastácia: É assim que vai ser nossa relação? Você me dando ordens?
Grey: Eu espero que sim. E tem mais, você vai gostar.

Considerando que “a palavra revela-se no momento de sua expressão, como o produto da interação viva das forças sociais” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 1929/2009, p.66), é bastante curioso como Grey tenta fazer Anastasia acreditar que a relação de submissão por ele proposta pressupõe sua livre escolha, o que faz por meio de uma forma peculiar de composição de seus enunciados. Tal estratégia é fundamental para manter relações de controle e exploração em que, quando não ocorre a violência física ou o controle dos bens materiais (como a situação em que pessoa, por não ter dinheiro, depende da outra para se alimentar, por exemplo), uma maneira inclusive mais eficaz de fazer com que uma pessoa permaneça numa situação dessas é fazê-la acreditar que ela o faz por pura escolha pessoal e que aquilo é bom para ela de alguma forma, mesmo que traga danos. Como já mencionei anteriormente, é necessário que a pessoa se comprometa moral e eticamente para que a relação de dominação se concretize com sucesso.

Ao nos propormos a pensar essas narrativas de grande sucesso é importante que nos façamos as seguintes perguntas:

A quem se dirige o enunciado? Como o locutor (ou o escritor) percebe e imagina seu destinatário? Qual é a força da influência deste sobre o enunciado? É disso que depende a composição, e sobretudo o estilo do enunciado. Cada um dos gêneros do discurso, em cada uma das áreas da comunicação verbal, tem sua concepção padrão de destinatário que o determina como gênero (BAKHTIN, 1979/2015, p. 321).

Apesar de ter feito grande sucesso dentre mulheres de diferentes faixas etárias, *Cinquenta Tons de Cinza* ficou conhecido em diversos fóruns na internet como “*porn for mommys*” (aproximadamente algo como “pornô para mamães” em português) por adicionar elementos eróticos em uma estória clássica de “romance água com açúcar” ao mesmo tempo em que o romance continua sendo o centro da histórica, e não a eroticidade. É relevante dizer que *Crepúsculo*, apesar de seguir uma fórmula bastante parecida, não contém cenas de sexo e foi recebido como um filme para adolescentes. Já *Branca de Neve e os Sete Anões*, embora continue a ser consumido de diversas formas por várias faixas etárias, foi a primeira animação para crianças produzida no cinema.

As mulheres são expostas, desde sua infância, até sua adolescência e sua vida adulta, a obras divulgadas pela indústria midiática reforçando a completa romantização e erotização da dominação e da subordinação. Cada uma das estórias aqui citadas contribui para a

constituição do repertório das mulheres que entrarem direta ou indiretamente em contato com as essas narrativas, produzindo *memórias de passado* que irão constituir de alguma maneira suas *memórias de futuro*, garantindo a manutenção da ideia de que as mulheres precisam se subjugar como meio para alcançar o amor romântico. Enquanto, na verdade, diante desses dados, acredito que esses ideais do amor romântico é que sejam o meio para alcançar e garantir a subordinação e subjugação das mulheres.

A esse ponto me questiono sobre o porquê da subordinação das mulheres, pois, por acreditar que nada existe em si ou por si mesmo, não posso afirmar que as mulheres são subjugadas por alguma motivação inata, divina ou por puro sadismo desinteressado. Necessariamente deve existir um motivo para cada uma das subordinações existirem em nosso sistema social. E, segundo Eva Illouz (1997), embora para a sabedoria popular e erudita, o amor costume ser entendido como uma forma de transgressão da norma social e da ética capitalista, em termos gerais, o amor romântico foi relegado sociologicamente até os anos 60 à esfera da vida privada, de modo com que foram ignorados seus aspectos relacionados aos rituais públicos e os conflitos sociais ou de classes envolvidos neles. Muito se reluta ao relacionar o amor e a economia, mas o fato é que o amor dá lucro. Os rituais românticos e as formas de organização social consequentes do ideal de amor romântico incentivam o consumo e a circulação do dinheiro por caminhos que, sem esse ideal, dificilmente aconteceriam. Bakhtin/Volochínov nos ajuda a compreender isso ao perceber que:

A cada etapa do desenvolvimento da sociedade, encontram-se grupos de objetos particulares e limitados que se tornam objeto da atenção do corpo social e que, por causa disso, tomam um valor particular. Só este grupo de objetos dará origem aos signos, tornar-se-á um elemento da comunicação por signos. Como se pode determinar este grupo de objetos “valorizados”?
Para que o objeto, pertencente a qualquer esfera da realidade, entre no horizonte social do grupo e desencadeie uma reação semiótico-ideológica, é indispensável que ele esteja ligado às condições socioeconômicas essenciais do referido grupo, que concerne de alguma maneira às bases de sua existência material (1929/2009, p. 46).

Nessa lógica, assim como o mito da beleza gera diversos cosméticos e outros tantos produtos, a indústria do romance multiplica as possibilidades de consumo do ideal do amor romântico. As princesas Disney, por exemplo, além de personagens das animações são agora também bonecas, decorações de festas infantis, calçados, roupas, materiais escolares, maquiagem⁶⁰ e uma infinidade de produtos no cotidiano das mulheres e crianças. Além disso,

⁶⁰ Site oficial da Disney Store. Disponível em: < <http://www.disneystore.com> >. Acesso em 26 dez 2015.

por meio de uma visita ao parque temático Walt Disney, baseado nas produções dos estúdios Disney, o público pode consumir ali uma forma de materialização do final feliz entrando em contato com todo os cenários e personagens das histórias, além de poder adquirir nas lojas espalhadas pelo parque diversos desses produtos anteriormente citados. Cinquenta Tons de Cinza ganhou uma série de livros que deram continuação ao primeiro, que também serão transformados em filmes, e uma série de outros livros sobre curiosidades e informações adicionais a saga. Até uma linha de produtos eróticos foi criada inspirada na história⁶¹. O público de Cinquenta Tons de Cinza tem a cada dia mais produtos para consumir e saciar sua vontade de fazer parte de alguma forma naquelas narrativas. Concluo, assim, que a subordinação das mulheres dá lucro.

3. Histórico de amor e luta: breve panorama sobre os movimentos de mulheres e como os construtos de amor foram se alterando no Século XX

Se no capítulo anterior mapeei brevemente como foram se instituindo os discursos oficiais sobre o amor e sua forma materializada na monogamia, desse momento em diante proponho-me, em um primeiro momento, a demonstrar, por meio de um breve panorama, como esses discursos foram alterando cotidianamente a vida das mulheres ao longo do século XX. Em seguida, partirei para a discussão de materiais produzidos por movimentos autodenominados feministas dentro do período que se consagrou chamar de segunda onda do feminismo, período esse que antecede o momento de produção dos textos que serão discutidos no Capítulo III, escritos pós o período da terceira onda do feminismo, no início do século XXI.

Contextualizando, ao me referir a "ondas do feminismo" (COSTA, 2002; NOGUEIRA, 2001), falo a respeito de três grandes momentos históricos de ascensão dos movimentos de mulheres no mundo. Cada um desses momentos está inserido em um contexto diferente e os movimentos levantavam pautas diferentes. Resumindo de forma bastante breve, esses momentos são divididos em primeira, segunda e terceira ondas do feminismo.

A primeira onda foi mais evidente entre 1920 e 1930 e diz respeito à luta pelos direitos ao voto feminino (sufrágio feminino) e à liberdade de poder trabalhar fora de casa sem a permissão do marido. No Brasil, dentre os principais nomes temos Nísia Floresta, Chiquinha Gonzaga e Leolinda Figueiredo Daltro.

⁶¹ Produtos inspirados em '50 Tons de Cinza' custam até R\$ 48. Disponível em: <<http://mulher.terra.com.br/vida-a-dois/produtos-inspirados-em-50-tons-de-cinza-custam-ate-r-48,102704fb1aa0f310VgnVCM3000009acceb0aRCRD.html>>. Acesso em 26 dez 2015.

A segunda onda ocorre entre 1970 e 1980 e lutava pela obtenção de políticas voltadas para os direitos reprodutivos da mulher, a valorização do trabalho feminino, o combate à violência sexual e contra as ditaduras que se espalhavam pelo globo. Durante a segunda onda, influenciadas pela obra *O Segundo Sexo* de Simone de Beauvoir (1949), inicia-se um intenso debate sobre a noção de mulher enquanto construto social. No Brasil, dentre outros nomes importantes, temos Heleieth Saffioti e Amelinha Telles.

Por fim, a terceira onda surge em meados de 1990 e passa a questionar as noções de sujeito universal, e de mulher universal, tendo em vista que a noção de universalidade é excludente por não incluir as diferentes formas de ser mulher: negra, pobre, lésbica, trans, e demais outras características que afetariam diretamente a forma de ser mulher no mundo. Muito embora tais questionamentos já fossem levantados por algumas feministas negras durante o período da segunda onda (como Beverly Fisher, em seu artigo publicado em 1997, intitulado *Race and Class: Beyond Personal Politics*) eles só começam a receber maior visibilidade a partir desse momento. Nesse período, além de se discutir a constituição social da ideia de mulher, passa-se a criticar a percepção binária que dividiria a sociedade entre homens x mulheres e defender a ideia de que o gênero social (masculino ou feminino) é mais fluído do que estático e que o binarismo seria o ponto central que sustenta a desigualdade de gêneros. No Brasil, alguns dos nomes mais conhecidos são Guacira Lopes e Larissa Pelúcio.

Ao longo do texto citarei alguns momentos concomitantes à primeira onda feminista e poderemos ter uma breve ideia de como as pautas do movimento eram recebidas. Em um segundo momento, passarei para a discussão de materiais produzidos no período da segunda onda feminista, momento em que as formas de produção e circulação da informação se alteram e as mulheres passam a ocupar novos espaços que propiciavam a produção desses materiais.

3.1 Pelo direito de existir: os relacionamentos afetivo-sexuais e a constituição discursiva das demandas dos movimentos de mulheres no século XX

Para me auxiliar nesse árduo trabalho de sintetizar como os temas relativos às relações afetivo-sexuais foram se constituindo nos mais diversos momentos do século XX, tive a sorte de contar com o incrível trabalho da historiadora Mary Del Priore, que no capítulo *Da modinha à revolução sexual* (p. 231-311), de sua obra *História do amor no Brasil* (2005/2015), traz um panorama de como as mudanças nas concepções de casamento, família, amor e sexualidade alteraram as vidas das mulheres. Dessa forma, tentarei aqui expor os

pontos que parecem mais relevantes para a temática deste trabalho e propor um diálogo com o estudo realizado por Priore.

Nas primeiras páginas do capítulo, Priore explica como devido a alterações nos espaços urbanos de algumas capitais dos estados brasileiros, criam-se novos espaços de circulação e socialização de homens e mulheres. Com o surgimento de parques, teatros, cinemas e demais espaços culturais, as diferentes classes passam a ocupar o espaço público para o lazer. Os salários estabilizados (grandes ou pequenos) tiveram grande papel no aumento do consumo de produtos, nos quais, dentre músicas, filmes ou livretos, o amor era tema constante (2005/2015, p. 233).

Já podemos perceber então como, desde o início do século, as mudanças na economia produziam mudanças na sociedade e nas formas de configuração entre as pessoas. E essas pessoas, agora consumidoras de produtos que tinham como temática principal o amor romântico, passavam a pensar suas relações a partir dos valores então circulantes nesses produtos de consumo. Tal característica está presente ao longo de toda a história das relações entre os sujeitos de uma sociedade e influencia cada um de seus aspectos, pois, como observa Bakhtin/Volochínov:

As relações de produção e a estrutura sociopolítica que delas diretamente deriva determinam todos os contratos verbais possíveis entre indivíduos, todas as formas e os meios de comunicação verbal: no trabalho, na vida política, na criação ideológica. Por sua vez, das condições, formas e tipos da comunicação verbal derivam tanto as formas como os temas dos atos de fala (1929/2009, p. 43).

Acrescento, portanto, que as relações de produção e a estrutura sociopolítica determinam também as relações afetivo-sexuais e as formas de se pensar o amor, que são mais duas das características principais dos modelos de sociedade, pois determinam as formas de pensar a cidade, o consumo e a organização social como um todo. Dessa maneira, as alterações na economia vão alterando as formas de relacionamentos, que são também produzidas por meio dos valores de amor ideal propagados pelos enunciados presentes na relação entre objetos de consumo e o público, que contribuirá para que as pessoas naquele contexto continuem consumindo esses objetos a fim de realizar aquele ideal. Dentre outras palavras, é por meio de determinados signos propiciados por aquele contexto social e econômico que vão se definindo as formas de se dizer e materializar o amor.

Uma das evidências de que a constituição das relações afetivo-sexuais concretizadas a partir do ideal de amor da época não era de nenhuma forma indiferente ao contexto social e econômico é que, a despeito de brancos e negros transitarem pelos mesmos espaços públicos,

nas décadas seguintes permaneciam sendo “tardias as uniões formais ou consensuais, entre quem se identificava como ‘preto’” e “o casamento civil continuava sendo, apesar das mudanças chegadas com a República, ‘coisa de branco’” (PRIORE, p. 237, 2005/2015). As pessoas permaneciam se casando dentro do mesmo grupo, e, “se a mestiçagem começava a aumentar – como atesta o crescente contingente de pessoas que se definem como pardas –, isso se devia às uniões entre homens negros e mulheres brancas. Essas levando vantagem sobre as concorrentes pardas e negras” (*idem*).

Embora a reconfiguração dos espaços físicos propicie novas condições para as formas de organização social, apenas isso não é o bastante para fazer com que uma mudança profunda nas estruturais sociais ocorra, pois, as bases sociais se constroem não apenas de concreto e tijolos, mas por meio de enunciados que podem legitimar ou não os discursos hegemônicos até aquele momento. Dessa maneira, mesmo a mudança gradual no aumento de pessoas que se definem como pardas, ocorre dentro de um horizonte social constituído por racismo e machismo, uma vez que homens brancos continuam a não se relacionar oficialmente com mulheres negras e homens negros passam a se relacionar com mulheres brancas, destinando as mulheres negras ao celibato compulsório (PACHECO, 2008), que diz respeito à completa solidão da mulher negra como condição imposta às suas vidas.

Outra questão pouco aceita na época, que causou grande alvoroço dentre a sociedade civil, era a luta pelos direitos políticos e civis da mulher. O movimento sufragista tem início no final de 1890 e se estende até pouco depois de 1932, ano em que o Presidente Getúlio Vargas institui oficialmente o direito ao voto feminino. Uma de suas grandes predecessoras foi Leolinda Figueiredo Daltro, militante pelos direitos indígenas e grande denunciadora das desigualdades entre homens e mulheres. Ela foi a fundadora do primeiro partido feminino, o Partido Republicado Feminino, em 1910, organizadora da primeira marcha pelo direito ao voto feminino, em 1917, que contou com uma média de noventa mulheres, e incansável lutadora pelas causas em prol da conquista de direitos femininos. Leolinda foi também a primeira brasileira feminista a concorrer às eleições (KARAWAJCZYK, 2013). A seguir podemos ver o que parece ter sido um dos panfletos de campanha política na época em que Leoninda foi candidata:

Figura 2: Panfleto Leoninda



Fonte: Repositório Memória e Movimentos Sociais⁶²

Leolinda foi uma figura que causou imensa polêmica dentre os homens de sua época e foi ridicularizada e difamada pela imprensa diversas vezes. As instituições oficiais e a maioria dos homens naquele momento se posicionavam completamente contra o movimento de sufrágio, o que se convertia em muita hostilidade contra Leolinda e as outras mulheres que se engajavam na causa, mas, no entanto, não foi o bastante para fazer com que elas desistissem. O sufrágio ocorreu e o Brasil foi um dos primeiros países a regulamentar o voto feminino, tendo sido o primeiro na América Latina (KARAWEJCZYK, 2013).

Parte dos recursos utilizados pela mídia para criticar e ridicularizar Leolinda estavam relacionados a questionar seu papel enquanto mulher casada, mãe de cinco filhos, que ousava engajar grande parte de seu tempo em atividades políticas (*idem*). Essas ridicularizações pareciam ter por objetivo deslegitimar os atos políticos de Leolinda e desencorajar as mulheres a tomarem atitudes similares. Dentre outras palavras, desde essa época a mídia colocava em prática um extenso trabalho de campanha antifeminista que se dava desde as maneiras mais sutis até as mais diretas, fenômeno esse que ocorre ainda nos dias de hoje e é denominado por Susan Faludi (1991/2001) de *backlash*.

⁶²Disponível

<http://www.memoriaemovimentossociais.com.br/index.php?option=com_frontpage&Itemid=1>. Acesso em 20 dez 2015.

em:

Todavia, nem só de difamação o *backlash* se faz. É necessário nesse movimento midiático que, ao mesmo tempo em que se nega determinados tipos de comportamento, se positivem outros considerados adequados. E nesse período, as modinhas amorosas permaneceram em músicas que enunciavam as paixões e retratavam o moralismo sempre presente associado ao ideal de pureza feminina em que toda boa moça deveria se espelhar, baseado, por exemplo na virgindade, docilidade e subserviência (PRIORE, 2005/2015, p. 238-240).

Durante esse contexto de intensas reivindicações:

(...) o Código Civil de 1916 mantinha o compromisso com o Direito Canônico e com a indissolubilidade do vínculo matrimonial. Nele, a mulher era considerada altamente incapaz para exercer certos atos e se mantinha em posição de dependência e inferioridade perante o marido. (...) Comparado com a legislação anterior, de 1890, o Código traz mesmo uma artimanha. Ao estender aos “cônjuges” a responsabilidade da família, nem trabalhar a mulher podia sem permissão do marido. Autorizava-se o mesmo uso da legítima violência masculina contra excessos femininos. A ela cabia a identidade doméstica; a ele, a pública (PRIORE, 2005/2015, p. 246).

O contrato previsto no Código em questão é indissolúvel porque não se trata de um contrato entre o homem e sua esposa, mas sim entre homens. O contrato é um acordo realizado entre os únicos cidadãos verdadeiramente legítimos naquele período, os homens, com o Estado, completamente constituído por outros homens. A indissolubilidade desse contrato significa, portanto, a garantia da dominação masculina (PATEMAN, 1993). Dominação essa que se institui, por meio da alteridade, na anulação enunciativa das mulheres enquanto sujeitos autônomos. Ao retirar completamente as mulheres das relações de tomada de decisão e constitui-las como seres existentes apenas em relação aos sujeitos masculinos, produz-se uma relação de alteridade desumanizadora e objetificante, a qual justifica o silenciamento das mulheres em todas as suas formas, inclusive o uso de força física.

Nesse sentido, a luta das mulheres pelo voto e pelo direito de trabalhar sem precisar da autorização do marido diz respeito não apenas a uma luta por ser incluída nos discursos oficiais, mas por sua existência enquanto sujeitos-responsáveis e responsivos (BAKHTIN, 1920-24/2010). Sujeitos esses que são diversos, capazes de fazer escolhas ético-morais e serem responsáveis por seus atos singulares, com maior autonomia para decidir por seus atos, sem os interditos dos maridos legitimados pelo Estado, que se esforçam para tornar as mulheres em uma massa uniforme e assujeitada.

A esse respeito considero que seja relevante fazer uma pequena digressão para dizer que existe aí certa diferença de realidades entre as mulheres brancas e negras, tendo em vista

que a mulher negra já trabalhava fora, na casa das pessoas brancas, desde a abolição e, não raramente, eram solteiras e as únicas responsáveis por manter a renda da casa (PACHECO, 2008). As mulheres negras, assim como as mulheres brancas, não tinham direito ao voto e sua possibilidade de participação na esfera política oficial inexistia, nesse sentido, a conquista do direito ao voto as beneficiava também. Portanto, não se trata de deslegitimar o movimento sufragista ou ignorar o que se passava com as mulheres brancas, mas de não cometer erro similar ao erro da dominação masculina que se pauta no homem branco como sujeito universal e passar a considerar a mulher branca como sujeito universal do feminismo, reafirmando a supremacia branca. Era preciso considerar também as especificidades das mulheres negras a fim de combater a armadilha dos universalismos, que necessariamente desumanizam àquelas não incluídas por eles. Ao movimento parece ter faltado estabelecer uma relação de alteridade que compreendesse as mulheres negras como sujeitos plenos, capazes de dialogar e enunciar sobre suas próprias demandas. Considero aqui, portanto, que embora tenha sido de imensa importância para as conquistas das mulheres, o movimento sufragista teve seus limites ao não ser capaz de dialogar com as necessidades de outras mulheres, que necessitavam de outras medidas para se tornarem também sujeitos de direito.

Dando continuidade às informações trazidas por Priore em sua obra, segundo a autora, naquele período a repressão sexual era tamanha dentre as mulheres que a sexualidade era um tema censurado de suas respectivas formações, e sexo era uma palavra praticamente inexistente em seus repertórios. Ensinadas desde pequenas a sonharem com um conto de fadas, a maioria delas vivia cenas de terror na noite de núpcias, momento em que tinham suas fantasias confrontadas pelo agir agressivo do marido (2005/2015, p. 255-256). Essa questão da censura do tema e até mesmo da palavra sexo na formação das moças é um fato tremendamente relevante, pois, haja vista que a interação entre sujeitos históricos se materializa na enunciação (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 1929/2009) por meio de manifestações linguísticas que se constituem a partir das relações entre a situação concreta de usos linguísticos e os elementos extralinguísticos, e que todo ato de enunciação é um ato ideológico, dizer é fazer. E nesse caso, a proibição dos assuntos relativos à sexualidade dentre as moças fez com que, ao não ser enunciada, a sexualidade passasse a ser inexistente em suas realidades. O que não ocorria dentre os rapazes, reservando, assim, exclusivamente a eles essa realidade, de modo com que as moças apenas fossem apresentadas ao sexo por meio do marido, estabelecendo desde o início daquele vínculo uma relação de dominação do homem para com a mulher que se encarna nos enunciados e em seus respectivos corpos.

Alguns anos mais adiante, depois da Primeira Guerra Mundial, “o Ocidente conhece uma crise sem precedentes” e começa a ser “preciso reinventar o mundo” (PRIORE, 2005/2015, p. 258). Nesse período, o símbolo feminino de maior destaque era a *garçonne*, nova tendência de moda e comportamento em que as moças usavam no dia a dia saias curtas, meias de seda, chapéus e saltos baixos, e na praia ou na piscina maiôs mais colados ao corpo. Além disso, passavam a frequentar clubes, cafés e festas domiciliares. Todavia, apesar da aparente grande mudança, sexo antes do casamento ainda era um assunto polêmico. Os rapazes separavam as moças entre “fáceis”, as que praticavam algum grau maior de intimidade corporal, e “difíceis”, as que não permitiam que o rapaz “avançasse o sinal”. As segundas, diferentemente das primeiras, eram consideradas as moças “para casar”. Resumindo, quando o assunto era mulheres, sexo, só depois do casamento. E, se houvesse sexo antes do casamento, então elas não serviam para se casar.

Uma das primeiras pessoas a se pronunciar publicamente de forma contrária a essa ideia foi Ercília Nogueira Cobra, uma sufragista brasileira. Em seu ensaio intitulado *Virgindade anti-higinênica* (1924), escrito no mesmo período em que “o Código Civil previa a nulidade do casamento quando constatada pelo marido a não virgindade da noiva”, Ercília advogava que a prática sexual antes ou depois do casamento deveria ser uma escolha da mulher (PRIORE, 2005/2015, p. 260).

Nesse mesmo período, os ditos crimes passionais (ou “crimes de amor”) começam a ganhar destaque. Dentre eles, o mais debatido era o crime de homicídio cometido pós adultério, no qual após descobrir (ou desconfiar) ter sido traído por sua esposa, o homem a assassinava. Com frequência, tal crime era justificado pelo argumento de que havia sido motivado por um momento de loucura proveniente da frustração de um homem apaixonado e emocionalmente ferido. Enquanto o adultério masculino era normalmente motivo de acomodação, a “honra manchada” de um homem traído era lavada com sangue (da mulher). Além disso:

Entre nós, de acordo com o Código Penal de 1890, só a mulher era penalizada e punida por adultério, com prisão celular de um a três anos. O homem só era considerado adúltero no caso de possuir concubina teúda e manteúda, e isso era considerado um assunto privado” (PIORE, 2005/2015, p. 265).

Após uma breve pesquisa sobre o significado de “teúda e manteúda”, pude constatar que essa era uma expressão utilizada no português arcaico para “tida e mantida”, e utilizada ainda hoje em termos jurídicos, para se referir a pessoas que são sustentadas financeiramente

por um indivíduo, tendo estabelecido com ele uma relação amorosa extraconjugal⁶³. E mesmo nessas condições, pelo o que nos relata Priore, raramente o homem precisava responder judicialmente pelo adultério.

Embora as leis fossem projetadas e mobilizadas a todo momento para beneficiar e proteger os homens, mantendo a mulher sempre numa relação imutável de dependência e subserviência ao homem, no mesmo período, formavam-se uma nova classe social na base da pirâmide durante a crise do café, a crise das Bolsas de 29 e a criação de pequenas indústrias, e essa classe parecia ter suas próprias formas de organização, pois:

Nela, os ‘casamentos’, ou melhor dizendo, as uniões, eram precoces, as uniões, consensuais e concubinatos eram regra embora sujeitos à instabilidade e a circulação de crianças “bastardas”, na casa de parentes e familiares, bastante comum. Longe de ser fruto de “ignorância” ou “irresponsabilidade”, como acusavam médicos higienistas e juristas, essa classe trabalhadora possuía uma cultura diversa daquela das elites. Uma cultura popular que se chocava, muitas vezes, com a das camadas dominantes. Era difícil, se não impossível, adaptar-se à camisa de força dos valores burgueses quando se tinha de sobreviver a condições tão árduas (PRIORE, 2005/2015, p. 266).

Nesse sentido, embora a *ideologia oficial* materializada pela Constituição proteja o homem de pagar pelo feminicídio⁶⁴ de suas esposas, e criminalize o adultério apenas quando cometido pela mulher, a fim de garantir a manutenção de um projeto de dizer uma sociedade patriarcal, ela é transgredida pelos arranjos do cotidiano nas formas de organização social da nova classe operária. As mulheres operárias, que muitas vezes não se casavam oficialmente, ou tinham mais de um relacionamento não oficializado pelo Estado ao longo da vida, eram também responsáveis pela obtenção da renda da casa, o que descentralizava da figura do homem a concentração de poder nessas relações. Dessa maneira, transpondo a oficialidade e quebrando com os modelos oficiais, a indissolubilidade do casamento se abalava. As condições materiais daquela realidade de vida produzem *ideologias do cotidiano* constituídas por outros valores, de forma que as ideologias consagradas pelos discursos oficiais não tinham como se aplicar àquelas realidades. A resistência dentre as mulheres da classe operária se dá, nesse sentido, como estratégia de sobrevivência, como uma questão de vida.

No que diz respeito à mídia, depois da Primeira Guerra Mundial, e o declínio da

⁶³ Significado de Teúda e Manteúda. Disponível em: <<http://www.significados.com.br/teuda-e-manteuda>>. Acesso em 20 dez 2015.

⁶⁴ Optei por “feminicídio” ao invés de “homicídio” pelo crime em questão se referir especificamente ao assassinato de mulheres. Segundo o dicionário online Dicio, feminicídio é “s.f. Assassinato proposital de mulheres somente por serem mulheres.P.ext. Crime de ódio contra indivíduos do sexo feminino, definido também por agressões verbais, físicas e psicológicas.”. Verbetes Feminicídio. Disponível em: <<http://www.dicio.com.br/feminicidio>> . Acesso em 26 dez 2015.

indústria cinematográfica europeia, Hollywood passa a dominar o mercado. Nos filmes o eixo central era o romance entre os casais. A maioria deles parecia seguir mais ou menos uma mesma estrutura de base, em que um triângulo amoroso se desenvolvia de modo com que dois personagens lutavam pelo amor de um terceiro. No decorrer da narrativa possíveis confusões eram esclarecidas, “os maus eram punidos e os bons pares, felizes para sempre” (PRIORE, 2005/2015 p. 277). É interessante perceber que, como exposto no capítulo I, pouca coisa mudou desde então, e que mesmo que esse não seja mais o único tipo de narrativa hollywoodiana, ainda coexiste de maneira expressiva com os outros modelos de estória. A coexistência desses valores pode ser explicada pela compreensão de um fenômeno o qual Bakhtin (1975/1998) define como característica intrínseca da língua, que consiste na existência de duas forças opostas e aparentemente contraditórias a todo evento de linguagem. Sendo uma delas a *força centrípeta*, que normatiza, estabiliza, homogeneiza e regula, e a outra a *força centrífuga*, que desestabiliza, estratifica, heterogeneiza e dinamiza. Estas duas forças funcionam também enquanto discursos que agem sobre a língua e têm seu embate materializado nos enunciados e em todos os eventos de linguagem. Acredito, portanto, que os valores movedores de ambas as forças estejam presentes em todos os eventos sociais, que são também essencialmente eventos de linguagem.

No final dos anos 30 e 40 a urbanização e a industrialização traziam mudanças de forma desigual em todo o país. Essas mudanças somadas ao êxodo campo-cidade alteraram as redes tradicionais de sociabilidade, mudando a configuração das relações afetivas (PRIORE, 2005/2015). Segundo o sociólogo Antonio Candido:

Impondo-se a participação da mulher no trabalho da fábrica, da loja, do escritório, a urbanização rompe o isolamento tradicional da família brasileira, rica ou pobre, e altera de maneira decisiva o *status* da mulher, trazendo-o cada vez mais para perto dos homens. As consequências imediatas podem ver-se nos novos tipos de recreação e de namoro que atualmente implicam contato muito mais frequente e direto entre rapazes e moças, tanto entre gente comum quanto na burguesia. O hábito de ir a danças, ao cinema, e o costume universal do *footing* estão destruindo (pela substituição por processos mais íntimos) a organização tradicional do namoro com bilhetes, palavras bonitas, serenatas, *chaperons*. E acima de tudo está modificando a iniciativa para o casamento, transferindo-a dos pais para as próprias partes interessadas, uma vez que com a dissolução do sistema de parentesco, está se tornando cada vez mais uma questão individual e não de grupo (citado por PIRE, 2005/2015, p. 282).

Além disso, depois da Segunda Guerra Mundial, com a ascensão da classe média o país vivia um momento de ampliação das possibilidades de acesso à informação, ao lazer e ao consumo. Espaços como piscinas, cinemas, clubes e excursões em viagem se popularizaram.

Os pais passaram a não mais controlarem de forma tão próxima e rígida a vida social dos filhos e os filmes estadunidenses tornavam os beijos cada vez mais centrais em suas narrativas. As revistas femininas atuam modelando o que se dizia sobre as práticas amorosas e ensinam como ser uma boa esposa, boa dona de casa, como perdoar as traições do marido e como se portar em eventos públicos (PRIORE, 2005/2015, p. 283).

A descentralização do controle dos pais sobre os jovens vai se consolidando ao mesmo tempo em que mídia vai se constituindo como uma das fontes mais significantes de socialização das mulheres e homens. Apesar da suposta dispersão consequente da democratização dos espaços públicos, a mídia atua direcionando e enunciando os valores morais a serem seguidos pela juventude por meio dos romances hollywoodianos, as revistas femininas e as músicas.

No que diz respeito à indissolubilidade do casamento, em 1942 foi introduzido no Código Civil o artigo 315, que estabeleceu a separação sem dissolução de vínculos conjugais e sem a possibilidade de novos casamentos, isto é, o desquite. Além disso, a conduta das mulheres desquitadas era observada pelo juiz e qualquer passo em falso poderia ser motivo para que elas perdessem a guarda dos filhos. Entretanto, apesar das dificuldades e das posições oficiais reiteradas pela mídia e pela igreja contra o divórcio, “a proporção de separações cresceu nos censos demográficos entre as décadas de 1940 e 1960” (PRIORE, 2005/2015, p. 295-296).

Entre as décadas de 60 e 70, com a popularização da pílula anticoncepcional, o baixo índice de sífilis e ainda há tempos antes das epidemias de aids, surge o fenômeno denominado por “revolução sexual” (PIORE, 2005/2015, p. 300). Nesse período os divórcios continuam crescendo. Outros casais:

(...) optavam por ter “casos”. E, desse ponto de vista, o adultério feminino era uma saída possível, para quem não ousasse romper a aliança. Muitos “casos”, sobretudo nas elites, sustentavam casamentos burgueses e sólidos. Maridos e mulheres, com vidas paralelas, encontravam nas *garçonnières*, apartamentos secretos para encontros amorosos, o espaço para relações afetivo-sexuais que já não existiam no matrimônio. “Tinha-se um caso” com o melhor amigo do marido ou com a melhor amiga da mulher. O importante era não dividir os patrimônios: o material (PRIORE, 2005/2015, p. 302).

Apesar da aparente mudança, muito pouco se questionava a respeito dos papéis tradicionais relacionados aos homens e às mulheres e os valores e tradições continuam a se repetir na mídia. “Além da música e do cinema, também a televisão que invadira 4, 61% dos domicílios brasileiros em 1960 continuava martelando o ideal do amor romântico” (PRIORE, 2005/2015, p. 307). As revistas femininas continuavam a perpetuar o ideal de mulher maternal

e dona de casa, e o casal continua a ser o tema central de todas as preocupações, tendo nele o homem como eixo principal e o “juiz por meio do qual as mulheres são avaliadas”. Ele é o objetivo, a razão de ser da mulher, como comprovam as páginas de revistas:

Como pontua Priore (2005/2015, p. 308), “O casal continua a ser o ponto de referência, nele o homem – como antes – é o juiz por meio do qual as mulheres são avaliadas. Ele é o objetivo, a razão de ser da mulher, como comprovam as páginas de revistas”:

Pronunciada pelo homem que ama, a frase eu te amo significa para uma mulher que:

- 1) *Ela existe como mulher*
- 2) *Ela é uma mulher e ele aceita sua feminilidade*
- 3) *Ela é atraente, sexual e intelectualmente*
- 4) *Ele gosta de como ela é*

O *gênero do discurso* enquete é muito comum em revistas femininas e é especialmente interessante de ser pensado como estratégia discursiva. As enquetes têm como parte de suas características a elaboração de uma pergunta que deve ser respondida por um número limitado de opções paradigmáticas disponíveis (os itens). Nesse sentido, evocam-se alguns enunciados como o conjunto de opções, nos quais um dentre eles será a resposta “verdadeira” ou “correta”. Quando esse *gênero*⁶⁵ é utilizado para enunciar a respeito de características comportamentais (tal qual no exemplo supracitado), o que se faz é elencar, por meio da linguagem, alguns valores ético-morais constituídos como possibilidades e eleger um deles como o valor correto.

Nesse sentido, de acordo com a enquete em questão, é possível perceber que, segundo o posicionamento da revista, o fato de um homem dizer que ama uma mulher, define suas características enquanto mulher, e inclusive, como ilustra o item 1, pode definir a legitimidade de sua existência enquanto mulher. Para ter suas características validadas e, ter sua condição de mulher realizada, o amor de um homem é constituído como discurso fundador da identidade feminina.

Nos anos 70, com o ressurgimento do movimento feminista, a mídia que havia começado a falar sobre a “mulher liberada”, que ocupava mais lugares em comum com os homens e passava a ter uma vida sexual mais ativa, passa a fazer questão de desvincular essa mulher da ideia de feminismo. A mulher liberada era sinônimo de mulher feminina e moderna, e a feminista era figurativizada como uma mulher masculinizada que odiava homens, figura da qual toda boa mulher deveria se distanciar (PIORE, 2005/2015).

⁶⁵ Utilizo nesse momento “gênero” como recurso de retomada do termo “gênero do discurso”.

Mesmo durante a segunda onda do feminismo e da suposta revolução sexual proporcionada pelo movimento *hippie* e difundida pela indústria *pop*, a mídia permanece reiterando valores que pareciam superados, típicos da moral dos anos 30. Por outro lado, o que parece ter mudado de maneira mais significativa é o modo como se olha para os homens e sua suposta impossibilidade de estabelecer compromissos e “comprometer” sua liberdade. Ou seja, mesmo estando em um relacionamento sério, era tido como compreensível que o homem sentisse a necessidade e estabelecesse vários relacionamentos concomitantes (PRIORE, 2005/2015).

A mulher passa então ser constituída pelos discursos midiáticos como um objeto sexual que gosta do seu papel. E tal como nas novelas da televisão, ela acaba só. Pois, ao mesmo tempo em que se espera dela uma postura sexual “liberalizada”, na hora de assumir compromisso, as mulheres que tiveram diversos parceiros continuam sendo entendidas como mulheres menos apropriadas para se manter um “relacionamento sério”. O comportamento sexual masculino é justificado como fruto do comportamento sexual feminino. Como exemplifica Piore (2005/2015, p. 311), enunciados como o que se ilustra a seguir passam a ser reiterados pelas revistas femininas: “Parece, na verdade, que o novo comportamento de algumas mulheres – mais livres e sempre prontas para responder aos convites mais ousados – influi bastante para estimular a já natural tendência masculina ao não comprometimento”.

Considero que essas reiteraões constituam um fenômeno ideológico de manutenção e reatualização do discurso da dominação masculina, que funcionam incorporando à suas estratégias novos elementos que possam vir a surgir pelas mudanças de configuração social (tal como a suposta liberalização sexual das mulheres). Visto que, como ressalta Bakhtin/Volochínov (1929/2009), os fenômenos ideológicos sempre possuem uma encarnação material (seja no som, na massa física, nos movimentos corpóreos, na cor, etc.) que se constituem como realidade sógnica, pois “a realidade dos fenômenos ideológicos é a realidade objetiva dos signos” (p. 36), a manutenção dos discursos de dominação constitui-se também no controle da sexualidade feminina e no controle dos corpos femininos que incarnam os discursos da dominação masculina e da subjugação feminina.

Deslocando-me das mídias oficiais para uma breve ilustração do que era produzido nos textos dos movimentos feministas brasileiros desse mesmo período, vejamos como as temáticas relativas aos relacionamentos afetivo-sexuais eram abordadas.

Durante a coleta de dados, um dos periódicos que mais me chamou a atenção,

justamente pelo seu nome, foi o boletim *Sexo finalmente explícito*⁶⁶. Lançado em maio de 1983, esse boletim teve uma tiragem de 5 mil exemplares, e nasceu em um encontro sobre sexualidade, contracepção e aborto, realizado no Rio de Janeiro e estruturado por diversos grupos organizados que pautavam as questões das mulheres (BARSTED, 1992). Apesar de seu nome, o boletim tratava em todas as duas edições sobre direitos reprodutivos, abordando principalmente as temáticas do aborto, planejamento familiar e os métodos contraceptivos.

Considero, portanto, que o que falta ser “finalmente explícito” sobre o sexo, segundo o boletim, é as possibilidades de autonomia de decisão mulher com relação a suas escolhas relativas à sua capacidade reprodutiva. No que diz respeito à estrutura familiar, o único tema a ser diretamente abordado é o planejamento familiar (ou seja, o planejamento e controle acerca da quantidade de filhos), diretamente relacionado aos direitos reprodutivos.

Outro periódico, chamado *Maria Maria*, é o jornal do Grupo Brasil Mulher de Salvador. No jornal em questão temos a discussão a respeito do mês de maio, então considerado mês das noivas e das mulheres. No jornal se faz uma crítica ao caráter excludente dessa data que não representa às mulheres vítimas de violência doméstica, negras, prostituídas ou que se enquadrem em qualquer condição que as coloque a margem do ideal de mulher propagado pela mídia nesse período.

Em uma matéria intitulada “*Mas como a cor não pega, mulata eu quero seu amor*”, denuncia-se o racismo e a objetificação da mulher negra, que é exotizada pela mídia por meio da exploração de sua sexualidade, representada pela figura da “mulata”. O texto ainda critica o “planejamento familiar” organizado pelo Estado como mais uma forma de controle do corpo das mulheres negras. Fala ainda sobre os ditos “crimes passionais” e critica o Estado por aceitar a alegação de “legítima defesa da honra” como argumento em defesa dos homens que assassinaram suas companheiras. Em um texto intitulado “*Mulher e Corpo: Paraíso Perdido*” o foco é discutir o quanto a sexualidade e os desejos sexuais femininos são temas negligenciados. Segundo o texto, esse tema é negligenciado de maneira proposital, porque uma vez que se fale sobre a sexualidade da mulher, é necessário discutir a autonomia de seu corpo, o que nega os discursos hegemônicos.

Por fim, o periódico *Chanacomchana*, publicado pelo Grupo Ação Lésbica Feminista (GALF) é o único dentre eles que trata sobre lesbianidade e lesbofobia. O tema do aborto também aparece nas discussões. Nenhum dos periódicos coletados tratam diretamente das

⁶⁶ O Sexo Finalmente Explícito. Ano III, nº. 7. Rio de Janeiro. Abril/Maio/Junho, 1985.

questões dos modelos de relacionamento afetivo-sexuais ou da revolução sexual.

Dessa forma, enquanto os discursos da liberalização da sexualidade feminina pautavam a ampliação das práticas sexuais, mesmo um boletim feminista que se propunha a falar sobre sexo (*Sexo finalmente explícito*) colocava como tema central de seus enunciados as questões relativas aos direitos reprodutivos, de maneira que o tema da revolução sexual sequer era abordado superficialmente por ele. Na constituição dos discursos de todos esses boletins, a dita revolução sexual inexistia nos enunciados que constituíam as pautas dos movimentos de mulheres.

Enquanto a mídia *mainstream* propagava o discurso da revolução sexual, em constante contradição com as condições materiais das mulheres que continuavam a serem subjugadas por sua sexualidade, raça e classe, alguns movimentos feministas se organizavam a fim de articular mecanismos de produção de materiais que trouxessem luz às lutas pelo direito de decisão das mulheres por seus próprios aparelhos reprodutivos e pelo direito de viver.

Dessa maneira, enquanto o discurso oficial produzia dizeres a respeito de uma sociedade supostamente baseada nos princípios de liberdade, ao mesmo tempo em que reiterava valores conservadores sobre os papéis femininos, os movimentos feministas vão se constituindo como *contrapalavra*. Embora os textos não façam alusão em nenhum momento aos ideais de liberdade disseminados pelo discurso oficial, se contrapõe a eles ao pautar problemas concretos que precisam ser resolvidos para que a mulher passe ter autonomia de controle sobre o próprio corpo (aspecto negligenciado pelos discursos oficiais).

Além do discurso midiático, o discurso do Estado também aparece nos textos como parte do discurso oficial. Quando se trata especialmente desse segundo, as *contrapalavras* vão se articulando opondo-se aos discursos estabilizados pelo Estado, mas constituindo-se também como *contrapalavras* que se constituem a fim de se tornarem *palavras*. Isto é, existe nos discursos cotidianos que compõem essas *contrapalavras* uma demanda por serem incluídas no discurso oficial.

Desse modo, ao organizar suas pautas em torno da garantia de direitos coletivos, a primeira e segunda onda do feminismo brasileiro, vão se constituindo por meio do jogo entre os discursos cotidianos e oficiais, de forma que, mesmo que não sejam abordados explicitamente os discursos da Igreja, como já exposto no capítulo anterior, existe uma relação imbricada entre Estado e Igreja no que tange a essas temáticas, de maneira que questionar os discursos do Estado é questionar também os discursos da Igreja. Nesse sentido, os ecos dos discursos dessas instituições de controle social apresentadas no primeiro capítulo,

habitam os discursos dos movimentos feministas desses períodos, que se constituem no embate entre a restrição e a garantia de direitos das mulheres.

Observarei, no capítulo seguinte, se esses ecos de oficialidade continuam habitando os discursos dos movimentos da terceira onda em diante, assim como de que maneira passam a ser tematizados os assuntos relacionados aos relacionamentos afetivo-sexuais.

4. Embates discursivos: oficialidade e não oficialidade nos enunciados do movimento feminista brasileiro

A partir desse momento tentaremos compreender como os discursos a respeito dos modelos de relacionamento afetivo-sexuais se constituem no movimento feminista brasileiro nas primeiras décadas do século XXI. Para tanto, optamos por selecionar alguns textos disponibilizados em blogs com posicionamento abertamente feminista que se propõem a discutir diretamente a questão da não monogamia (e consequentemente da monogamia).

Os textos selecionados são: *Poliamor é para pessoas ricas e bonitas. Vamos falar de desigualdade de classes* postado no blog Blogueiras Feministas, *A imposição do seu amor livre para mim não é novidade* postado no blog Blogueiras Negras, e *Por que o poliamor e as relações livres podem ser privilégios para os homens?* postado no blog da Revista Capitolina. É relevante dizer que o fato do texto mais antigo encontrado nessas condições datar do ano de 2013, demonstra o quão recente tem sido a efervescência da discussão dessa temática.

4.1 O amor como arena de luta

A verdade te libertará. Mas primeiro ela vai te enfiar.

[Gloria Steinem]

O primeiro texto, *Poliamor é para pessoas ricas e bonitas* foi postado no blog Blogueiras Feministas em 19 de fevereiro de 2014. Segundo a descrição contida na aba “Quem Somos”, trata-se de um blog feminista coletivo, tendo conteúdo postado escrito por mais de 70 pessoas diferentes.

O texto em questão é a tradução de um texto publicado originalmente com o título *Poliamory is for Rich, Pretty People* na plataforma *Medium.com* pela usuária @viviennexchen onze dias antes de sua tradução. Antes do texto traduzido temos o seguinte comentário:

Nota: esse texto provocou uma boa discussão em nosso grupo de emails, por isso decidimos publicar a tradução. A maioria não concorda 100% com o texto, mas acredita que a interseccionalidade deva ser uma preocupação. Falar de poliamor pode ser elitista, mas acreditar que praticar poliamor é coisa de elite é... elitista. As diferenças entre as dificuldades das lutas em cada classe devem ser observadas sempre, mas podem ser complementares e não sobrepostas. Na prática, quando falamos de poliamor e/ou relações livres, há uma diferença entre a militância, a elaboração da vivência e a vivência em si. (grifos dos autores)

Com relação ao fato do texto se tratar da tradução de outro texto, entendemos que o processo tradutório é sempre “(...) um processo criador e, por consequência, a tradução também é criação, pois nela interagem duas instâncias criadoras – o autor do original e seu tradutor” (BEZERRA, 2012, p. 10), pois:

(...) o ato de traduzir é uma compenetração na cultura do outro, mas uma compenetração dialógica na qual a “interpretação criadora não renuncia a si mesma”, mas mantém suas peculiaridades, sua individualidade como marca de sua própria cultura, que usa de seus infinitos modos de dizer para recriar o espírito do original, trazer, do modo mais próximo possível do original, as formas de ser do outro, dando-lhe o colorido específico de sua cultura nacional (*idem*, p. 8).

Compreendendo a tradução como um ato de criação, e tendo em vista que me preocupa particularmente a complexidade dos enunciados tais quais eles se apresentam na tradução, compondo uma arquitetônica distinta da do texto original, por ocorrer em contexto diverso do contexto em que aparece a versão em língua inglesa, não me preocuparei especialmente com a discussão da versão em inglês.

O texto se inicia já introduzindo o tema da desigualdade de classes:

Com a crescente aparição dos relacionamentos abertos e não-monogâmicos aos olhos públicos, como um tipo de movimento “radical” pela liberdade sexual, a comunidade do Poliamor precisa lidar com um elefante gigante em seu caminho: questões de desigualdade de classes.

Além disso, coloca em relação de pertencimento “relacionamentos abertos e não-monogâmicos” e “poliamor”, atribuindo a “poliamor” o *status* de comunidade, que seria composta por um “movimento ‘radical’ pela liberdade sexual”. Logo em seguida temos a reprodução da seguinte imagem:

Figura 3: Polyamory, married and dating



Fonte: página Blogueiras Feministas

Em contraponto à noção de foto como registro da realidade, comum no período em que ela passou a ser adotada pela imprensa nos noticiários (SOUSA, 2002), no texto em questão, a foto se constitui como materialização visual da figura enunciada pelo título do texto em “pessoas ricas e bonitas”. Desta forma, compreendendo a foto não como mera ilustração, mas como enunciado articulado por um projeto discursivo do qual participam, com a mesma força e importância, o verbal e o visual (BRAIT, 2009), o texto visual (a foto) constitui junto com o texto verbal presente no título, a proposição de uma ideia que será questionada no desenvolver do texto. Essa ideia aparece como *discurso citado indireto* ao qual o texto se propõe a articular uma contrapalavra, isto é, se valendo dos recursos verbo-visuais, primeiro a autora expõe a materialização de um dizer que circularia sem uma autoria definida, baseado na noção de que o poliamor é para pessoas ricas e bonitas, e depois vai ao longo do texto se opondo a essa ideia.

Enquanto enunciado a imagem revela uma prática argumentativa e valorativa que atua necessariamente alterando a compreensão do texto verbal, e é composta por elementos sógnicos tais como a disposição de seus elementos e cores, que estabelecem produções de sentido por meio de seus usos. Como podemos observar, na imagem em questão há um certo predomínio de tons das cores branco e azul claro. Como observa Luciano Guimarães:

(...) a claridade e a escuridão não são simplesmente a presença e ausência da luz; são duas cores fundamentais na sintaxe visual: o branco e preto. A primeira relação ente o branco e o preto é a delimitação de espaço. A mesma escolha paradigmática entre branco e preto, a partir da origem física dessas cores, comparece na oposição entre os signos positivo e negativo (2000, p. 57).

Além disso, os matizes azuis, dependendo da atenuação, tornam-se mais sólidos e opacos (atenuação descendente) ou mais fluídos e transparentes (atenuação ascendente) (GUIMARÃES, 2000). Na imagem em questão temos a ideia de expansão produzida pelo predomínio de tons claros, reforçada pela sintaxe dos matizes em que as cores ao fundo aparecem com a atenuação ascendente, e mais fluída, e as cores das pessoas com atenuação descendente, mais opacas. Essas características contribuem na construção do foco nas pessoas como primeiro plano, e o fundo como segundo plano. Desta maneira, as pessoas na foto aparecem como elementos concretos em meio a elementos expansivos e fluídicos ao fundo.

Na cultura ocidental são atribuídos valores de oposição ao branco e ao preto, sendo o primeiro positivo e o segundo negativo, um como sinônimo de começo e outro de fim, respectivamente. A maneira como os valores que se atribui à claridade se constitui em nossa cultura, pode ser exemplificada por expressões cotidianas, como dizer que alguém tem “ideias claras” como indicador de que a pessoa tem ideias bem articuladas, ou dizer que alguém é uma “pessoa iluminada” como indicador de que ela é uma pessoa boa (GUIMARÃES, 2000). Nesse sentido, as cores predominantes na foto remetem aos valores de pureza, tanto no sentido de ausência de sujeira quanto de evolução espiritual.

A composição da totalidade desses signos pode nos remeter a um ritual comum em nossa cultura no qual com frequência os casais se vestem de branco e celebram a consagração de sua união, o casamento. Mesmo o fato de ser uma praia ajuda nessa compreensão, pois embora não seja uma tradição, a realização de casamentos na praia tornou-se comum em nossa cultura. Casamentos esses geralmente realizados por pessoas praticantes de crenças religiosas distintas do cristianismo ou por pessoas com maior poder aquisitivo. O fato de todas as pessoas na foto serem caucasianas também é relevante, tanto no sentido de reforçar a dicotomia cultural entre branco e preto, estendida a caucasianos e negros, quanto no sentido dessa imagem ter sido escolhida para constituir um enunciado ao qual a autora se propõe opor ao longo do texto.

Outros elementos que chamam a atenção na imagem são a perspectiva, as formas e o enquadramento. Segundo Jacques Aumont (1990/1993), a perspectiva consiste na transformação geométrica de um espaço tridimensional em um espaço bidimensional (uma superfície plana, tal qual a foto) segundo certas regras, a fim de transmitir determinadas informações sobre o espaço projetado. A foto em questão foi produzida a partir da chamada *perspectiva artificialis*, que consiste na tentativa reprodução da perspectiva da visão do olho humano com o objetivo de aproximar a imagem do real. Essa é uma das perspectivas mais

comuns na fotografia, no cinema e nas artes plásticas e por esse motivo é naturalizada e passa mais despercebida, entretanto, considerar o olho humano como modelo de visão do real é um fato ideológico como qualquer outro mediado pela linguagem (visual ou não).

No que diz respeito à percepção das formas, segundo Aumont (1990/1993), a teoria gestaltiana, embora anacrônica em suas explicações a respeito dos fenômenos de percepção imagética, contribuiu de forma significativa com observações que continuam válidas e merecem ser explicadas de outra maneira. Dentre as regularidades observadas pela teoria, temos a *lei da proximidade* e a *lei de similaridade*. A *lei da proximidade* consiste no fato de que “elementos próximos são mais facilmente percebidos como pertencentes a uma forma comum do que elementos afastados” (p. 71). E a *lei da similaridade* diz respeito ao fato de “elementos da mesma forma ou de mesmo tamanho são facilmente vistos como pertencentes a uma mesma forma de conjunto” (*idem*).

Na foto temos dois homens altos, brancos e fortes, estabelecendo entre eles uma relação pela *lei da similaridade*, posicionados um ao lado do outro, estabelecendo entre eles também uma relação de conjunto pela *lei da proximidade*, localizados na parte de trás, sem evidenciar nenhum tipo de contato físico entre eles, tendo cada um deles um de seus braços envolvendo a mulher que está diretamente a sua frente, estabelecendo uma relação de conjunto pela *lei da proximidade*, possibilitando a compreensão de uma relação de pertença entre cada um deles para com cada uma delas. As mulheres estão próximas, uma de frente para a outra se beijando, produzindo uma maior proximidade entre elas e o efeito de conjunto de acordo com a *lei da proximidade*. Elas estão localizadas logo a frente dos homens, são magras, brancas, com a mesma média de estatura entre elas e consideravelmente mais baixas do que os homens, estabelecendo entre elas uma relação de conjunto pela *lei da similaridade*. Não aparece nenhum contato físico explícito entre elas e os dois homens além dos braços dos homens ao seu redor.

Esses elementos criam cinco conjuntos na foto. O primeiro deles é o conjunto dos homens, o segundo é o conjunto das mulheres, o terceiro e quarto são os conjuntos de cada um dos homens com a mulher imediatamente a sua frente, a quem eles abraçam, e o quinto é o conjunto de todas essas relações que formam a figura como um todo. A separação entre os homens e as mulheres em dois conjuntos produz sentidos de homogeneização das características e papéis desempenhados por homens e mulheres. Tais como, no caso dos homens, serem fortes, altos, heterossexuais e demonstrarem posse sobre as mulheres. E no caso das mulheres, serem magras, baixas e não apresentarem nenhum sinal explícito de posse

para com os homens. Os terceiro e quarto conjuntos, que consistem nos conjuntos formados por cada um dos homens com cada uma das mulheres a sua frente, são possíveis de serem identificados mediante não apenas a proximidade entre as pessoas da foto, mas ao fato do braço de cada um dos homens estar envolvendo cada uma das mulheres. Nesse sentido, a inferência de que existem dois casais compostos por um dos homens e uma das mulheres se dá também pela relação de posse estabelecida por um gesto realizado pelos homens. O quinto conjunto é o a junção de todos os quatro conjuntos e relações anteriormente citados, consistindo na materialização imagética da relação poliamorosa.

A legenda com os créditos da foto que não aparece traduzida diz “Site Showtime’s Polyamory – Married & Dating”. A tradução de “married and dating” em português seria algo como “casados e namorando”, o que reforça a ideia de uma relação de posse entre os homens e as mulheres da foto, dando a entender que não são todos casados entre si, mas apenas casados em pares e namorando outras pessoas.

Um dos aspectos que primeiramente mais me chamou a atenção na foto é o fato de que ela parece fazer parte de um tipo (um gênero) de fotografia muito similar ao que costumamos ver em grandes revistas ou peças publicitárias, tipo esse que parece construir um certo ideal a ser seguido ou um estilo de vida a ser consumido. Me questionando sobre alguns dos fatores que me levaram a ter essa sensação, cheguei a conclusão de que essa fotos costumam trabalhar com a constituição da figura de um sujeito hegemônico. Sujeito esse constituído quase sempre a partir das características dos grupos em situação de privilégio social, ou exaltando valores que sustentem as ideologias que garantem àqueles grupos seu *status*. Dito de outra maneira, o fato das pessoas selecionadas para compor esse tipo de produto pertencerem a algum dos grupos de mais prestígio social e econômico não é mera coincidência, mas é uma característica própria de manutenção dos valores hegemônicos.

Na foto podemos reconhecer pelo menos dois desses valores, ou dois desses discursos, por assim dizer. Reconhecemos um tipo de discurso por meio de valorações e sentidos que se constituem em signos relativamente estáveis e que organizam por meio da linguagem perspectivas ideológicas mais ou menos homogêneas (justamente pelo caráter polifônico da linguagem essas perspectivas nunca serão completamente homogêneas). Nesse sentido, temos na imagem a voz do discurso machista materializado pelos estereótipos masculino e feminino, pela relação de posse masculina e pela exposição da sexualidade feminina por meio do beijo entre as duas mulheres (o que não ocorre entre os homens) - tendo em vista que a sexualidade feminina é desde muito tempo entendida como produto de consumo masculino. Temos

também a voz do discurso racista, uma vez que assim como manda o script das fotos-comercial-de-margarina, todos os personagens da foto são brancos, em uma tonalidade quase uniforme. Dessa forma, colocar essa imagem como materialização de um enunciado ao qual se pretende questionar significa, dentre outras coisas, questionar a afirmação de que poliamor é só para pessoas que se enquadrem nos padrões de masculinidade e feminilidade, branquitude e, como afirma o título do texto, sejam “ricas e bonitas” de acordo com o padrão (representado pela foto).

Adiante, temos o trecho:

Geralmente, eu evito usar a expressão “privilégio”, porque, pessoalmente, sinto que a conversa em torno da “verificação de privilégios” geralmente implica que qualquer atividade, cuja participação seja contaminada pela distribuição desigual de liberdade, seja “inerentemente má” e que não deveria ser feita, com receio de que você “imponha seu privilégio” sobre os outros. (Exemplo: “Hackear a vida (Life-hacking) é um privilégio branco, portanto você não deveria tirar vantagens disso!”) Eu não acho que isso seja verdade, menos ainda para o Poliamor.

Mas, já escutei pessoas dizendo: **“Poliamor é para pessoas ricas e bonitas com tempo demais em suas mãos”**. Até certo ponto, eu concordo ⁶⁷(*grifos da autora*).

O uso das aspas nesse trecho é particularmente importante como estratégia discursiva de demarcação do que é afirmado pela autora e o que se atribui a outros. O movimento de articulação do *discurso citado* (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 1929/2009) vai se constituindo ao longo do texto de maneira com que primeiramente se destaca entre aspas aquilo do qual se pretende discordar, e posteriormente atribui-se aquilo diretamente a um outro: “já escutei pessoas dizendo”. Isso ocorre justamente no trecho em que a autoria diz entre aspas e de forma grifada que **“Poliamor é para pessoas ricas e bonitas com tempo demais em suas mãos”**, atribuindo o título do texto a algo que supostamente outras pessoas costumam a dizer. Dessa forma, o projeto de dizer do texto enquanto enunciado está relacionado, dentre outras coisas, a uma resposta, uma contrapalavra, ao que ela costuma ouvir sobre poliamor. No fim do parágrafo a autora coloca em uma relação de relativa conjunção sua opinião pessoal e as opiniões descritas até aquele momento, evidenciada pelo trecho “Até certo ponto, eu concordo”.

No trecho “Ademais, até certo ponto, o acesso à participação em uma comunidade sexual mais ampla” temos a definição de poliamor como a participação em uma comunidade sexual mais ampla. E mais adiante, em “Poliamor pode ser duramente alienadora para um

⁶⁷ Disponível em <<http://blogueirasfeministas.com/2014/02/poliamor-e-para-pessoas-ricas-e-bonitas/>>. Acesso em 20 jan 2015.

indivíduo da classe trabalhadora não-urbana, principalmente se esse indivíduo for também a única pessoa negra na sala. (Não vamos nem começar a tratar do heterossexismo em comunidades de *swing*)” temos comunidades de swing adicionadas a definição de poliamor.

Além disso, ao falar de “um indivíduo da classe trabalhadora não-urbana, principalmente se esse indivíduo for também a única pessoa negra da sala” a autora produz um sentido de afastamento enquanto sujeito da enunciação falando de um outro. Entretanto, no trecho a seguir, se inclui entre parênteses no grupo do qual fala:

Mas, apesar do que eu acredito ser uma crítica muito válida de partes da comunidade do Poliamor – sobretudo as partes que conseguem exposição midiática – como uma pessoa branca e normativa de gênero, eu não acho que isso significa que pessoas da classe trabalhadora não existam (existimos!), ou que o Poliamor seja “ruim” para a justiça social. **Só porque alguma coisa requer privilégio para obter sucesso não significa que ela seja uma atividade injusta** (grifos da autora).

Nesse enunciado a autora reafirma sua concordância com as críticas que costuma ouvir com “acredito ser uma crítica muito válida” que é precedido pelo adjunto adverbial de concessão “apesar”, que constitui a concordância das críticas referentes “as partes que conseguem exposição midiática – como uma pessoa branca e normativa de gênero”, das quais ela não se inclui textualmente, mas demarca sua discordância acerca da não existência de pessoas poliamor trabalhadoras, se incluindo nesse grupo “eu não acho que isso significa que pessoas da classe trabalhadora não existam (existimos!)”. A estratégia utilizada aqui de afastamento e aproximação faz parte da estratégia discursiva da autora para dar *status* de legitimidade ao que afirma.

Mais adiante temos o trecho:

Qualquer pessoa que participe do Poliamor DEVE reconhecer que sua habilidade de “ser poli” não é dada — **você é uma pessoa absurdamente sortuda por ser capaz de estar em uma posição social (fisicamente, socialmente, financeiramente) onde você pode amar livremente** (grifos do autor).

No início do trecho temos a proposição de uma crítica a possível arrogância de pessoas poliamor que não reconhecem sua situação de privilégio e as possíveis dificuldades de outras pessoas que não se encontram na mesma situação praticarem o poliamor, demarcada pelo verbo “dever” conjugado na segunda pessoa do singular do imperativo e grifado em caixa alta, seguido do que se prescreve como o que se deve fazer (e subentende-se como algo constantemente negligenciado). Entretanto, logo em seguida o trecho grifado em negrito que define “ser poli” como uma habilidade exercida mediante uma “capacidade” (física, social ou

financeira), atribui às pessoas poliamor certo *status* de superioridade, que permitiria a elas, diferentemente das outras pessoas, “amar livremente”. Nesse sentido, quem não for sortudo o bastante para exercer essa habilidade, não ama livremente.

No entanto, a autora finaliza seu texto definindo a questão central por meio de “Acima de tudo, na verdade, eu acredito (...)” que poderiam ser “extremamente úteis para as pessoas trabalhadoras e negras”:

Acima de tudo, na verdade, eu acredito que alguns aspectos do Poliamor podem ser extremamente úteis para que pessoas trabalhadoras e negras resistam às estruturas monogâmicas, capitalistas e exploratórias (#FrederickEngels). Um exemplo rápido, sem acesso ao controle de natalidade, o custo de se ter uma criança sendo um pai ou mãe solteira pode ser menor se este indivíduo possuir uma rede de parceiros, apoiadores e amantes que possam ajudar nos cuidados com a criança.

É interessante perceber como aparece o discurso citado nesse trecho, entre parênteses e em forma de *hashtag* “(#FrederickEngels)”, sendo a *hashtag* um recurso advindo do twitter para selecionar os principais temas comentados pelos usuários ao longo do dia em um *ranking*, e exercendo o parênteses uma certa função de comentário. Com essa demarcação o texto faz alusão ao livro *A origem da família, da propriedade privada e do estado* de Friedrich Engels. Todavia, exatamente nessa obra Engels define a monogamia como a manutenção da propriedade privada nas mãos de um mesmo grupo social, que se dá necessariamente a partir da subordinação da mulher para o controle da natalidade. Entretanto, compreendendo que a posse de bens e o poder para regular essas relações pertence unicamente aos burgueses, o autor considera que o proletariado só pode ser monogâmico no sentido etimológico da palavra, não em seu vasto sentido histórico, pois sua realidade em nada coincide com a realidade burguesa (1930/2010, p. 94-95). Dentre outras palavras, como consequência da argumentação de Engels, o proletariado não precisa “resistir” a monogamia como o texto sugere, porque qualquer tipo de relação existente na classe proletária será inerentemente não monogâmica. Dessa forma, enquanto Engels afirma que a monogamia não tem como ser uma característica do proletariado, o texto sugere que pessoas “negras e trabalhadoras” resistam a ela. É interessante perceber como no processo de apropriação da palavra outra como *palavra própria* no texto, mesmo evocando a *palavra outra* mediante citação (#FrederickEngels), constitui-se um deslocamento de sentido daquilo que se enuncia. Esse movimento ocorre, pois, existem acentos ideológicos comuns nos signos que seguem tendências diferentes, uma vez que o signo verbal não pode ter um único sentido e carrega

dentro de si outras correntes ideológicas, que vão se acentuando de acordo com as relações que estabelecem com outros signos (MIOTELLO, 2008, p. 172).

Outra coisa relevante sobre o texto é que, embora se proponha a tratar de minorias, ele não aborda diretamente as questões de gênero⁶⁸ ou das mulheres em momento algum. A referência às mulheres consiste no fato da tradução ter sido postada em um blog feminista. Portanto, embora no texto não seja mencionada em nenhum momento de forma explícita a temática de gênero, ele foi lido por alguém, considerado importante para ser lido por outras pessoas e discutido em um espaço autodenominado feminista. O que fez com que ele passasse, a partir daquele momento, a ter uma nova circulação dentre uma nova comunidade discursiva e produzisse novos sentidos. Esse movimento contínuo, por meio de processos que se dão desde a citação literal até a total incorporação da palavra *outra*, ou da inversão de sentidos, são inerentes a toda e qualquer situação de comunicação humana, pois, segundo Bakhtin, “a vida da palavra está na passagem de boca em boca, de um contexto para outro, de um grupo social para outro, de uma geração para outra” (1963/1997, p. 203). Dessa maneira, a movimentação de “um determinado conjunto de ideias, pensamentos e palavras passa por várias vozes imiscíveis, soando em cada uma de modo diferente” (BAKHTIN, 1963/1997, p. 271).

Questionando a concepção de não monogamia como libertação, temos o texto *A imposição do seu amor livre para mim não é novidade*, postado no blog *Blogueiras Negras*, em 12 de fevereiro de 2015. Já em seu título é possível perceber pela construção do enunciado qual posicionamento ideológico será explorado em seu decorrer, uma vez que “amor livre” aparece como “imposição” de um determinado grupo (evidenciando pela preposição com artigo definido “do” e o pronome possessivo “seu”) para o grupo ao qual a autora do texto pertence (“para mim”). Desse modo, o texto constitui desde o início uma *palavra outra* (amor livre) a que se responderá com uma *contrapalavra* (o fato da imposição do amor livre não ser novidade). Embora o texto faça referência a “amor livre” e não a “poliamor”, como no texto anterior, ambos vão tratar da relação entre monogamia e subjugação ou libertação, mas por pontos de vista (*atos singulares*) distintos, uma vez que o signo “monogamia” tem seu sentido alterado de um texto para o outro. Vejamos como esse movimento enunciativo se dá:

Para as mulheres que estudam na Universidade, ou mesmo em colégios secundaristas, que somos militantes, ou estamos de alguma forma em contato com esse meio, é muito frequente nos depararmos ou termos no nosso círculo muitos jovens que fazem sua auto propaganda de libertários, sobretudo homens, e que entendem que o relacionamento monogâmico

⁶⁸ Aqui me refiro a gênero social.

constrange o amor, aprisiona a mulher, que foi submetida historicamente a um relacionamento monogâmico para controle da hereditariedade da riqueza da família, e todos os blábláblás que já sabemos.

Acontece que, manipulando este discurso não nos faltam exemplos de homens ‘libertários’ que, através de sucessivas violências psicológicas, que incluem chantagens, subestimação da condição de militante feminista da companheira ou da sua inteligência, a imposição da sua vontade dentre outras coisa, forçam que mulheres neguem suas próprias vontades e seus próprios processos para agradá-los. Qualquer semelhança com o machismo praticado por homens de ‘direita’ ou de qualquer outro membro da ‘população comum’ não é mera coincidência.

No início do texto a autora começa apresentando o grupo do qual se propõe a falar com certo afastamento em “Para as mulheres que estudam na Universidade, ou mesmo em colégios secundaristas”, mas logo em seguida se inclui e situa a partir de qual comunidade discursiva se posicionará em “que somos militantes, ou estamos de alguma forma em contato com esse meio”. Acredito que tal estratégia discursiva tenha sido utilizada porque situar seu local de fala aparece como algo particularmente relevante para sua argumentação, como poderemos perceber ao longo do texto. Nesse mesmo parágrafo, ela se refere notadamente aos homens (“sobretudo homens”) que advogam contra a monogamia como “jovens que fazem sua auto propaganda de libertários”, e no parágrafo seguinte discorre sobre como esses homens ditos libertários manipulam o discurso de libertação e “forçam que mulheres neguem suas próprias vontades e seus próprios processos para agradá-los”. Ao salientar esses aspectos, a autora expõe um exemplo muito adequado para que compreendamos aquilo que Beauvoir (1949/2015) chamou de “humano absoluto”, que consiste na constituição do homem como sujeito absoluto e referência de todas as coisas, a partir do qual tudo se constitui, e da mulher como sujeito não pleno e inessencial. Não satisfeito em se auto definir, o sujeito absoluto quer também definir e ditar as necessidades do outro a partir de suas próprias necessidades (“entendem que o relacionamento monogâmico constrange o amor, aprisiona a mulher”).

Segundo Bakhtin (1920-24/2010, 1979/2015), é por meio de processos de interação materializados pela linguagem que os sujeitos se constituem mutuamente, numa relação de alteridade em que todas as partes alteram aos outros e têm suas identidades alteradas, numa via de mão dupla inerente a toda situação de interação humana. Dessa maneira, pretender absolutizar ou unilateralizar os processos de alteridade, de maneira com que se construa por meio da linguagem a noção de que existe uma fonte de saber única que define a identidade do *outro* é uma estratégia que visa à dominação por meio do silenciamento. Boa parte do texto em questão é uma denúncia a esse silenciamento, que se dá pela tentativa de usurpação da voz

do *outro*, das mulheres, uma vez que temos um sujeito (homem) se constituindo como o único conhecedor das necessidades das mulheres, das quais nem elas têm conhecimento, mas, por sorte, têm a ele, ser absoluto e onisciente, para defini-las.

Em seguida, a autora inclui a questão racial a discussão:

E o que falar dessa imposição dos relacionamentos livres para mulheres negras? Mulheres negras não foram submetidas à monogamia para controle da hereditariedade da riqueza da família porque: Mulheres pretas nunca estiveram em famílias ricas, seus companheiros pretos nunca tiveram riquezas para serem hereditárias, e nunca estiveram também em relacionamentos oficiais com homens brancos ricos, porque eles só as queriam como ainda hoje, para suas fantasias sexuais. Mulheres negras ainda são as “mulatas fogosas” que qualquer homem quer experimentar pelo menos uma vez em sua vida na cama porque, dizem, “rebolam muito”, são as mulheres que só servem para transar, mas dificilmente são assumidas quando homens pretos ganham espaços de prestígio social.⁶⁹ Talvez por essa nossa fantasia de não perder a fé na humanidade, acreditamos que muitos não fazem isso por má vontade. Fazem por acreditar de fato que o relacionamento aberto estará dando uma carta de alforria às mulheres negras, neste caso vale uma recomendação: Deixe ela dizer o que ela precisa, o que ela quer. Homens dizendo para nós o que é bom e o que não é, é novidade desde quando? Começou a ser revolucionário em que momento que não vi?

No trecho anterior a esse, a autora se refere ao que as mulheres costumam ouvir como “blá blá blás”, pressupondo em seu enunciado que o leitor já conheça outros enunciados que contextualizem o que ela está dizendo, afirmando, portanto, que esse é um discurso amplamente reiterado, o que se confirma pelo trecho “Qualquer semelhança com o machismo praticado por homens de ‘direita’ ou de qualquer outro membro da ‘população comum’ não é mera coincidência”. No trecho em questão temos a explicitação do que dizem esses discursos a partir da *contrapalavra* da autora produzida em resposta à eles.

No parágrafo seguinte, a autora menciona que “talvez” por uma “fantasia de não perder a fé na humanidade” por vezes algumas mulheres acreditam que “muitos não fazem isso por má vontade. Fazem por acreditar de fato que o relacionamento aberto estará dando uma carta de alforria às mulheres negras”. É pertinente percebermos que mesmo antes de falar a respeito de uma possível boa intenção daqueles que impõem o relacionamento aberto para mulheres negras, a autora faz uso da palavra “fantasia”, palavra essa que qualifica essa “fé na humanidade” como algo desvinculado da realidade. Portanto, a autora coloca em cheque o fato de que essa boa intenção realmente exista. Mais uma evidência disso é a crítica feita por intermédio do uso do termo “carta de alforria”, que faz referência ao documento cedido aos

⁶⁹ Disponível em: <<http://blogueirasnegras.org/2015/02/12/a-imposicao-do-seu-amor-livre-para-mim-nao-e-novidade/>>. Acesso em 20 mar 2015.

escravos pelos seus proprietários no século 19, em que o proprietário abria mão oficialmente da posse sobre o escravo. A carta de alforria é de conhecimento da maioria das pessoas que passaram pelo ensino formal e entraram em contato com o ensino tradicional de História, que uniformizava a história da escravidão e atribuía o mérito da libertação dos escravos à Princesa Isabel e aos senhores da casa grande que cediam as cartas aos seus escravos, apagando completamente da narrativa as histórias de resistência e luta dos próprios negros que se engajaram em sua própria libertação.

Desse modo, ao trazer para seu texto o signo “carta de alforria”, constituído por um dos embates sociais que mais marcaram a história de nosso país, a autora reacentua, isto é, traz novos valores e coloca sob o exame de outro olhar, essa suposta “boa intenção” e denuncia aquilo que a feminista e escritora nigeriana Chimamanda Adichie chama de “o perigo de uma história única”.

Em uma fala sua que ficou conhecida no programa TED⁷⁰, Chimamanda conta que, quando tinha 8 anos, ficou perplexa ao descobrir que um irmão do garoto que trabalhava em sua casa, como era costume, havia artesanalmente produzido um cesto de ráfia seca. Até aquele momento, tudo o que ela já havia ouvido sobre aquela família é que eles viviam na pobreza, de forma que a ideia de que algum parente do garoto pudesse realmente produzir algo era impossível para Chimamanda. Dessa maneira, como só conseguia defini-los como “pobres”, essa era sua única história sobre eles. Aos 19 anos, Chimamanda vai cursar universidade nos Estados Unidos e deixa seu país. Lá passou por episódios inversos da história única que a fizeram recordar dessa memória da infância durante a convivência com sua colega de quarto, que se chocou ao saber que inglês era também língua oficial na Nigéria, e ficou bastante desapontada quando pediu para ouvir o que chamava de “música tribal” e escutou Mariah Carey tocar na fita cassete que Chimamanda havia levado. A colega de quarto havia sentido pena dela antes mesmo de conhecê-la. “Sua posição padrão para comigo, como africana, era um tipo de arrogância bem intencionada: pena” (4m57s), diz. Sua colega de quarto tinha uma história única sobre África, sobre catástrofe. Chimamanda diz que, no entanto, após ter passado vários anos nos EUA como uma africana, começou a entender a reação de sua colega para com ela. Pois, se não tivesse crescido na

⁷⁰ TED (Technology, Entertainment, Design), segundo informações do site da entidade, é o nome de uma organização sem fins lucrativos que organiza palestras pelo mundo com o intuito de disseminar ideias que possam melhorar e otimizar a qualidade de vida da população global. A palestra de Chimamanda se chama “*The danger of a singular history*” e está disponível no endereço: <http://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story?language=pt-br>. Acesso em 10 dez. 2015.

Nigéria e se tudo o que ela conhecesse sobre a África viesse das imagens populares, ela também pensaria que a África era um lugar de lindas paisagens, lindos animais, e pessoas incompreensíveis, lutando guerras sem sentido, morrendo de pobreza e AIDS, incapazes de falar por eles mesmos, e esperando serem salvos por um estrangeiro branco e gentil.

Na constituição de uma história única temos, portanto, uma das estratégias mais eficazes de dominação, pois o dominador é quem também domina as narrativas e se constitui como único veiculador de sentidos. Para tanto, o discurso hegemônico constrói sempre um discurso de igualdade, e por isso inclui no discurso dominante os excluídos, falando para eles e no lugar deles, usurpando suas vozes, pois há um suposto lugar para o discurso dos excluídos no discurso hegemônico, mas sempre constituído a partir do ponto de vista da dominação, que pretende resumir os excluídos em categorias simples a fim de desumanizá-los. Esse discurso visa garantir a manutenção de seu eco de maneira universal e permanente, por isso se constitui como único e monológico e é um meio mais eficaz do que armas de fogo para garantir a institucionalização da subalternização, pois, devido ao caráter polissêmico⁷¹ da linguagem, pode maquiá suas pretensões (MIOTELLO, 2005).

Entretanto, a autora é consciente de que seu texto encontra um tema já repleto de palavras alheias que é constituído das mais diversas formas, tal como desculpa para “forçar mulheres” a agradar aos homens, ou suposta boa intenção (“fazem por acreditar de fato que o relacionamento aberto está dando uma carta de alforria às mulheres negras”), mas a ela parece ainda faltar povoar esse signo de outros sentidos, dar voz na arena signica ao que ela, como mulher negra, a partir da sua realidade, tem a dizer sobre esse tema. Parte das estratégias utilizadas por ela em diversos momentos do texto é ao mesmo tempo em que afirma algo, interpelar seu interlocutor o provocando com um questionamento. Tal questionamento funciona menos como uma pergunta objetiva e mais como uma pergunta retórica, que projeta, menos uma resposta objetiva de seu interlocutor, e mais a ironização daquela afirmação. Por meio desse movimento de afirmações diretas e afirmações por meio de ironizações, ao longo de todo o texto desestabilizam-se os sentidos de amor, de todos os signos que compartilhem com ele algum campo semântico, e suas respectivas relações com os signos libertação e subjugação, já que, como é enunciado em outro momento do texto, “ninguém quer pôr aliança no dedo de uma mulher preta, então (...) qual a novidade desse relacionamento aberto?”.

O texto é concluído com o trecho “O ciúme que a mulher preta sente, é um ciúme que deve ser superado para que faça bem a ela própria, superado em seu processo de

⁷¹ Entendo polissemia aqui como a propriedade de apresentar diversos sentidos.

autoconhecimento, de empoderamento, de amor próprio. Não será superado pela imposição da vontade de um homem”. Nesse momento a autora reafirma a tese sustentada ao longo de todo o texto, de que um dos grandes problemas das discussões sobre monogamia e os fatores que possivelmente as envolve, consiste na tentativa de imposição de valores ético-morais de um grupo (homens) com relação ao outro (mulheres negras), negligenciando as necessidades e a autonomia das pessoas desse outro grupo e tentando por meio da linguagem restringir suas possibilidades de libertação.

O texto funciona, portanto, como enunciado que contrapõe e desestabiliza a hegemonia do discurso oficial reiterado pelas diversas estratégias discursivas mencionadas pela autora, de maneira que relativiza a relação direta entre os signos “monogamia” e “subjugação” e evidencia a relação entre a imposição de condições de vida (sejam elas quais forem) e o signo “dominação”. Dito de outra forma, segundo o texto, o problema da subjugação feminina (especialmente das mulheres negras) e da dominação masculina não tem necessariamente a ver com a prática da monogamia, mas sim com a imposição por parte de um grupo sobre outro grupo. Ou seja, tem a ver com negligenciar as opiniões e necessidades das mulheres e tentar a todo custo convencê-las de que fazer algo, apesar do que elas pensam ou sentem, será melhor para elas, quando na verdade, a preocupação de imposição daqueles valores funcionam como mais uma forma de controle da sexualidade da mulher negra.

O terceiro texto foi postado em novembro de 2014 no site da *Revista Capitolina*, que consiste em uma revista online voltada para o público feminino adolescente que tem por “intenção representar todas as jovens, especialmente as que se sentem excluídas pelos moldes tradicionais da adolescência, mostrando que elas têm espaço para crescerem da forma que são”⁷². Fazem parte de seu editorial garotas jovens de faixa etária variadas (que estão entre o ensino médio e a faculdade) e, dentre elas, algumas militantes feministas. Embora a revista se proponha a tratar de assuntos variados, o feminismo é uma temática recorrente no site e uma das *tags* (palavras-chave) mais acessadas. O texto foi postado em novembro de 2014, se chama *Por que o poliamor e as relações livres podem ser privilégios para os homens?* e se inicia da seguinte forma:

Você já ouviu falar de poliamor e/ou relações livres? Se não, explico: de maneira geral, as relações livres (RLi) consistem em relacionamentos abertos, não-monogâmicos e não-hierarquizados, nos quais as pessoas envolvidas estão livres para estabelecer outros relacionamentos afetivo-sexuais, a partir, é claro, do consenso de todas as partes envolvidas.

⁷² Conteúdo disponível na sessão “sobre a capitolina” no portal da revista. Disponível em: <<http://www.revistacapitolina.com.br/sobre-a-capitolina/>>. Acesso em 20 out 2015.

Pessoalmente, nutro verdadeira admiração por toda a teoria por trás das relações livres, afinal, elas estão baseadas no amor sem posse, no que eu acredito muito. No entanto, é preciso desenvolver algumas críticas sobre a prática concreta das relações livres, em especial as heterossexuais, sobretudo em um mundo ainda muito machista. Não me surpreende que ainda sobre resquícios de relações assimétricas entre os gêneros mesmo no prometido paraíso das RLis.⁷³

É possível perceber que esse texto, diferentemente dos outros, admite em um primeiro momento que o tema o qual irá abordar pode ser desconhecido por parte das leitoras. Dessa maneira, ao iniciar a discussão traz uma breve descrição do que seriam essas práticas. Embora no título exista uma separação entre poliamor e relações livres, desde o primeiro parágrafo essa separação vai se diluindo, primeiramente pelo uso de “e/ou” no lugar de “e” e depois pelo uso de “relações livres” como forma de denominar as práticas que acabou de descrever, como se pode perceber em “No entanto, é preciso desenvolver algumas críticas sobre a prática concreta das relações livres”. Outro aspecto relevante é a dicotomia entre teoria e prática estabelecida pela autora, de modo que considera “a teoria por trás das relações livres” positiva, mas acredita é preciso desenvolver algumas críticas sobre a prática. Segundo a autora, os problemas da prática se devem ao contexto da cultura machista em que estamos inseridos e não se “surpreende que ainda sobre resquícios de relações assimétricas entre os gêneros mesmo no prometido paraíso das RLis⁷⁴”. Compreendo que quando a autora se refere a um “prometido paraíso das RLis” se refere a um determinado discurso que dialoga com outros projetos de dizer. Com isso quero dizer que, a “promessa” consistiria em projetos de dizer ainda não concretizados que constituem o discurso das RLis, tal qual o projeto de dizer da liberdade sexual feminina e da igualdade de gêneros, que habitam o discurso das RLis como vir-a-ser ainda não concretizado, mas projetado, “prometido”. Logo em seguida a autora vincula esse projeto de dizer a um determinado discurso:

Paraíso para quem?

Em um mundo onde as mulheres são ensinadas a serem completamente inseguras em relação a tudo – aparência, capacidades, inteligência, sentimentos, etc. -, onde somos ensinadas a competir com outras mulheres porque vemos todas elas como nossas inimigas, e mais, em um mundo onde os homens são condicionados a manterem várias parcerias sexuais e incentivados a ter sentimento de posse sobre elas, o discurso perfeito do poliamor acaba sendo apropriado pelo patriarcado, gerando mais um privilégio masculino.

⁷³ Disponível em: < <http://www.revistacapitolina.com.br/por-que-o-poliamor-e-relacoes-livres-podem-ser-privilegios-para-os-homens/>> Acesso em 20 out 2015.

⁷⁴ Abreviação para Relações Livres

É interessante perceber como a partir da dicotomia teoria e prática, aquilo que é atribuído aos aspectos relativos à teoria do poliamor é constituído pela autora como “prometido paraíso”, “paraíso” e “perfeito”. No que diz respeito à prática, fala-se sobre aspectos de organização da nossa sociedade, tal como nos trechos “em um mundo onde as mulheres são ensinadas a serem completamente inseguras em relação a tudo (...)” e “em um mundo onde os homens são condicionados a manterem várias parcerias sexuais” como motivos para a teoria ter sido “apropriada” pelo patriarcado, tornando sua prática uma forma de gerar mais um privilégio masculino. Isso ocorreria, segundo a autora:

Primeiro porque é muito fácil para os homens reivindicarem relações livres, já que isso não representa nada de novo em suas vidas, pois estão acostumados a se envolver com inúmeras parceiras e muitas vezes isso já ocorre simultaneamente. O poliamor nesse caso torna-se discurso floreado para justificar a posição sexual privilegiada dos homens em relação à poligamia. Segundo porque decorre disso uma enorme pressão sobre a liberalização da conduta sexual das mulheres, mesmo quando elas não estão confortáveis com isso. A mulher que não topa entrar em uma relação aberta logo será taxada de possessiva, careta e moralista, quando, na verdade, trata-se muito mais de uma questão de que o empoderamento sexual das mulheres não deve servir às necessidades masculinas. Isso deveria ser óbvio, mas, e sobretudo, em discursos progressistas como este, o incentivo à liberação sexual das mulheres serve ao propósito de eximir os homens de repensarem sua própria conduta sexual (*grifos da autora*).

Definem-se nesse trecho dois eixos centrais da argumentação da autora. O primeiro, que consiste no fato de que historicamente homens já se relacionam com inúmeras parceiras, e que nesse sentido o discurso do poliamor não traria nenhuma novidade, e o segundo, decorrente do primeiro, que diz respeito à pressão que isso pode gerar para fazer com que mulheres aceitem, sob coerções tais como a iminência de serem taxadas de “possessivas”, “moralistas” e “caretas”, ter relações não monogâmicas mesmo não estando confortáveis com isso. Percebe-se aqui a relevância da linguagem como meio de coerção para que as mulheres “aceitem” ter relações não monogâmicas, salientada por dois momentos do texto.

Um deles é a importância dos denominadores como “possessivas”, “moralistas” e “caretas” que funcionam como qualificadores que resumem as mulheres a uma característica que a desprestigia, pois fazem parte de campos semânticos opostos aos valores constituídos como positivos pelo aparente discurso de liberdade e negação da posse utilizado por quem as interpela. Essa interpelação é realizada por um *outro*, que pode ser materializado por um sujeito concreto ou simplesmente por dizeres que circulam e reverberam encarnados por diversos sujeitos nos meios em que as mulheres frequentam, e funcionam produzindo sentidos de culpabilização das mulheres que demonstrem não estarem de acordo com engajarem-se em

relacionamentos não monogâmicos. O segundo momento é a utilização do termo “discurso floreado” como aquilo que, segundo a autora, o poliamor se torna “para justificar a posição sexual privilegiada dos homens em relação à poligamia”. Por “discurso floreado” entendo aqui o uso de estratégias discursivas distintas das tradicionalmente utilizadas pelo discurso hegemônico sobre a sexualidade feminina que, no entanto, estão atreladas a projetos de dizer em comum com o discurso hegemônico. Dito de outra forma, de acordo com o que é explicitado no texto, o “discurso floreado” consistiria no uso de elementos que incorporam às suas construções enunciativas os discursos de liberdade feminina (tradicionalmente negados pelo discurso patriarcal), mas o fazem como mera estratégia para concretizar um projeto de dizer em comum com os discursos tradicionais, que é o projeto de controle da sexualidade feminina. Nesse sentido, esse discurso teria elementos mais *polifônicos* em sua constituição, por aparentemente abrir diálogo com as vozes das reivindicações pela liberdade feminina, no entanto, atrela-se a um projeto de dizer tão monológico e unívoco quanto o discurso tradicional.

Voltando a separação dicotômica de poliamor/poligamia/relações livres entre teoria e prática, a autora conclui o texto com o trecho:

Nesse sentido, não quero combater as relações livres como forma legítima de relacionamento, mesmo porque acredito que toda forma de relação que fuja dos padrões engessados de relacionamento heterossexual são bastante válidas na luta contra o patriarcado, mas é importante problematizar estes aspectos, porque, mesmo que se pretendam libertadoras, as práticas das RLis ainda estão muito submersas na cultura machista em que vivemos, como qualquer outra conduta que adotamos hoje em dia. O nosso esforço deve estar na desconstrução dos paradigmas machistas e dos privilégios masculinos e não em sua transformação em outras formas de opressão com ares de liberdade. Liberdade mesmo só quando todas as pessoas reconhecem seus privilégios e tentam desconstruí-los no discurso e, mais importante, na prática, em suas relações pessoais.

Essa separação pode ser evidenciada pelos trechos “as práticas das RLis ainda estão muito submersas na cultura machista em que vivemos” e “ Liberdade mesmo só quando todas as pessoas reconhecem seus privilégios e tentam desconstruí-los no discurso e, mais importante, na prática, em suas relações pessoais.”. Podemos perceber, portanto, que discurso aparece como algo pertencente ao campo da teoria e as relações pessoais “em si” como prática.

Entretanto, se considerarmos que as relações pessoais só são possíveis por meio da linguagem, que são também o meio de articulação dos discursos, a efetivação das práticas das relações pessoais está diretamente relacionada à produção de discursos, de maneira que os

discursos não existem apenas em conjunto com a prática, mas são eles mesmos uma prática própria das relações pessoais, que só podem ser organizadas via linguagem. A linguagem, por sua vez, como meio de interação, configura-se como enunciação, que está situada historicamente e, portanto, só pode ser produzida na prática social concreta, por meio da interação entre sujeitos/falantes.

Dessa forma, não é possível situar a compreensão dos sentidos de maneira separada das situações de enunciação concreta. Situações essas que pressupõem necessariamente a interação entre os falantes da circunstância de comunicação imediata e os contextos histórico, social e cultural nos quais estão inseridos. Considero, portanto, que os sentidos de “poliamor/poligamia/relações livres” se constituem por meio de suas diversas situações de uso, de modo que não exista um sentido na teoria e outro na prática, diametralmente opostos, mas sim diversas nuances ideológicas produzidas dentro do escopo de nosso *horizonte social*, uma vez que “o sentido da palavra é totalmente determinado por seu contexto” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 1929/2009, p.106).

Outro aspecto importante de salientar é que ao longo do texto as denominações “poliamor”, “poligamia”, “relações livres” e “relação aberta” vão aparecendo sem que se faça nenhuma distinção entre elas, o que me leva a concluir que o texto se dedica a discutir a potencialidade libertadora ou não dos discursos da não monogamia de modo geral, pois, além de não fazer distinção entre as diversas denominações, coloca como centro a crítica à imposição de qualquer modelo de relacionamento afetivo-sexual às mulheres.

A preocupação com a imposição de modelos de relacionamento afetivo-sexual aparece, aliás, em todos os três textos. Pois, mesmo que se diferenciem entre si, todos os textos abordam a monogamia e a não monogamia a fim de tratar da temática da relação entre dominação e relacionamentos afetivo-sexuais. Entendo, dessa forma, que, todos eles produzem *contrapalavras* ao discurso hegemônico de dominação.

Enquanto o primeiro texto constitui a poligamia como meio de combate da dominação, portanto, estabelecendo uma relação de oposição entre a prática poligâmica e a condição de subjugação, o segundo e terceiro relativizam a potencialidade libertadora das práticas não monogâmicas, pois deslocam o problema como algo próprio de um determinado tipo de modelo de relacionamento afetivo-sexual (da monogamia, por exemplo) e o localizam na dominação masculina, que torna assimétrico qualquer modelo de relacionamento entre homens e mulheres.

Cada um dos textos responde explicitamente a dizeres anteriores a eles, a outros enunciados circulantes que são acusados pelas autoras de possuírem maior estabilidade e reiterabilidade. Dessa forma, o tempo todo cada um dos textos estabelece diálogo com esses enunciados, de modo que baseiam-se neles, polemizam com eles e simplesmente os pressupõe já conhecidos do ouvinte (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2009, p. 272). Embora existam ecos dos discursos do Estado e da mídia ao se discutirem questões estruturais de organização social, o eixo argumentativo de nenhum dos três textos é a contraposição às instituições sociais propriamente ditas, como eram os textos apresentados no terceiro capítulo, mas sim a um discurso que perpassa a todas essas instituições, o discurso da dominação de uma maioria privilegiada socialmente em detrimento de uma minoria subjugada. Considero que esse discurso de dominação seja o discurso da dominação masculina, que, embora constituído de maneiras diferentes em cada um dos textos, é o eixo a que cada um dos textos irá se contrapor.

No primeiro texto, a *contrapalavra* ao discurso da dominação masculina não aparece de forma explícita na argumentação, entretanto, tendo em vista todo o percurso de circulação do texto original que levou a sua recriação por meio da tradução, e o fato de ter sido postado em um blog que se dedica a tratar apenas sobre assuntos relativos às temáticas feministas (como ilustra desde o nome *Blogueiras Feministas*), todos esses contextos o constituem como *contrapalavra* aos discursos machistas que compõem a dominação masculina. No segundo texto, os discursos da supremacia branca e da dominação masculina são apresentados como elementos constituintes um do outro, que devem ser combatidos para que as relações amorosas, independente dos modelos de relacionamento afeito-sexuais, sejam realmente libertadoras. Por fim, no terceiro texto credita-se as relações não monogâmicas como um dos meios possíveis para a libertação, mas questiona-se a efetividade revolucionária dessas práticas enquanto forem mantidos os padrões de dominação masculina e as mulheres não tenham a mesma possibilidade que os homens para exercerem sua liberdade de escolha.

Nesse sentido, a autonomia de decisão a respeito das práticas amorosas é constituída como um meio de resistência e combate ao discurso de dominação masculina. Amor como sinônimo de relacionamentos afetivo-sexuais, nesses termos, é constituído como um enunciado histórico, político e inerentemente ideológico, e pode ser constituído, de acordo com a relação de alteridade que se estabeleça, como meio de subjugação ou como meio de resistência e revolução. Dessa forma, por meio da desestabilização dos sentidos produzidos

pelos discursos hegemônicos, os enunciados a respeito das práticas amorosas aparecem como campo de batalha signífica contra as ideologias da dominação masculina.

Considerações finais

É sempre uma grande responsabilidade escrever algo que se pretenda conclusivo sem que se termine por constituir uma espécie de “palavra final”, que tenha consigo certo tom de veredito sobre a discussão proposta ao longo de todo o trabalho. Faz-se necessário, no entanto, que o sujeito-pesquisador, que nesse caso é sujeito-pesquisadora e também sujeito-feminista, posicione-se de maneira que, atando os pontos que foram ganhando destaque ao longo das análises, explicitar afinal de contas o que a relação entre todos eles pode significar diante das perguntas que serviram de ponto de partida para sua pesquisa.

Nesse sentido, não perdendo de vista o que observa Bakhtin em *Estética da criação verbal*, “Não existe a primeira nem a última palavra, e não há limites para o contexto dialógico (este se estende ao passado sem limites e ao futuro sem limites)” (1979/2015, p. 410). Dessa forma, não tenho por intenção fechar a questão ao debate. Pelo contrário, o que me motivou a pesquisar sobre esse tema foi justamente o fato de ter encontrado pouca referência na literatura. Nesse sentido, me propus a falar sobre essa temática como uma tentativa de trazê-la para o debate. Isso dito, pretendo aqui explicitar o que talvez ainda não tenha sido dito ao longo das análises, e demonstrar a compreensão que passei a ter após a relação que estabeleci com os dados a partir de minhas leituras das perspectivas teóricas desenvolvidas pelo Círculo e pelos estudos feministas aqui mobilizados.

A diferença de tamanhos entre os capítulos acabou por refletir de alguma maneira (e certamente *refratar*) a expressão dos discursos oficiais, que são produzidos em larga escala por meio de instituições que detêm potencialidade de disseminação e veiculação de enunciados pelos mais diversos canais de comunicação. Além disso, essas instituições constituem seus discursos em constante diálogo umas com as outras, de modo que, como foi possível observar ao longo dos capítulos, existe uma relação muitas vezes estreita entre Igreja, Estado e Mídia. Essa relação pode ser observada pelo compartilhamento de discursos em comum e pela relação explicitamente constitutiva entre essas instituições, de maneira que aquilo que é produzido pelo Estado e pela Igreja é tematizado pela Mídia, e aquilo que é produzido pela Mídia se constitui frequentemente também como tema nos discursos do Estado e da Igreja.

Desse modo, ao buscar por dados que constituíssem discursivamente o modelo oficial

de relacionamento amoroso me deparei com uma quantidade imensa de informações. Cada tema tratado em cada um dos subitens do primeiro capítulo daria, sem dúvidas, um trabalho de dissertação completo. Isso demonstra o imenso e constante volume de produção discursiva que a ideologia oficial precisa gerar para se constituir e validar sua efetivação. E é desse modo, com esse grande volume de produção e circulação dos discursos oficiais que, como salienta Piore, “em toda a história do amor, o casamento e a sexualidade estiveram sob controle; controle da igreja, da família, da comunidade” (2005/2015, p. 312).

Ao longo dos demais capítulos, foi possível verificar que as vozes do Estado, da Mídia e da Igreja de fato apareciam, senão de maneira alta e nítida, ecoando em todos os discursos produzidos sobre as relações afetivo-sexuais e a sexualidade feminina. Todavia, as análises realizadas me levam a compreender que o que parece marcar de maneira assimétrica a história dos relacionamentos afetivos não é a imposição da monogamia, ou seja, não é a constituição discursiva da oficialidade da monogamia. Na constituição da oficialidade da monogamia, entretanto, aparece um outro discurso também oficial, esse sim inerentemente assimétrico, o discurso da dominação masculina, e sua conseqüente imposição do controle da sexualidade feminina, que se materializa também por meio do discurso da monogamia.

Dessa conclusão decorre que, mesmo que outro modelo de relacionamento afetivo-sexual fosse constituído como oficial, sendo o discurso da dominação masculina um dos valores de maior expressividade na constituição dos discursos das instituições de controle social, a assimetria entre os gêneros sociais e o controle da sexualidade das mulheres se manteria. Pois é justamente o discurso da dominação masculina que constitui as bases de uma sociedade patriarcal, que, dentre outras palavras, institui uma sociedade em que mulheres são subjugadas e controladas pelos homens a partir de meios por vezes mais, por vezes menos, explícitos.

Ao longo do período discutido no segundo capítulo, a desigualdade entre homens e mulheres era o grande fator demarcador que constituía as alterações e manutenções discursivas dos comportamentos afetivo-sexuais. De maneira que, mesmo no período da dita revolução sexual, as mulheres permaneciam tendo sua sexualidade objetificada e controlada. Outra evidência disso é que, a despeito da afirmação de uma suposta liberdade e da dissolução das desigualdades de gênero, nos textos produzidos pelo movimento feminista os modelos de relacionamento ou a revolução sexual sequer eram tematizados.

No lugar disso, os boletins feministas preenchem páginas e páginas com enunciados sobre violência doméstica, feminicídio e direitos reprodutivos. Desse modo, enquanto a mídia

fazia o jogo de reforçar ao mesmo tempo valores conservadores e produzir a imagem da "mulher liberada", ignorando completamente as condições materiais das vidas das mulheres, os movimentos feministas se articulavam para produzir enunciados reivindicando por condições básicas de vida para as mulheres.

Como podemos perceber no segundo capítulo, o período ali discutido recobre duas ondas do feminismo, situadas em dois momentos históricos distintos. Considero relevante dizer que acredito que a diferença de diversidade de pautas entre a primeira e segunda onda, e ausência de materiais dedicados à temática dos modelos de relacionamento, dentre outros diversos fatores (econômicos, sociais, culturais e históricos), tenha se dado também pela diferença das condições de produção de informação. Enquanto durante o período da primeira onda as possibilidades de produção e veiculação de informações eram mais limitadas e ocupadas, quase que exclusivamente, por homens, no período da segunda onda esses espaços foram ampliados, novos meios de produção de informação foram criados e os locais de produção passaram a ser ocupados também por mulheres.

Nesse sentido, nos períodos do segundo capítulo essas opções eram mais restritas, e os materiais que circulavam acabavam por ser produto de deliberações gerais dos grupos organizados, e não produções individuais. Dessa forma, minha hipótese é de que a democratização dos espaços de produção de informação proporcionados pela internet, no período abarcado pelo terceiro capítulo, tenha possibilitado a produção de textos feministas com uma diversidade maior de temas discutidos.

Entretanto, é relevante destacar que mesmo no período do terceiro capítulo só foram encontrados textos abordando essa temática a partir do ano de 2012. A esse respeito, minha hipótese é que, embora as condições de produção estritamente físico-concretas existissem para que qualquer pessoa falasse sobre a temática dos modelos de relacionamento afetivo-sexuais, esse assunto ainda não havia sido constituído pelos discursos circulantes como tema a ser debatido. Dentre outras palavras, não basta ter papel e caneta para escrever (ou internet e uma plataforma de hospedagem virtual), é preciso que se tenha o que dizer. E, diferente da ausência dos meios – que alteram a produção se sentidos, mas podem ser substituídos por outros – as condições de produção discursivas invariavelmente dependem de enunciados circulantes para que se concretizem.

Nesse aspecto, minha hipótese é de que essas condições tenham sido propiciadas, dentre outras coisas, pela popularização do feminismo pós Marcha das Vadias⁷⁵. Esse

⁷⁵ Marcha das Vadias é o nome em português para a *Slut Walk*, que teve sua primeira realização no Canadá em

movimento que se popularizou em diversos lugares do mundo tinha como ponto de partida justamente as questões relacionadas à sexualidade feminina, e teve como um de seus principais meios de constituição e divulgação as redes sociais. Como fruto da popularização do movimento feminista nesse período, diversos grupos e blogs feministas surgiram desde então. Além disso, seja reiterando ou discordando das pautas e estratégias discursivas utilizadas pelos movimentos de Marcha das Vadias, praticamente todos os blogs feministas passaram a tematizar mais expressivamente os enunciados produzidos por esse movimento.

Justamente nos textos a partir desse período é que se pode perceber como as *contrapalavras* se articulam em oposição ao discurso de dominação. Especialmente nos dois últimos textos, esse discurso de dominação denunciado é explicitamente o discurso de dominação masculina. Dessa maneira, a minha hipótese que já ia ganhando forma ao longo do primeiro e segundo capítulos, de que é o discurso da dominação masculina que produz as assimetrias e a subjugação da mulher nos relacionamentos afetivo-sexuais, terminou por se concretizar.

A confirmação dessa hipótese, no entanto, não blinda o discurso da monogamia. Como discutido ao longo do trabalho, em uma sociedade patriarcal em que o discurso de dominação masculina constitui todos os discursos oficiais, tudo aquilo que for produzido discursivamente pelos grupos em situação de dominação não terá consigo nenhuma potencialidade libertadora.

Para que se constituam discursos de libertação, é necessário que aqueles que estejam em situação de subjugação tomem seus lugares de sujeitos produtores de outros discursos. Essa tomada de posição, diferente do que pode parecer a quem não está habituado ao conceito de discurso, não diz respeito estritamente ao ato de oralizar ou escrever palavras, mas a todo posicionamento ideológico que o sujeito produz cotidianamente. Essa tomada discursiva deve ocorrer de maneira que se entre em conflito direto com os discursos de dominação, pois, não será por caridade dos detentores dos meios de produção do discurso oficial que os sentidos se desestabilizarão. Entretanto, é graças à potencialidade de servir tanto à dominação quanto à libertação que a linguagem se configura como campo aberto de embate.

Além do mais, é importante dizer que o discurso de dominação masculina não existe de maneira isolada. Assim como ele constitui a outros discursos, é também constituído por eles. Atentando-me aos conceitos de *nó* e de *interseccionalidade*, propostos por Saffioti (1996/2015) e Crenshaw (2004), considero que o discurso da dominação masculina seja constituído também pelos discursos da supremacia branca e da desigualdade de classes. Dessa

forma, o "nó" formado por essas três condições (gênero, raça e classe) apresenta uma qualidade distinta da compreensão desses fenômenos de maneira separada. Não se trata de somar o discurso machista + discurso elitista + discurso racista, mas de perceber a nova realidade que surge dessa profusão. Como aponta Saffioti (*idem*), não se trata de variáveis quantitativas, mas sim de determinações que tornam a vida das mulheres muito complexas.

A percepção da interseccionalidade entre esses sistemas de dominação pode ser facilitada, a meu ver, também a partir de uma percepção dialógica da linguagem. De modo que, por meio da linguagem consigamos compreender como essas ideologias se inter-relacionam e se constituem alterando umas as outras, tendo em vista que não é possível combater nenhuma delas isoladamente. Por acreditar que é também a partir dessa compreensão que poderemos combater esses discursos de maneira mais estratégica e eficiente, que esse trabalho foi articulado.

Por fim, espero que o exercício aqui proposto, em diálogo com os textos apresentados, auxilie de alguma maneira na compreensão de um quadro mais amplo em que estão inseridas as discussões sobre feminismo e modelos de relacionamento afetivo-sexuais. Desse modo, desejo que, mais do que um exercício teórico, esse trabalho possa se constituir como um meio de contribuir para a produção de nossas *memórias de futuro*, que nos alimentem rumo a uma sociedade em que, nas palavras atribuídas a Rosa Luxemburgo "sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres".

Referências Bibliográficas

AGOSTINHO, S. *A Cidade de Deus: Contra os pagãos*. 2.ed. Trad. Oscar Paes Leme. Petrópolis: Vozes, 1990.

AMARAL, F. P. *Entre a Religião e a História: a Bíblia como Documento*. In: V Congresso Internacional de História, 2011, Maringá. Anais. Textos completos do V Congresso Internacional de História, 2011. p. 2232-2239.

ARAÚJO, A. Introdução. In: *Evangélio Segundo São Lucas*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 1999.

AUMONT, J. *A Imagem*. Campinas: Papyrus, 1993. (originalmente publicado em 1990).

BAKHTIN, M. *Cultura popular na idade média e no renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: Editora Hucitec, 2013.

_____. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2015. (Originalmente publicado em 1979)

_____. *Para uma filosofia do ato responsável*. São Carlos: Pedro e João Editores, 2010. (Originalmente publicado em 1920-4)

_____. *Problemas da poética de Dostoïevski*. 2. ed. Rio de Janeiro: ForenseUniversitária, 1997. (Originalmente publicado em 1963).

_____. *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*. São Paulo: Editora da Unesp, 1998. (Originalmente publicado em 1975).

BAKHTIN/VOLOCÍNOV. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2009. (Originalmente publicado em 1929).

BARSTED, L. de A. L. *Legalização e descriminalização: 10 anos de luta feminista*. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 0, n. 0, p. 104, jan. 1992. ISSN 0104-026X. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/15804>>. Acesso em: 08 dez. 2015.

BEAUVOIR, S. *O segundo sexo*. São Paulo: Editora Nova Fronteira 2015. (Originalmente publicado em 1949).

BÍBLIA, Português. Bíblia Sagrada. Tradução de Padre Antônio Pereira de Figueiredo. Erechim EDELBRA: Rio Grande do Sul, 1979.

BLOCH, R. H. *Misoginia medieval e a invenção do amor romântico ocidental*. Rio de Janeiro: ed, v. 34, 1995.

BRAIT, B. *Análise e teoria do discurso*. In: BRAIT, B. (Org.). Bakhtin – outros conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2006.

BRONCKART, J; BOTA, C. *Bakhtin desmascarado: história de um mentiroso, de uma fraude, de um delírio coletivo*. São Paulo: Parábola, 2012.

BOURDIEU, P. *A Dominação Masculina*. 6ª Ed. Bertrand Brasil, 2002.

BOYD, Susan. *Marriage is More than Just a Piece of Paper: Feminist Critiques of Same Sex Marriage*. Taiwan: National Taiwan University Law Review (p. 263-298), 20013. Disponível em: <<http://ssrn.com/abstract=2347607>>. Acesso em 30 dez 2015>.

BRAIT, B. *A Palavra mandioca do verbal ao verbo-visual/The Word Manioc from Verbal to Verbal Visual Language*. BAKHTINIANA, São Paulo, v. 1, n. 1, p.142-160, 1o sem. 2009

BRANCA de Neve e os Sete Anões. Direção: D. Hand, W. Jackson, L. Morey, P. Pearce, B. Sharpsteen. Walt Disney Pictures. EUA, 1937. 80 min. Animação, Cor.

CLARK, K.; HOLQUIST, M. *Mikhail Bakhtin*. São Paulo: Perspectiva, 1998.

CINQUENTA Tons de Cinza. Direção: Sam Taylor-Wood. Focus Features: EUA, 2015. 125 min.

CÓSER, M. L. R.; KOFF, R. F. *A Música Clássica como Elemento Narrativo Produtor de Sentido em Cartoons*. REVISTA GEMInIS, v. 4, p. 206-218, 2013.

COSTA, C. de L. *O sujeito no feminismo: revisitando os debates*. Cadernos Pagu, 1, 59-90,

2002.

CRENSHAW, K. W. *A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero*. VV. AA. Cruzamento: raça e gênero. Brasília: Unifem, 2004.

CUNHA, V. C. *Religião e política: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2012.

ELIA, L. *O conceito de sujeito*. Vol. 50. Zahar, 2004.

ENGELS, F. *A origem da família, da propriedade privada e do estado*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010.

ÉVORA, F. R. R. *A revolução copernicana-galileana: origem, significado e inserção na história do pensamento científico-filosófico antigo e medieval*. Campinas: UNICAMP. Centro de Logica, Epistemologia e História da Ciência, 1987.

DESCARTES, R. *Discurso sobre o método*. São Paulo: Hemus Editora Limitada, 1978.

DOROLA, E. *La naturalización de los Roles y la Violencia Invisible*. In: GIBERTI, E.; FERNANDEZ, A.M. *La Mujer y la Violencia Invisible*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1989.

FARACO, C. A. *Autor e Autoria*. In: BRAIT, Beth (org.). *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto. 2005. p.43.

GEBARA, I. *Rompendo o silêncio: uma fenomenologia feminista do mal*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

GEGe. *Palavras e contrapalavras- Caderno de estudos I*. São Carlos: Pedro& João Editores, 2009.

GUIMARÃES, L. *A cor como informação: a construção biofísica, linguística e cultural da simbologia das cores*. São Paulo: Annablume, 2000.

GUIMARÃES, M. *O universo feminino à luz de Simone de Beauvoir: vida, ficção e teoria*. Dissertação de mestrado. Campinas: Unicamp, 2015.

HOBBS, T. *Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*. São Paulo: Martin Claret, 2003.

ILLOUZ, E. *Consuming the romantic utopia: Love and the cultural contradictions of capitalism*. California: Univ of California Press, 1997.

KANT, I. *Fundamentos da metafísica dos costumes*. Ediouro, 1993. (Originalmente publicado em 1785).

KARAWEJCZYK, M. *As filhas de Eva querem votar: dos primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil*. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História: Porto Alegre, 2013.

- LAKATOS, E. M. ; MARCONI, M. A. *Sociologia Geral*. 7ª edição. São Paulo: Atlas, 2010.
- LEITES, E. *A Consciência Puritana e a Sexualidade Moderna*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. (Originalmente publicado em 1986).
- LOCKE, J. *Segundo Tratado sobre o Governo Civil e Outros Escritos*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MACHADO, M., D., C. *Religião, cultura e política*. *Religião & Sociedade* (Impresso), v. 32, p. 29-56, 2012.
- MARANGON; C., NONNENMACHER, D. B.. *Os irmãos Grimm: espaço intertextual de contos de fadas*. In: Anais do Congresso Internacional de Literatura e Leitura Infantil e Juvenil. Porto Alegre: PUCRS, 2008.
- MARIN, A. H. ; PICCININI, C. A. *Comportamentos e práticas educativas maternas em famílias de mães solteiras e famílias nucleares*. *Psicol. estud.*, Maringá , v. 12, n. 1, p. 13-22, Apr. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722007000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 05 jul. 2015.
- MARTIN, E. *A mulher no corpo: uma análise cultural da reprodução*. Tradução de Júlio Bandeira. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.
- MEYER, E; KLEIN, C; & FERNANDES, L. *Noções de Família em Políticas de "Inclusão Social" no Brasil Contemporâneo*. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/26199>> Acesso em: 10 abr 2014.
- MIOTELLO, V. A questão da relação dos discursos fundadores com os discursos formadores. In: *Tribuluminiscência*. GEGe, São Carlos: Pedro & João Editores, 2005.
- _____. *Estudando com os mitos*. In: GEGe, *Conversa com os mitos*. São Carlos: Pedro e João Editores, 2014, p 7-9.
- _____. Ideologia. In: *Bakhtin conceitos-chave*. Beth Brait (org). São Paulo: Editora Contexto, 2008. Páginas: 167-176.
- NEWCOMB, H. Sobre aspectos dialógicos da comunicação de massa. In: Mikhail *Bakhtin: linguagem, cultura e mídia*. (p.359-388) RIBEIRO, Ana Paula Goulart; SACRAMENTO, Igor. Org. Pedro & João Editores: São Carlos, 2010.
- NOGUEIRA, C. *Feminismo e discurso do gênero na psicologia social*. *Psicologia e Sociedade*, 13(1), 107-128, 2001.
- NUNES, Maria José Fontelas. *De mulheres e de deuses*. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 0, n. 0, p. 5, jan. 1992. ISSN 0104-026X. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/15799>>. Acesso em: 10 dez. 2015.
- PACHECO, A. C. L. *Branca para casar, mulata para f... e negra para trabalhar; escolhas*

afetivas e significados de solidão entre mulheres negras em Salvador, Bahia. / Ana Cláudia Lemos Pacheco. - Campinas, SP : [s. n.], 2008.

PADEN, W. E. *Interpretando o sagrado: modos de conceber a religião.* São Paulo: Paulinas, 2001.

PASSOS, E. S. *A construção da identidade de gênero.* In: Palcos e Plateias: As representações de gênero na Faculdade de Filosofia. Salvador: Núcleo de Estudos Interdisciplinares Sobre a Mulher – NEIM FFCH/UFBA, 1999, p. 91 – 125.

PATEMAN, C. *O contrato sexual.* São Paulo: Editora Paz e Terra, 1993. (Originalmente publicado em 1988).

PAULA, L. de. *Círculo de Bakhtin: uma Análise Dialógica de Discurso.* Rev. Est. Ling., Belo Horizonte, v. 21, n. 1, p. 239-258, jan./jun. 2013.

PAULA, L. de; STAFUZZA, G. (Org.). “Prefácio”. *Da Análise do Discurso no Brasil à Análise do Discurso do Brasil: três épocas histórico-analíticas.* Uberlândia: EDUFU, 2010a.

PAULA, L. de; STAFUZZA, G. (Org.). Prefácio. *Círculo de Bakhtin: teoria inclassificável.* Volume 1. Série Bakhtin – Inclassificável. Campinas: Mercado de Letras, 2010b.

PAULA, L. de; STAFUZZA, G. (Org.). *Círculo de Bakhtin: diálogos (in)possíveis.* Volume 2. Série Bakhtin – Inclassificável. Campinas: Mercado de Letras, 2011.

PENA, J. L. R. *Teologia da Criação.* São Paulo: Ed. Loyola, 1989.

PEREIRA, Marcus Abílio. *Internet e mobilização política – os movimentos sociais na era digital.* Caderno do IV Encontro de Compolítica: Rio de Janeiro, 2011. Disponível em <<http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2011/03/Marcus-Abilio.pdf>>. Acesso em 10 jan 2016.

PIRES, V. L; SOBRAL, A. *Implicações do estatuto ontológico do sujeito na teoria discursiva do Círculo Bakhtin, Medvedev, Voloshinov.* Bakhtiniana, Rev. Estud. Discurso, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 205-219, June 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S217645732013000100013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 11 jan. 2016.

PONZIO, A. *Procurando uma palavra outra.* São Carlos: Pedro e João Editores, 2010.

PRIORE, M. D. *História do amor no Brasil.* São Paulo: Editora Contexto, 2015. (Originalmente publicado em 2005).

REIMER, I. R. *Grava-se como selo sobre teu coração: teologia bíblica feminista.* São Paulo: Paulinas, 2005.

ROUSSEAU, J. *O contrato social: princípio de direito político.* Edições e Publicações Brasil, 1963. (Originalmente publicado em 1762).

SANDLER, S. *A Strange Kind of Kantian: Bakhtin's Reinterpretation of Kant and the Marburg School.* Studies in East European Thought, 2015. Disponível em: <<http://ssrn.com/abstract=2544790> or <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2544790>>. Acesso em

ago 2015.

SAFFIOTI, H. *Gênero Patriarcado Violência*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2015. (Originalmente publicado em 1996).

_____. *O Poder do Macho*. São Paulo: Editora Moderna, 1987.

SCHIEBINGER, L. *O feminismo mudou a ciência?* Bauru: EDUSC, 2001. (Original em inglês: *Has feminism changed science?* Cambridge, Harvard University Press, 1999).

SERIOR, P. *Voloshinov e a filosofia da linguagem*. São Paulo: Parábola, 2015.

SICUTERI, Roberto. *Lilith, a lua negra*. São Paulo: Paz e Terra, 1987. (Originalmente publicado em 1980).

SOUSA, P. J. *Fotojornalismo: Introdução à História, às Técnicas e à Linguagem da Fotografia na Imprensa*. Porto: BOCC, 2002. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-fotojornalismo.pdf>>. Acesso em 20 nov 2015.

SOUZA, S. D. *Revista Mandrágora: gênero e religião nos estudos feministas*. Rev. Estud. Fem. [online]. 2004, vol.12, n.spe, pp. 122-130. ISSN 1805-9584.

STANDFORD, P. *A Papisa: a busca da verdade sobre as histórias de Joana, a papisa*. Rio de Janeiro: Grympus, 2000. (Originalmente publicado em 1998).

TEZZA, C. Texto apresentado no Colóquio Internacional Dialogismo: *Cem Anos de Bakhtin*; novembro de 1995; Departamento de Linguística da FFLCH/USP.

VOLOCHÍNOV, V. *A construção da enunciação e outros ensaios*. São Carlos: Pedro e João Editores, 2013.

WOLF, N. *O mito da beleza*. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1992. (Originalmente publicado em 1990).

ZANONI, H. T.; FERREIRA, S. *Muitas formas de amar: a noção de amor nos filmes infantis*. Caderno Espaço Feminino (UFU), v. 27, p. 182-2002, 2014.